

MESTRADO EM PSICOLOGIA
PSICOLOGIA

De vozes a ações: A influência da prática profissional na evolução do PPCA - Programa de Preparação da Criança para a Adoção

Jéssica Fernandes

M

2024



Universidade do Porto
Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação

De vozes a ações: A influência da prática profissional na evolução do PPCA
– Programa de Preparação da Criança para a Adoção

Jéssica Manuela Areais Fernandes

Outubro, 2024

Dissertação apresentada no Mestrado Integrado de Psicologia, Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto, orientada pela Professora Doutora **Margarida Rangel Henriques** (FPCEUP).

AVISOS LEGAIS

O conteúdo desta dissertação reflete as perspectivas, o trabalho e as interpretações do autor no momento da sua entrega. Esta dissertação pode conter incorreções, tanto conceptuais como metodológicas, que podem ter sido identificadas em momento posterior ao da sua entrega. Por conseguinte, qualquer utilização dos seus conteúdos deve ser exercida com cautela.

Ao entregar esta dissertação, o autor declara que a mesma é resultante do seu próprio trabalho, contém contributos originais e são reconhecidas todas as fontes utilizadas, encontrando-se tais fontes devidamente citadas no corpo do texto e identificadas na secção de referências. O autor declara, ainda, que não divulga na presente dissertação quaisquer conteúdos cuja reprodução esteja vedada por direitos de autor ou de propriedade industrial.

Agradecimentos

Com um enorme orgulho no coração, termino esta etapa. Aqui expresso a minha gratidão a todas as pessoas que acompanharam a minha jornada na elaboração desta dissertação, com um tema tão especial para mim e que me deu tanto gosto de elaborar.

Antes de mais, obrigada à Professora Dr^a Margarida Rangel Henriques pelo apoio prestado, pelo debate de ideias, conhecimentos e pela paixão partilhada pelo tema da proteção. O seu entusiasmo e os seus ensinamentos foram cruciais para realizar este trabalho com tanta dedicação.

À Dr^a Isabel Fidalgo, obrigada pelas aprendizagens proporcionadas e pelos momentos de trabalho conjunto que me trouxeram evolução e enriquecimento pessoal. Agradeço pela confiança constante no meu trabalho.

Obrigada à equipa de investigação *Webs of Meaning* pelo acolhimento, pelo apoio e pelo crescimento que me proporcionou nesta caminhada.

Aos meus pais, Conceição e Augusto, pelo apoio incondicional que me proporcionaram ao longo da minha jornada académica. Pelo orgulho que sempre demonstraram face ao meu percurso e à minha área. Pelo amor e pelo carinho. Sem vocês esta caminhada não teria sido possível!

Ao meu irmão e à minha irmã, Tiago e Inês, pelo apoio e por se orgulharem de mim. Por estarem sempre perto, mesmo que longe. A vossa presença foi constante no meu íntimo e foi vital para me manter determinada ao longo deste processo.

A todos os meus amigos, obrigada pela compreensão face às minhas ausências, por acreditarem em mim e por nunca me terem largado. Pelos momentos leves e pelas risadas que me deram força para acreditar em mim própria. Obrigada à Sofia pela certeza de que será uma constante em todas as etapas da minha vida. Um agradecimento especial à Mariana e à Helena, pela amizade genuína que construímos no final desta caminhada.

Obrigada aos profissionais que contribuíram para o estudo e às crianças que viveram o *PPCA*. É um processo que exige coragem e determinação. Agradeço aos participantes por terem dado voz às crianças em acolhimento de forma tão envolvida.

Por fim, obrigada a todos aqueles que investiram algum tempo para ler a minha dissertação. Espero que este trabalho vos enriqueça e vos traga conhecimentos úteis relativamente a um tema tão relevante, mas ainda pouco discutido na sociedade!

“(...) o amor é a “cola” que une os elementos da família e que esta se define não pelo local onde vivem, pela barriga de onde nasceram, pelo sexo, idade ou profissão dos seus elementos, mas sim pela segurança afetiva que estes lhes proporcionam.”

(Amorim e Agulhas, 2017)

Resumo

A experiência de ser adotado tem um impacto crucial na criança, com repercussões ao longo do seu ciclo de vida. Considerando um conhecimento aprofundado deste fenómeno e a exigência do processo, a preparação da criança para a adoção deve assumir-se como um dever ético. Pioneiro em Portugal, o Programa de Preparação da Criança para a Adoção-PPCA é aplicado a nível nacional. Visando obter diretrizes para uma contínua evolução do PPCA, o presente estudo qualitativo pretendeu conhecer a experiência dos profissionais com a implementação do programa e as suas sugestões de melhoria. Foram realizadas 43 entrevistas semi-estruturadas a profissionais de acolhimento e de adoção, após a aplicação do programa. Os resultados indicam necessidade do PPCA enriquecer as atividades e materiais para crianças em circunstâncias específicas, como idade pré-escolar, dificuldades cognitivas e histórico de interrupção. As experiências dos profissionais denotam um forte envolvimento com a criança na implementação do programa, sublinhando o desafio emocional e a necessidade de supervisão. São destacadas a pertinência do apoio entre equipas de profissionais e o impacto positivo do PPCA no crescimento pessoal e profissional. Finalmente, sugerimos contributos para o aperfeiçoamento do programa que venham a beneficiar os profissionais e as crianças que transitam para a adoção.

Palavras-chave: adoção; transição da criança para a adoção; Programa de Preparação da Criança para a Adoção (PPCA); profissionais de acolhimento; profissionais de adoção

Abstract

The experience of being adopted has a crucial impact on the child, with repercussions throughout their life cycle. Given the in-depth knowledge of this phenomenon and the demands of the process, preparing children for adoption should be considered an ethical duty. A pioneer in Portugal, the Program for Preparing Children for Adoption-PPCA is applied nationwide. In order to obtain guidelines for the continuous evolution of the PPCA, this qualitative study aimed to find out about the experience of professionals with the implementation of the program and their suggestions for improvement. Forty-three semi-structured interviews were conducted with foster care and adoption professionals after the program had been implemented. The results indicate a need for the PPCA to enrich activities and materials for children in specific circumstances, such as pre-school age, cognitive difficulties and a history of disruption. The professionals' experiences show a strong involvement with the child in the implementation of the program, underlining the emotional challenge and the need for supervision. The relevance of support between teams of professionals and the positive impact of the PPCA on personal and professional growth are highlighted. Finally, we suggest ways in which the program could be improved to benefit professionals and the children transitioning to adoption.

Keywords: adoption; transition from child to adoption; Preparing Children for Adoption Program (PPCA); foster care professionals; adoption professionals

1. Enquadramento Conceptual

1.1. A Adoção: Definição e Funcionamento dos Serviços em Contexto Português

Cada criança tem o direito de desenvolver o seu potencial num ambiente seguro e afetuosos, que lhe promova a segurança adequada para prosperar (UNICEF, 2019). Quando a vivência com os progenitores coloca em perigo os direitos fundamentais da criança, os Estados têm o dever de assumir a medida de proteção assente na “*separação dos pais*”, para afastá-lo de situações de negligência, abuso ou qualquer outra forma de maltrato (UNICEF, 2019).

Não se tendo mostrado viável o retorno à família de origem, a adoção é, então, projetada como a alternativa que compreende a transferência legal dos direitos e responsabilidades dos progenitores sobre os seus filhos para outros adultos, que passam a educar a criança (Grotevant & McDermott, 2014). A vivência da adoção possibilita a pessoa individual ou o casal de se tornarem pais de uma ou mais crianças, concedendo-lhes o direito fundamental de crescer num ambiente estável (Instituto da Segurança Social, 2024). Assim, a adoção visa conceder à criança uma família que assuma as suas responsabilidades legais, sendo expectável que seja competente para atender às suas necessidades físicas, emocionais, educacionais e relacionais, de forma estável e duradoura (Brodzinsky et al., 2021).

Em Portugal, a adoção foi legalmente reconhecida pelo Código Civil a partir de 1966 (Diário da República, 1966). A Segurança Social foi definida como a entidade competente para a gestão dos processos de adoção no país e, ao longo do tempo, a legislação evoluiu no sentido de melhorar as respostas de proteção aos menores (Henriques et al., 2017). Neste contexto, surgiu a lei nº 143/2015, consignando a obrigatoriedade na mobilização de meios públicos para a preparação da criança para a adoção, explicitado no Artigo 8º, alínea a), pois é necessário “*proceder ao estudo de caracterização das crianças em situação de adotabilidade e ao diagnóstico das suas necessidades, bem como à sua preparação para subsequente integração em famílias adotivas*” (Diário da República, 2015, p. 7236-7237). A criação do Conselho Nacional de Adoção veio reforçar a atividade reguladora do Estado na proteção de menores (Conselho Nacional de Adoção, 2018). Desta forma, em Portugal, foi estabelecido o compromisso de garantir o Superior Interesse da Criança, de modo a assegurar o seu desenvolvimento integral e respeitar a sua individualidade (González, J., 2014).

Os potenciais adotantes passam por um processo de formação e avaliação de capacidade para a parentalidade adotiva antes de serem oficialmente considerados candidatos (Instituto da Segurança Social, 2024). Assim, o processo de adoção compreende cinco momentos: (i) pesquisa de candidatos elegíveis para a adoção de uma determinada criança, realizada pelos técnicos das Equipas de Adoção, cruzando as características e necessidades da criança com as capacidades dos candidatos (*matching*); (ii) realização da proposta de uma determinada criança ou fratria à candidatura eleita em primeiro lugar no *matching* e

atribuição de tempo à família para tomada da decisão de avançar com a adoção; (iii) após a aceitação da proposta, iniciação do processo de transição, no qual se promove o conhecimento família-criança, num primeiro momento indireto através de apresentações documentais e depois com contactos presenciais progressivos, ao longo de um período médio de uma a duas semanas (iv) se existir evidência da construção de laços afetivos, dá-se início à pré-adoção, compreendendo um período de seis meses, no qual a criança reside com a família adotiva e vão sendo acompanhados domiciliariamente e frequentemente por uma equipa de dois profissionais dos serviços de adoção; (v) finalmente, face ao sucesso da convivência familiar em pré-adoção, é realizado um pedido ao Tribunal para o estabelecimento da relação de filiação (Instituto da Segurança Social, 2024).

Durante a transição, a criança é acompanhada por dois tipos de profissionais: (a) profissionais de adoção, responsáveis pela pesquisa que leva à seleção dos candidatos e (b) profissionais de acolhimento, responsáveis pelos cuidados à criança na casa de acolhimento, pela comunicação com outras entidades e pela preparação da criança para a adoção (Instituto da Segurança Social, 2019).

1.2. Diferentes Perceções sobre a Adoção: O Impacto das Fases de Desenvolvimento da Criança

Embora cada criança seja única, a adoção provoca reações comportamentais e emocionais comuns, decorrentes da fase de desenvolvimento em que as crianças se encontram (Brodzinsky, 2011). A capacidade cognitiva influencia a compreensão e o significado que a criança atribui à adoção e, por sua vez, a sua reação a este acontecimento de vida, existindo particularidades na sua perceção em idade pré-escolar, escolar e na adolescência (Brodzinsky, 2011).

Sumariamente, as crianças em idade pré-escolar aceitam facilmente o rótulo de “criança adotada” percebem que vivem com uma família distinta da sua família de origem, sem associação de estigma à situação. Estas crianças compreendem os aspetos básicos da sua história de vida e aprendem a falar sobre o tema da adoção, mas ainda não compreendem o conceito em profundidade nem concebem as suas implicações práticas (Brodzinsky, 2011). Posteriormente, a idade escolar proporciona à criança um conjunto de mudanças cognitivas que irão conduzir a um impacto significativo no seu entendimento sobre a adoção, fazendo com que percebam a sua natureza e implicações (Brodzinsky & Pinderhughes, 2002; Neil, 2012). Nesta fase desenvolvimental, as crianças conseguem conceptualizar alternativas pelas quais os progenitores poderiam ter optado evitando a adoção: assim, é comum sentirem rejeição por parte dos progenitores, levando-as a questionar o seu valor pessoal (Brodzinsky, 2011). Além disso, percebem claramente a diferença entre o significado de família adotiva e família biológica, tendo consciência de que a filiação à família adotiva implica a perda definitiva da família de origem (Neil, 2012). Deste modo, estas crianças

apresentam uma percepção mais realista da adoção, analisando como ela é vista por si e pelos outros. Tal consciência tende a desencadear sentimentos de confusão, rejeição, ansiedade e tristeza (Brodzinsky, 2011; Neil, 2012). Já os adolescentes, revelam um pensamento abstrato desenvolvido e, por isso, compreendem o conceito de adoção na sua totalidade e, especialmente, o seu sentido de permanência (Brodzinsky, 2011). Compreendem que a parentalidade adotiva tende a ser subestimada pela sociedade face à parentalidade biológica, bem como outras representações sociais desfavoráveis a respeito da adoção (Brodzinsky, 2011). Nesta fase, é comum que surja uma curiosidade intensa sobre a família de origem, devido ao processo de construção identitária, típico na adolescência (Erickson, 1959; Brodzinsky, 2011).

Apesar das especificidades descritas, todas as crianças experienciam sentimentos de perda relativamente à família biológica e às figuras de referência em acolhimento(s) prévios à adoção, gerando reações emocionais associadas ao luto, definidas pela raiva, choro, ansiedade, tristeza e/ou exibição de comportamentos disruptivos (Brodzinsky, 2011). Também é comum que estas crianças e adolescentes se sintam diferentes dos pares e pouco compreendidos, podendo ocorrer uma sensação de não pertença à família adotiva, devido à noção da ausência de laços de sangue (Brodzinsky, 2011; Neil, 2012). Sabe-se ainda que crianças que passaram por situações traumáticas e de negligência junto dos progenitores, podem apresentar alterações cognitivas, neurológicas, emocionais e comportamentais, tendendo a evidenciar comportamentos desafiantes, menor controlo inibitório dos impulsos, problemas de concentração, problemas de sono ou outros problemas emocionais de ansiedade e depressão (Brodzinsky, 2011).

Em consequência, a adoção constitui-se como um evento inerentemente angustiante para as crianças e é comum que surjam sentimentos ambivalentes relativamente à mudança para uma nova família. A intensidade e a forma como são experienciadas as mudanças de vida decorrentes da adoção varia mediante a capacidade cognitiva do indivíduo e a forma como percebe as implicações deste projeto de vida, bem como a sua preparação para o mesmo (Neil, 2012).

1.3. Vinculação, Comunicação Aberta e Identidade Adotiva: Os Pilares da Adoção Bem-Sucedida

Bowlby (1973) preconizou que separações e descontinuidades ao longo do desenvolvimento dificultam a criação de vinculações seguras, sendo experiências intensamente vivenciadas pelas crianças. O afastamento da família de origem e transição para uma casa de acolhimento é um evento difícil para a criança ao implicar uma rutura com as figuras de vínculo primário (Zaccagnino et al., 2014).

A Teoria da Vinculação sugere que as vivências das relações da criança com os adultos cuidadores são gradualmente internalizadas em modelos do *self* e das relações com o outro (Feeney et al., 2007). Quando

a criança recebe respostas inconsistentes, negligentes e/ou aversivas regularmente por parte dos cuidadores, vai construindo um sentimento de insegurança emocional, fazendo-a crer que as suas necessidades não serão atendidas por quem as rodeia (Finet et al., 2020). Assim, crianças em situação de acolhimento e adoção exibem, frequentemente, uma vinculação insegura ou desorganizada (e.g. Feeney et al., 2007; Zaccagnino et al., 2014; Barone et al., 2017; Zeegers et al., 2019; Finet et al., 2020).

Em contrapartida, embora os estilos de vinculação sejam relativamente estáveis ao longo do tempo, postula-se que podem sofrer alterações mediante experiências relacionais impactantes (Finet et al., 2020). O cérebro humano rege-se pela plasticidade e, por isso, um ambiente relacional acolhedor facilita a catarse face aos eventos de vida negativos (Brodzinsky et al., 2021). A criação de novas relações familiares onde existam interações positivas, sensibilidade, responsividade, gestão saudável de conflitos e compreensão mútua constituem-se o melhor preditor para a redução de problemas de externalização em crianças adotadas (Grotevant et al., 2010). Assim, espera-se que os pais adotivos sejam figuras de suporte alternativas que transformem as dinâmicas relacionais da criança, através de experiências reparadoras (Brodzinky, 2006; Saunders et al., 2011; Neil, 2012). Neste âmbito, a adoção pode tornar-se a experiência que possibilita à criança a revisão dos seus modelos internos de vinculação, através da confrontação entre a familiaridade das respostas inconsistentes e a novidade das respostas seguras (Pace & Zavattini, 2010).

Um dos principais fatores que possibilita o estabelecimento de uma vinculação segura entre pais e filhos é a capacidade de os pais responderem eficazmente às necessidades da criança (Juffer et al., 1997; Brodzinky, 2006; Finet et al., 2020). Contudo, esta tarefa pode ser um desafio acrescido no contexto da adoção. Para alguns adotantes, o luto associado à situação de infertilidade pode criar dificuldades à sua disponibilidade emocional para responderem com responsividade e sensibilidade às necessidades da criança, de modo que esta se vincule a eles (Cudmore, 2005) ou, então, podem apenas sentir dificuldade na adaptação a um exigente papel: o da parentalidade (Zeegers et al., 2019). Além disso, os pais não conhecem a criança em profundidade, o que dificulta a leitura das suas necessidades, enquanto esta se encontra a realizar o luto da família biológica, tendo o desafio de se vincular à nova família após as diversas discontinuidades vivenciadas (Juffer et al., 1997; Zeegers et al., 2019).

A comunicação aberta sobre a adoção serve para facilitar a adaptação da criança ao novo contexto e, simultaneamente, permite que os pais adotivos respondam de forma mais adequada às suas necessidades emocionais (Barbosa-Ducharme et al., 2015). Uma verdadeira comunicação sobre a adoção implica não apenas a transmissão de informação, mas, também, a partilha da experiência afetiva da criança e a presença de apoio emocional (Wrobel et al., 2003; Barbosa-Ducharme et al., 2015). Quando pais e filhos estabelecem um canal de comunicação aberto acerca do passado da criança, existem melhores níveis de ajustamento e autoestima (Brodzinsky, 2006; Hawkins et al., 2007), menos problemas psicológicos e comportamentais,

bem como uma “identidade adotiva” positiva (Horstman et al., 2016; Alegret et al., 2018). Esta abertura apenas é possível quando os pais assumem uma atitude positiva face à adoção, reconhecendo-a como um desafio específico (Soares et al., 2017). Visto que tal capacidade não é facilmente adquirida, os profissionais devem trabalhar capacidades de normalização do diálogo, facultando ferramentas de parentalidade que permitam validar a criança no conhecimento do seu passado e na criação de um clima de aceitação incondicional do/a filho/a adotado/a (Brodzinsky et al., 2014). Neil (2012) concluiu que os pais adotivos são facilitadores do discurso da criança sobre a adoção: crianças que não estabelecem um diálogo aberto com os pais sobre a adoção, não conseguem elaborar os seus pensamentos e emoções sobre o tema.

Wrobel et al. (2003) revelaram que, à medida que a criança transita para a adolescência, vai adquirindo mais controlo no diálogo sobre a adoção e colocando dúvidas acerca das suas origens. Estas questões afiguram-se como uma ferramenta muito importante na construção da identidade, a qual constitui a principal tarefa de desenvolvimento na adolescência (Erickson, 1959). Assim, a especificidade da adoção na construção identitária deve ser integrada para que seja possível a criação de uma narrativa coerente acerca da história de vida (Grotevant, 1997). Habermas & Köber (2015) consideram que é essencial cultivar a capacidade do jovem construir uma narrativa de vida integrada que ligue logicamente o seu passado, presente e futuro. Além disso, a construção da “identidade adotiva” deriva, em grande parte, do diálogo entre o jovem e os seus pais adotivos acerca da sua história de vida (Horstman et al., 2016). Por isso, o adolescente deve ter informação suficiente para refletir acerca de questões como: “Quem sou eu enquanto pessoa adotada?” e “O que é que significa para mim ser adotado/a?” (Von Korff & Grotevant, 2011).

Desta forma, a vinculação, a comunicação aberta sobre o passado e a identidade são conceitos que se completam mutuamente. Pais seguros e apoiantes comunicam abertamente acerca do passado com a criança, o que possibilita que esta construa uma identidade sólida e coesa (Brodzinsky et al., 2014).

1.4. A Disrupção como um Indicador da Necessidade de Mudanças de Práticas na Adoção

O conceito de disrupção é um termo complexo na literatura: alguns autores consideram que esta acontece apenas no período de adoção definitiva, enquanto, outros, afirmam que esta deve ser considerada ainda durante a transição ou pré-adoção (Palacios et al., 2018). Contudo, existe consenso quanto à definição da disrupção como a interrupção no seio de uma família em construção, que pode ocorrer em diferentes fases (Conselho Nacional de Adoção, 2022). A complexidade na definição do termo, bem como a diversidade na legislação de diferentes países acerca do tema, refletem-se na disparidade das estatísticas existentes. Coakley & Berrick (2007), por exemplo, evidenciaram índices de disrupção que variavam entre 3% e 31% em vários estados dos EUA, dependendo da operacionalização do conceito por cada entidade investigativa. Em 2022,

Portugal verificou uma inversão relativamente à tendência de diminuição dos casos de disrupção, apresentando uma taxa de disrupção de 7.7%, com catorze disrupções comunicadas ao Conselho Nacional de Adoção, sendo que quatro destas deram-se durante o período de transição e as restantes dez enquadraram-se no período de pré-adoção (Conselho Nacional de Adoção, 2022).

De acordo com a investigação no domínio, a disrupção deve-se a fatores relativos aos adotantes, ao serviço de adoção e/ou à criança (eg. Coakley & Berrick, 2007; Taylor & McQuillan, 2014; Palacios et al., 2018). O Conselho Nacional de Adoção (2022) levantou que a disrupção é mais provável quando os adotantes: (i) não conseguem empatizar com a criança nem reconhecer a sua capacidade de adaptação, (ii) revelam expectativas irrealistas sobre o processo de adoção, (iii) demonstram fraca flexibilidade perante as necessidades da criança, (iv) sentem dificuldade na leitura dos sinais da criança e (v) no abordar da sua história de vida. Consequentemente, é cada vez mais frequente que pais adotivos busquem apoio psicológico para aprenderem a gerir as especificidades da adoção, pois tendem a sentir dificuldade em conversar com os filhos acerca do tema (Brodzinsky, 2011; Palacios et al., 2018). No que toca aos serviços de adoção, postula-se que existem níveis mais elevados de disrupção quando há uma pobre preparação dos adotantes, não existindo uma verdadeira comunicação entre estes e os profissionais acerca das características da criança e da sua história de vida (Berry et al., 1996; Palacios et al., 2018; Bejenaru et al., 2024). Por isso, a partilha insuficiente ou inadequada de informação sobre a criança é considerada um fator de risco para a disrupção (Berry et al., 1996, Bejenaru et al., 2024). Além disso, crianças com problemas emocionais e comportamentais, pautados pela agressividade, dificuldades de vinculação, comportamentos de oposição e impulsividade apresentam maior probabilidade de vivenciarem uma disrupção (eg. Selwyn et al., 2014; Taylor & McQuillan, 2014; Leathers, et al., 2019). Entretanto, não parece ser dada, nestes estudos, a devida consideração ao impacto da preparação da criança (ou falta dela) no sucesso da adoção (Festinger, 2014).

Em Portugal, Barbosa-Ducharne et al (2018) estudaram todos os casos de pré-adoção, entre 2006 e 2009. Neste estudo, foram identificados 117 casos de disrupção na pré-adoção, mas, apenas 71 destes processos foram considerados. Assim, cerca de 81.7% destas disrupções foram concretizadas pelos adotantes, 12.7% foram determinadas pelos profissionais e apenas 5.6% das disrupções foram requeridas pela própria criança (Barbosa-Ducharne et al., 2018). Perante estes resultados, as principais razões apontadas pelos adotantes para os casos de disrupção são: o “*comportamento rebelde*” da criança, a dificuldade desta se “*desligar*” dos pais biológicos e criação de expectativas irrealistas face à adoção (Barbosa-Ducharne et al., 2018). Já os profissionais apontam como razões para a disrupção: a falta de informação sobre a criança e a sua história de vida, fraca preparação dos pais e da criança, baixo suporte à família adotiva e descontinuidades entre as equipas de profissionais (Barbosa-Ducharne et al., 2018). Perante estas dificuldades, torna-se essencial a criação de programas que capacitem os profissionais na área da adoção de

forma que sirvam de elo entre os pais e a criança, de acordo com as suas necessidades e especificidades (Barbosa-Ducharme et al., 2018).

Taylor e McQuillian (2014) sustentam a importância desta capacitação, pois concluem que os episódios de disrupção tendem a ser mais frequentes durante o primeiro ano de adoção e, principalmente, durante os quatro meses iniciais. Por isso, os autores consideram que é essencial um apoio robusto e uma comunicação adequada sobre as dificuldades da criança entre profissionais e adotantes, durante a pré-adoção. De facto, a qualidade da preparação dos pais e da criança, antes da adoção definitiva, é um fator determinante para o sucesso adotivo (Sinclair et al., 2005) sendo que a falta de apoio profissional aumenta a probabilidade de disrupção (Bejenaru et al., 2024). Assim, os profissionais devem receber apoio e supervisão, para que se promovam respostas eficazes às necessidades da criança e da família, na capacidade de trabalhar em equipa e na gestão de conflitos, *stress* e incerteza (Selwyn et al., 2014).

1.5. A Criança como Agente Ativo na Adoção

Dada a complexidade das questões supracitadas acerca do processo de adoção e os riscos de insucesso no mesmo, a preparação da criança para a adoção assume-se como crucial para facilitar a transição para uma nova família (Dance & Rushton, 2005; Henriques et al., 2017) e, também, favorecer que os pais atuem de acordo com a formação que receberam, sentindo a criança mais disponível e permeável à sua presença. Tal preparação deve ser ajustada à idade da criança e às suas características, de forma a envolvê-la ativamente no processo (Henriques et al., 2017).

Apesar da literatura que dá voz às opiniões, sentimentos e pensamentos de crianças em situação de adoção ser ainda escassa (Dance & Rushton, 2005; Soares et al., 2018; Fidalgo & Henriques, 2024), existem estudos que comprovam que as crianças conseguem compreender suficientemente a adoção para serem agentes ativos no seu processo de adotabilidade (e.g. Neil, 2012; Fidalgo & Henriques, 2023). A escassez de investigação referente à perspetiva da criança, em detrimento da perspetiva do adulto, parece refletir a limitação do seu envolvimento nas tomadas de decisão relativas à adoção, pois as crianças ainda são vistas como demasiado vulneráveis ou incapazes de perceber este fenómeno (Kendrick et al., 2008).

Neil (2012) e Dance e Rushton (2005) investigaram as opiniões sobre a adoção de crianças com idades compreendidas entre cinco e treze anos de idade. Ambos os estudos revelaram que as crianças descrevem a adoção com ambivalência, encarando-a tanto como uma oportunidade para "*começar de novo*", mas, como uma experiência difícil e stressante. As crianças caracterizam a adoção como uma possibilidade para construir relações positivas e estáveis com a família adotiva, mas, também, destacam a dor associada à perda da família biológica. Supletivamente, é comum relatarem ansiedade pela incerteza da permanência na

nova família e pelo medo das mudanças que a adoção traz, como o desafio de adaptação a uma nova escola, a criação de novos laços com os pares e o ajustamento a novas rotinas.

Neil (2012) verificou que as crianças veem a adoção como consequência da incapacidade dos progenitores na prestação de cuidados adequados. Em Portugal, Soares et al. (2018) e Fidalgo e Henriques (2023) também exploraram as perceções das crianças sobre a adoção, chegando a conclusões semelhantes às anteriores. Nesse estudo, em que foram realizados *focus group* com crianças em acolhimento residencial, as considerações das crianças demonstram semelhanças, pois também estas percecionam a adoção como uma alternativa às vivências negativas com a família de origem (Fidalgo & Henriques, 2023). De facto, estas reconhecem a adoção como uma oportunidade positiva para se integrarem numa família que lhes ofereça segurança, cuidado e estabilidade emocional, mas, tal como supracitado, a ambivalência está presente: as crianças também reconhecem a dor da perda da família biológica, o medo das mudanças trazidas pela adoção e a ansiedade quanto à possibilidade de rejeição.

Fidalgo e Henriques (2023) procuraram também compreender quais são as ferramentas que as crianças consideram importantes na sua preparação, destacando-se os seguintes resultados: ter informação suficiente sobre a adoção, existir diálogo sobre a família de origem e um momento de despedida e a presença de momentos de interação gradual com a família adotiva, para que estas consigam conhecer progressivamente os seus membros, regras e costumes. Estes resultados suportam a relevância da preparação para a adoção, caracterizada pela abertura de comunicação, a abordagem do luto da família biológica, o trabalho identitário e, ainda, a progressão da transição (Fidalgo & Henriques, 2023).

Este estudo revela ainda que as crianças não devem ser agentes passivos no seu processo de adoção, pois conseguem equacionar uma perspetiva perspicaz quanto aos motivos, propósitos e procedimentos associados ao mesmo (Fidalgo & Henriques, 2023). Excluir as crianças destas discussões é negar o seu Direito de participação em decisões e processos que as afetam direta e definitivamente (Kendrick et al., 2008). Por isso, incluir a criança neste processo trata-se de um dever ético (Henriques et al., 2017) inerente ao cumprimento dos direitos da criança e, assim, a sua preparação deve permitir a expressão das suas preferências e necessidades, de forma a aumentar o seu sentido de agência e a sua disponibilidade para a adoção (Fidalgo & Henriques, 2023). Neste sentido, os profissionais devem ter uma formação adequada para responderem às especificidades da criança, agindo como veículos na facilitação da adaptação, confiança, integração e na criação de vínculos nesta nova etapa de vida (Soares et al., 2018).

1.6. Programa de Preparação da Criança para a Adoção (PPCA): Uma Nova Perspetiva

Tendo em conta a literatura supracitada, a existência de intervenções eficazes para a preparação da

criança para a adoção torna-se uma ferramenta essencial para a qualidade do processo de adoção (Henriques et al., 2020). Fahlberg (1991) defendeu a importância desta preparação conter a compreensão da história de vida, a informação adequada e suficiente sobre a adoção, a gradatividade da transição e, também, a realização do luto das perdas reais e simbólicas na vida da criança. Entretanto, a investigação tende a focar-se na experiência dos adotantes (Henry, 2005; Fidalgo & Henriques, 2023) em detrimento da experiência e preparação da criança. As revisões de literatura não evidenciam a existência de uma abordagem padronizada no sentido de preparar as crianças para a permanência (Henry, 2005).

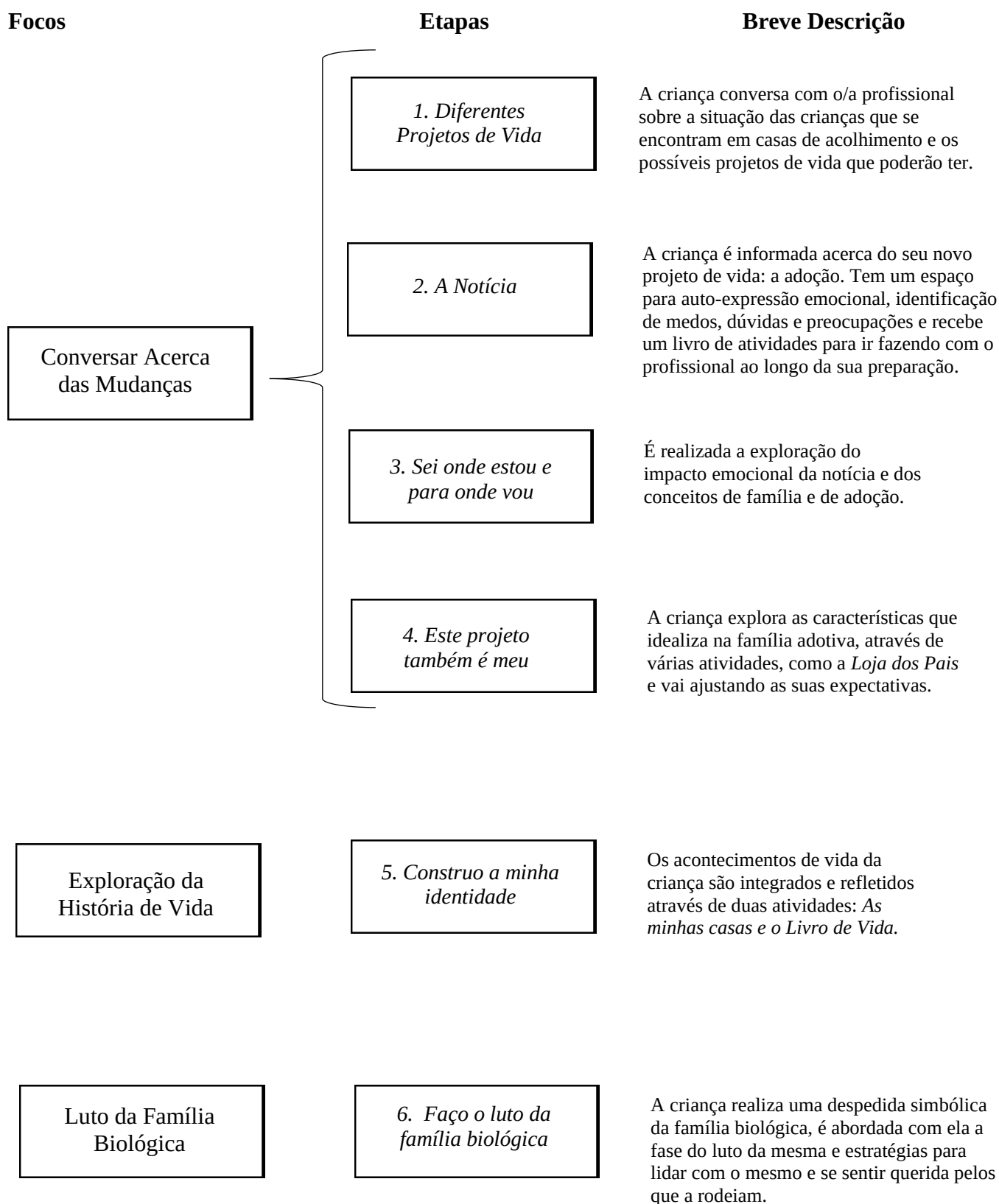
Frequentemente, os profissionais recorrem a atividades que facilitem a preparação da criança para a adoção, no entanto, parecem não existir programas formalmente estruturadas (Hanna, 2007; O'Dell et al., 2015). Por norma, as atividades não seguem diretrizes padronizadas e o foco tende a ser a futura família adotiva, negligenciando-se aspetos importantes como, por exemplo, o falar sobre a família biológica (Child Welfare Information Gateway, 2013). Uma das atividades mais utilizadas é o *Livro de Vida*, que assume uma ampla evidência de êxito na preparação da criança para a adoção (eg. Cook-Cottone & Beck, 2007; Staines & Selwyn, 2020; Hammond et al., 2021), contudo, existem lacunas evidentes quanto a outros aspetos necessários para que esta preparação seja completa (Hanna, 2007).

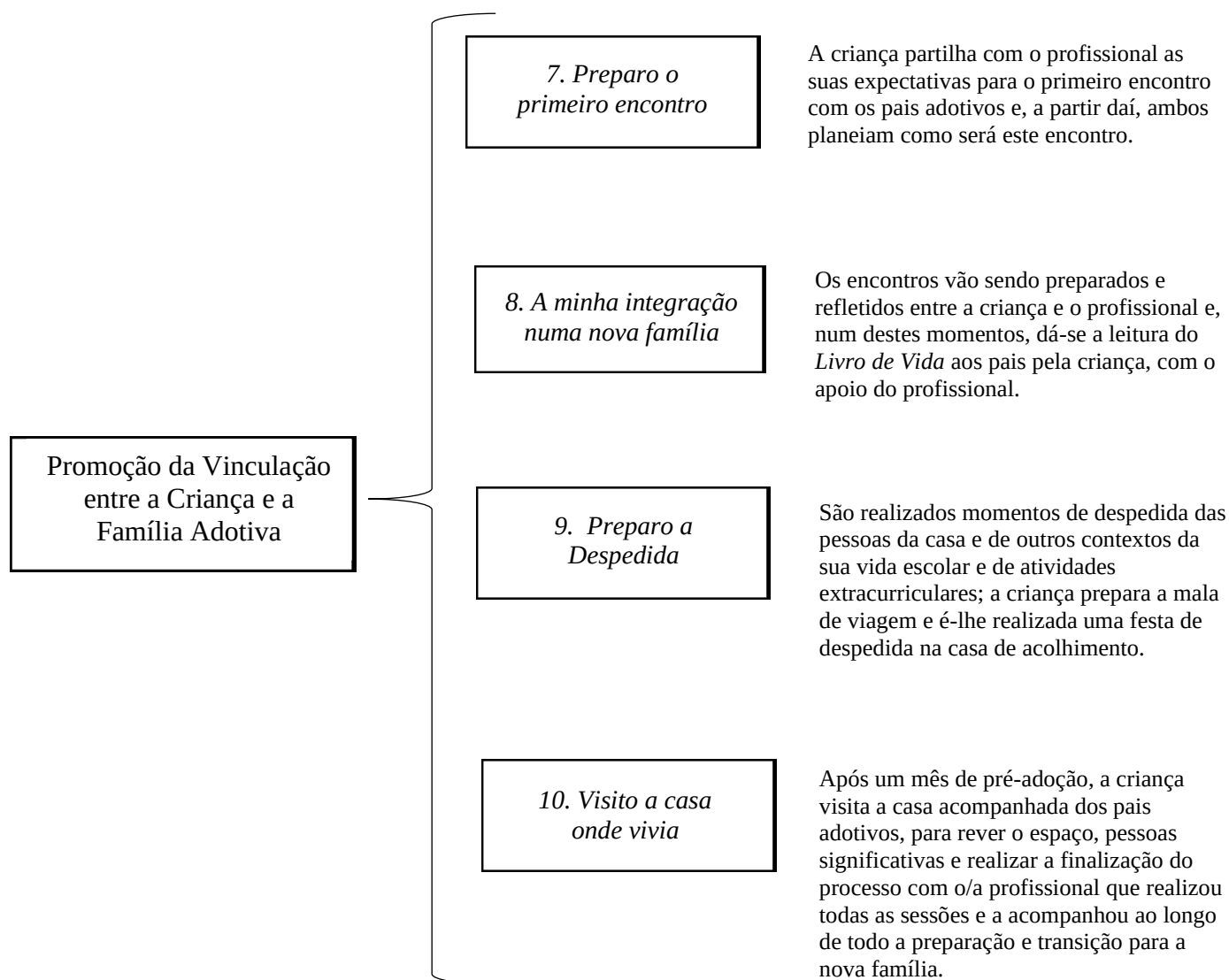
Perante este panorama, a nossa equipa de investigação desenvolveu em Portugal, o Programa de Preparação da Criança para a Adoção (PPCA), no qual é proposta uma intervenção psicossocial a ser aplicada à criança em acolhimento, a partir do momento em que a decisão judicial de adotabilidade é transitada em julgado, no sentido de a preparar para a adoção (Henriques et al., 2017). O programa orienta-se segundo várias influências teóricas construtivistas e sistémicas, associadas a abordagens narrativas, transacionais, da vinculação, ecológicas e cognitivo-comportamentais (Henriques et al., 2017). O PPCA baseou-se também no *Modelo 3-5-7* de Henry (2005), que visa preparar a criança para a permanência, isto é, um estatuto de vida permanente como, por exemplo, a adoção, através dos seguintes passos: (i) clarificação, ou seja, a assimilação dos eventos de vida passados, (ii) integração, que passa pela reflexão sobre a influência destes eventos na identidade da criança e (iii) atualização, na qual é promovida a capacidade de a criança visualizar-se como membro de uma nova família, de forma permanente. Do mesmo modo, é expectável que a criança seja capaz de se envolver no trabalho de integração dos lutos e dos diversos relacionamentos significativos na sua história de vida, abrindo-se à construção de novos vínculos com a família adotiva, tendo, para o efeito, desenvolvido um programa detalhado de atividades e ferramentas que possam proporcionar que a criança se prepare para esta grande transição na sua vida.

As atividades propostas pelo PPCA devem ser aplicadas por um profissional de acolhimento, preferencialmente por aquele que serve de figura de referência à criança (Henriques et al., 2017), contando com a colaboração de profissionais da adoção, aquando do início dos contactos com a família adotiva. As

atividades organizam-se em quatro focos temáticos, implementados através de dez etapas (Figura 1).

Figura 1. Estrutura do PPCA





Henriques, M., Teixeira, D., & Silva, S. (2017). *Programa de preparação da criança para a adoção: Manual. Coisas de Ler*.

O PPCA abrange atividades que trabalham questões como a identidade, o luto da família biológica e a vinculação à família adotiva, realizadas no contexto de um sistema de comunicação aberta, no qual a criança possui um local, um momento e uma figura adulta capaz de lhe oferecer uma relação segura, sincera, transparente e de confiança, para percorrer o seu caminho individual na jornada da adoção (Henriques et al., 2017). O programa foi desenhado segundo uma base teórica que preconiza o estabelecimento de uma relação colaborativa entre profissionais e a criança, no sentido de a empoderar quanto ao seu processo de adoção e partilha de receios, interesses e desejos (Henriques, et al., 2020).

Tendo em consideração que o PPCA foi um programa desenvolvido num contexto de ação-investigação e pretende manter uma evolução dinâmica em estreita colaboração com os profissionais, este estudo, enquadrado numa investigação mais ampla sobre os efeitos e o processo de implementação do programa, tem como objetivo conhecer as sugestões de melhoria do programa e as experiências dos profissionais na sua aplicação.

2. Estudo Empírico

O presente estudo de metodologia qualitativa, integrado num projeto de doutoramento¹, definiu os seguintes objetivos de investigação: (a) analisar o feedback dos profissionais entrevistados após a implementação do PPCA, quanto a sugestões de melhoramento do programa; (b) construir uma narrativa relativamente à experiência pessoal dos profissionais de acolhimento e da adoção na aplicação do PPCA.

2.1. Participantes

O presente estudo contou com o grupo de participantes da investigação doutoral suprarreferida, composto por 43 profissionais, sendo 23 profissionais de acolhimento e 20 profissionais de adoção. Os profissionais tinham entre os 24 e os 66 anos ($M = 44.5$, $DP = 10.8$) e eram, maioritariamente, do género feminino, com 40 (93%) mulheres e 3 (7%) homens. O conjunto total de participantes apresenta formação nas áreas de Psicologia ($n = 20$; 46.5%), Educação ($n = 14$; 32.6%) e Trabalho Social ($n = 9$; 20.9%). Quanto ao tempo de experiência profissional na área da proteção infantil, apresentaram entre os 0 e os 31 anos ($M = 10.5$, $DP = 8.2$).

Relativamente à amostra de profissionais de acolhimento residencial, 91.3% ($n = 21$) eram do género feminino, enquanto 8.7% ($n = 2$) pertenciam ao género masculino, tendo idades compreendidas entre os 24 e 59 anos. Além disso, 43.5% ($n = 10$) destes profissionais tinham formação na área da Educação, seguindo-se de 39.1% ($n = 9$) na área de Psicologia e 17.4% ($n = 4$) na área do Trabalho Social. Ao nível do tempo de experiência na área, 43.5% ($n = 10$) dos profissionais de acolhimento tinham entre menos de um ano a cinco anos de experiência, 30.4% ($n = 7$) entre os seis e onze anos, 17.4% ($n = 4$) entre os doze e dezassete anos e 8.7% ($n = 2$) entre os dezoito e os vinte e três anos.

No que toca aos profissionais de adoção, 95% ($n = 19$) eram do género feminino e apenas 5% ($n = 1$) do género masculino, com idades compreendidas entre os 24 e os 66 anos. Adicionalmente, 55% ($n = 11$) dos profissionais tinham formação em Psicologia, 25% ($n = 5$) em Trabalho Social e 20% ($n = 4$) na área da Educação. Quanto ao tempo de experiência na área da proteção, 25% ($n = 5$) tinham entre menos de um ano a cinco anos de experiência, 25% ($n = 5$) entre os seis e onze anos, 5% ($n = 1$) entre doze a dezassete anos, 30% ($n = 6$) entre dezoito a vinte e três anos de experiência na área, 10% ($n = 2$) entre vinte e quatro e vinte e nove anos e 5% ($n = 1$) com uma experiência de trinta e um anos.

¹ Projeto de doutoramento de Dr.a Isabel Fidalgo, intitulado “*Evaluating the process and the impact of preparing children for adoption using the PPCA - Program for Preparing Children for Adoption*”, em curso no contexto do grupo de investigação *Webs of Meaning* (integrado no CPUP).

2.2. Instrumento

O instrumento de investigação foi uma entrevista semiestruturada, elaborada para o efeito, relativa ao tema da preparação da criança para a adoção. A entrevista foi preparada para ser realizada a seguir à transição de uma criança, uma à profissional do acolhimento que a preparou e outra à equipa de profissionais da adoção, sendo versões devidamente adaptadas a cada um dos respetivos grupos. O guião da entrevista incluiu perguntas abertas, que serviram de base ao encadeamento do diálogo estabelecido, sendo alternado com questões complementares que previam auxiliar a elaboração e a clarificação das ideias trazidas pelos profissionais.

O guião integra questões abertas relativas à perspetiva da/o profissional acerca do processo de preparação e transição da criança que concluiu, em torno dos seguintes aspetos: (i) avaliação do quanto consideraram que a criança estava preparada para a adoção, (ii) avaliação da transição, (iii) dificuldades encontradas na implementação do programa PPCA, (iv) modificações sugeridas para melhoramento do programa e a (v) a experiência pessoal e a satisfação geral sentida pelos profissionais no final da aplicação do PPCA, sendo os dois últimos o alvo deste estudo. Assim, a entrevista procura abordar a experiência individual, os significados de cada um/a e a sua reflexão acerca do processo de transição da criança e da utilização do programa. Os participantes estiveram diretamente envolvidos na preparação de várias crianças, sendo que alguns destes participaram em múltiplas preparações e, por isso, foram entrevistados mais do que uma vez. Assim, o estudo final contabilizou um total de 44 entrevistas.

2.3. Procedimentos

2.3.1 Procedimento de Recolha de Dados

O recrutamento de participantes teve a colaboração da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (SCML) e do Laboratório Colaborativo contra a Pobreza e Exclusão Social (ProChild CoLAB). Foi empregue o método de amostragem por conveniência de tipo intencional, extraindo-se indivíduos de uma iniciativa de pesquisa mais ampla, destinada a avaliar o impacto do PPCA no bem-estar das crianças durante o período de transição para a adoção. O critério de inclusão foi o ter recebido uma formação especializada no programa e o conhecimento prático de aplicação do PPCA, o que significa que todos os participantes deveriam ter pelo menos uma experiência com o programa ao longo do seu percurso profissional. A inclusão simultânea das experiências dos dois tipos de profissionais possibilitou uma recolha mais completa, contendo perspetivas de indivíduos com diferentes papéis e responsabilidades no processo de preparação da criança e proporcionando uma visão abrangente do impacto do PPCA. Após o parecer favorável por parte da Comissão Ética [Anexo C], os participantes preencheram o consentimento informado [Anexo D] e foram convidados a realizar a entrevista em

formato *online*, através da plataforma *Zoom*. As entrevistas foram realizadas pela estudante de doutoramento e outras investigadoras do ProChild CoLab, entre janeiro de 2022 e setembro de 2023, com a duração média de uma hora e áudio-gravadas. Cada entrevista foi transcrita *verbatim* e posteriormente analisada, tendo a autora da tese participado nestas fases do estudo empírico.

2.3.2 Procedimento de Análise de Dados

A análise qualitativa de dados no presente estudo desdobrou-se em dois tipos: (a) análise temática (Braun & Clarke, 2006) e (b) análise narrativa (Polkinghorne, 1995). Estes procedimentos permitiram que as experiências dos profissionais em contacto com o *PPCA* fossem analisadas em profundidade, através de uma perspetiva mais micro e mais holística da entrevista, de modo a responder a cada um dos objetivos deste estudo. A análise temática teve como objetivo identificar temas gerais emergentes dos dados e a análise narrativa permitiu a captação do discurso de cada profissional em relação à sua experiência.

No que concerne à análise temática, o principal objetivo consistiu na identificação, análise e descrição de padrões presentes nos dados qualitativos (Braun & Clarke, 2006). Esta análise seguiu as etapas propostas por Braun & Clarke (2006), na seguinte ordem: i) familiarização com os dados, ii) codificações iniciais, iii) procura de padrões nos dados, iv) revisão dos temas, v) definição final e nomeação dos temas e vi) elaboração do relatório. Este processo pretende ser fluído, marcado por momentos de reavaliação, de forma a responder o mais eficazmente possível ao objetivo em estudo.

O primeiro passo desta análise debruçou-se na transcrição das entrevistas, de forma a preparar e organizar a informação. Deste modo, foi possível a primeira familiarização com os dados, contribuindo para o iniciar de uma reflexão preliminar dos mesmos. De seguida, procedeu-se à leitura e releitura das entrevistas, no sentido de maximizar esta familiarização, realizando-se anotações das declarações potencialmente significativas para a resposta ao objetivo da presente investigação.

Foram definidos temas relevantes, tendo em conta as considerações dos profissionais relativamente ao *PPCA*. As relações entre os diferentes temas foram aprofundadas e revistas, com o intuito de fundir temas semelhantes ou excluir temas que não surgiam consistentemente nos dados. Mediante este procedimento, foi possível chegar à composição de um conjunto de temas relativos às perspetivas dos profissionais quanto a melhorias necessárias no *PPCA*. Por sua vez, os temas foram nomeados e descritos, o que levou à produção de uma súmula final de resultados de investigação, a seguir apresentados.

Adicionalmente, a análise narrativa (Polkinghorne, 1995) pretendeu responder ao segundo objetivo de investigação. A análise narrativa é característica de estudos qualitativos que procuram explorar a estrutura e o

conteúdo das narrativas de entrevista (Polkinghorne, 1995). Esta análise é validada se a narrativa final for coerente e ressoar as experiências pessoais relatadas pelos participantes (Polkinghorne, 1995). Assim, é possível captar as significações dos mesmos em relação a uma experiência, em detrimento da categorização dos dados.

Assim, as entrevistas transcritas foram analisadas na sua estrutura, na forma como as narrativas foram contadas, no significado que os participantes atribuíram à sua experiência de aplicação do programa e acompanhamento da criança na preparação e transição e nos principais conteúdos trazidos pelos mesmos. De seguida, os dados foram interpretados à luz do segundo objetivo de investigação e sintetizados numa narrativa coerente que pretendeu destacar as principais descobertas na vivência dos profissionais de acolhimento e na vivência dos profissionais de adoção.

Esta análise tem em vista a promoção da identificação de: (a) convergência de conteúdos comuns nas narrativas dos diferentes participantes, (b) perspetivas dos dois tipos de profissionais sobre a preparação e a transição na adoção com o *PPCA* e (c) possíveis teorias acerca de como os técnicos respondem aos desafios da adoção e da influência do *PPCA* nas suas práticas.

3. Resultados

A apresentação dos resultados, será organizada em duas partes, procurando responder sequencialmente a cada um dos objetivos específicos definidos. De forma a responder ao primeiro objetivo de investigação (a) analisar o feedback dos profissionais, no seu conjunto, sobre a implementação do *PPCA*, sistematizando sugestões de melhoramento do programa, foram analisados os conteúdos relativos a adaptações realizadas pelos próprios e sugestões por eles apresentadas, tendo emergido três temas e oito subtemas. De seguida, com o intuito de responder ao segundo objetivo de investigação (b) construir uma narrativa quanto à experiência dos profissionais de acolhimento e uma narrativa da experiência dos profissionais de adoção na implementação do *PPCA* – serão apresentadas duas narrativas globais, correspondentes às experiências de profissionais de acolhimento residencial e de adoção, respetivamente. Importa salientar que os participantes foram identificados por códigos (eg. P1, P2, etc.) para garantir o princípio da confidencialidade.

3.1. Propostas de melhoria ao *PPCA*: Análise Temática

A análise da temática foi realizada assumindo em conjunto as entrevistas de profissionais de acolhimento e da adoção, procurando beneficiar do conjunto mais alargado possível de opiniões em relação aos diversos aspetos a melhorar e aumentar a probabilidade de identificar saturação das categorias temáticas.

3.1.1. Tema: *Necessidade de Adaptações às Características da Criança*

Este tema destaca a necessidade de o *PPCA* integrar indicações concretas de adaptação a determinadas características individuais das crianças, tendo-se diferenciado 3 subtemas: (i) colmatar a influência da idade, (ii) adaptar à capacidade cognitiva e (iii) adaptar aos gostos e interesses. Os profissionais referem sentir necessidade de receber diretrizes mais específicas do programa, no sentido de melhor o adaptar a estas particularidades: “*E, aqui, a proposta era: dentro do PPCA haver alguma diferenciação de idade, de competências ou mais atividades para trabalhar um só tema*” (P1) e “*Eu penso que em relação a pontos menos positivos, talvez devia haver uma maior adaptação à idade de cada criança e à individualidade de cada criança.*” (P2).

Subtema: Colmatar a Influência da Idade.

O *PPCA* abrange um amplo intervalo de idades – dos três aos quinze anos. Nesta perspetiva, o presente subtema traduz a necessidade de o programa incluir mais orientações sobre como aplicar determinadas atividades e etapas em diferentes faixas etárias.

Neste âmbito, os comentários ilustradores deste subtema prendem-se com a demanda de orientações particulares para estas idades, nomeadamente, com crianças mais novas: “*(...) o PPCA precisava de um ajuste (...) uma versão para mais pequenos...*” (P1). Através da prática, os técnicos sugerem que o *PPCA* poderia

disponibilizar um leque mais vasto de atividades, baseadas na utilização de materiais palpáveis e concretos, tais como bonecos, fantoches, livros ou imagens, pois notam que estes objetos captam mais facilmente a atenção e a motivação das crianças mais novas: *“Era importante haver aqui um anexo, com material lúdico-pedagógico para se poder trabalhar... que poderá ser as cartas dos sentimentos, poderá ser estes bonequinhos das famílias ou uma breve história... Qualquer coisa aqui sobre os vários tipos de famílias, por exemplo”*(P3) e *“Fui eu que tive a ideia de trazer os bonecos, trazer um livro para falar sobre os diferentes tipos de família, porque senti que a parte só textual era pouco concreta para três anos”* (P4). Além disso, alguns profissionais consideram que seria mais fácil aplicar o PPCA caso este já tivesse diretrizes no sentido de simplificar a linguagem com crianças mais pequenas: *“As sessões, a meu ver, foram sendo adaptadas à idade da (criança). Eu tentei adaptar a linguagem para ela compreender melhor o que lhe estava a dizer”* (P5).

Subtema: Adaptar à Capacidade Cognitiva.

Alguns profissionais tiveram a experiência de aplicar o PPCA junto de crianças com défice cognitivo ou dificuldades de aprendizagem e, daí, surgiu a necessidade de realizarem adaptações para manter o foco das crianças, originando o atual subtema.

Sem as suas adaptações, os profissionais notavam que estas crianças tinham uma capacidade de compreensão dos conteúdos mais reduzida: *“Porque muitas vezes... eu acho que ela (criança) nem compreendia o que estávamos ali a trabalhar. Porque tem a ver com as capacidades dela mesmo, porque tem um atraso ainda grande...”* (P6) e *“Uma criança com doze anos é capaz de fazer muitas perguntas e até muito importantes para o PPCA, com este menino de três anos eu estava com dificuldade de aplicar o PPCA e com um atraso de desenvolvimento foi ainda mais difícil...”* (P7). Nestes casos, todos os técnicos referem ter encontrado duas alternativas para contornar as dificuldades percebidas: uma delas foi repartir as sessões em momentos mais breves, de forma a manter a motivação e a concentração destas crianças: *“(...) tinha de ser menos tempo, as sessões. Tínhamos de tentar adaptar aquilo que tínhamos por menos tempo.”*(P6) A outra alternativa baseou-se na utilização de materiais mais concretos e diversos, tal como aconteceu, em vários casos, com crianças mais novas: *“Com ela tinha de ser mais o brincar, pronto. Transformar as coisas numa brincadeira ajudava”*(P6) e *“Se calhar apostarem num lado mais... não diria manuais... Mas em jogos, em livros, para conseguirmos adaptar melhor nestes casos”* (P8).

Subtema: Adaptar aos Gostos e Interesses.

O seguinte subtema destaca a importância de o PPCA proporcionar um leque de atividades e materiais mais diverso, de forma que seja possível ajustá-lo ao objetivo de cada etapa, sem esquecer os interesses da criança. Por exemplo, alguns profissionais observam que o programa tem muitas atividades focadas no desenho. Nesses casos, foi mais difícil captar o interesse das crianças quando estas não gostavam de desenhar: *“Com a*

menina funcionou. Mas com o menino, ele não gostava nada de desenhar então foi mais difícil” (P9). Assim, os profissionais recorriam a outro tipo de materiais ou atividades que fossem mais ajustados aos gostos da criança. Além disso, alguns técnicos sentiram que as atividades eram muito abstratas, discursivas, reflexivas e pouco diversas.

Neste sentido, seria útil que o *PPCA* trouxesse um leque de atividades mais amplo, que cumprisse os objetivos definidos, mas que fosse flexível aos gostos e interesses de cada criança.

3.1.2. Tema: Necessidade de Adaptações à Realidade da Criança

Este tema destaca a importância de o *PPCA* proporcionar orientações de aplicação específicas e ajustadas à realidade concreta de cada criança, enfatizando os cuidados que se devem ter nos casos de interrupção anterior ou da vivência prolongada no contexto da casa de acolhimento, distinto do contexto familiar: “(...) *mas era importante o PPCA ser adaptado à interrupção na adoção, e o PPCA ser adaptado a uma criança que só viva em acolhimento e, talvez, inicialmente tivéssemos mais algum trabalho porque tínhamos de reunir para falar sobre os casos mas, depois, iríamos encontrar um padrão*” (P10).

Subtema: Trabalhar o Impacto da Interrupção.

Algumas crianças passaram pela preparação e pela transição para a adoção após uma história de interrupção com uma família adotiva anterior e os impactos desta situação foram sentidos pelos profissionais. Estes compreendem que quando uma criança vivencia uma interrupção, todo o processo necessita de cuidado redobrado, destacando-se a relevância do *PPCA* antever questões específicas decorrentes desta experiência.

Assim, os profissionais sugerem que o programa desenvolva diretrizes específicas para auxiliar a abordagem de uma interrupção no contexto da nova preparação. Estes sentem necessidade de orientações particulares acerca da interrupção, principalmente, na etapa do luto, para realizar não só a despedida dos progenitores, mas, também, a despedida da família adotiva anterior: “*Será que ela (criança) está a fazer luto de uma mãe com quem esteve um mês? Pronto, eu estava com essa dúvida. Estava a fazer o luto da casa de acolhimento onde viveu dois anos ou três? Ou da família biológica? A minha dificuldade era perceber isso*” (P11). Os técnicos consideram que a etapa do luto pode ser redutora porque não tem em conta os diversos lutos da criança, principalmente, nos casos de interrupção. Também refletem dificuldade em trabalhar a desresponsabilização da criança face à interrupção e o garantir da sua confiança na nova transição, o que sugere que o *PPCA* também poderia trazer orientações específicas nesse sentido: “*Foi necessário desconstruir tudo isto com a (criança), que ela não tinha culpa de nada... que ela não tinha feito nada de errado, mas este casal não estava preparado para adotar.... E que iríamos encontrar... que a equipa de adoções iria agora tentar fazer outra pesquisa para encontrar uma família mais preparada*” (P12).

Subtema: Ajuste à Vivência Prolongada em Acolhimento.

Os profissionais chamam a atenção para a necessidade de o *PPCA* fornecer mais orientações de atuação em algumas etapas, principalmente, no luto relativo a crianças que possuem uma experiência prolongada de situação em acolhimento. Algumas crianças residem desde muito novas na casa de acolhimento e é comum não se recordarem da família biológica nem compreenderem como funciona a vivência familiar: “(...) *Era difícil ela (criança) concretizar a vivência em família porque não tem memórias disso e essas dificuldades mantinham-se. Para ela é estranho pensar numa vivência normativa no seio familiar porque não conhece*” (P13).

Nestes casos, ao abordarem o luto e a história de vida da criança, tal como o *PPCA* propõe, alguns profissionais sentiram que estavam a sugerir memórias à criança e que não estavam a falar de questões realmente importantes para a mesma: “*Enquanto profissional e eu neste papel, acho que é muito difícil para mim e sinto-me com muitos dilemas em estar a implementar uma memória... Em trazer-lhes factos da vida deles*” (P13) e “*Nós estávamos quase... Não é impor uma narrativa, mas... A vivência deles foi toda aqui. Portanto, na preparação quando houve a necessidade de trabalhar o passado, desta relação com a família, o que é que queriam... foi um bocadinho difícil perceber se eles estavam realmente a compreender o que eu dizia*” (P14).

A dificuldade sentida pelos profissionais nestes casos pressupõe a importância de o *PPCA* definir diretrizes e formas de atuação específicas em determinadas etapas que abordem a família de origem, o passado e a história de vida, mas que propiciem um espaço de partilha e luto para outras vivências significativas para esta, como é o caso da vivência na casa de acolhimento.

3.1.3. Tema: Necessidade de Adaptações à Realidade dos Profissionais

O seguinte subtema explora as sugestões dos profissionais para melhorar o *PPCA*, de forma a responder mais eficazmente às questões do seu exercício profissional. Neste âmbito, os profissionais de acolhimento teceram comentários e sugestões que se enquadram nos primeiros dois subtemas apresentados, enquanto o terceiro subtema destaca uma necessidade encontrada pelos profissionais de adoção.

Subtema: Necessidade de Supervisão na Aplicação do PPCA.

No decorrer da aplicação do *PPCA*, os técnicos de acolhimento tiveram a oportunidade de receber alguns momentos de discussão de dúvidas e partilha das suas inseguranças com as investigadoras do estudo, que são formadas em Psicologia e conhecem o *PPCA* em profundidade. Estas reuniões de supervisão foram encaradas como um grande apoio ao longo da aplicação do programa: “*E de facto ajuda partilhar com alguém que está de fora e percebe minimamente e sabe o que é... Então “olha, isto faz sentido?”. Ou seja, falar em conjunto, partilhar... Ajuda.*” (P15) e “*Eu no início estava aqui um bocadinho angustiada... Fiquei: “Ai! E agora? Ela (criança) não está a responder a isto. O que é que eu faço?” Numa reunião com a (supervisora), falámos sobre isso e eu pensei: “Sim, é mesmo assim (...)”* (P5).

A possibilidade de supervisão parece aumentar a segurança percebida pelos técnicos em momentos de dúvida, sugerindo que seria relevante o *PPCA* incluir reuniões periódicas de supervisão com psicólogos da área.

Subtema: Flexibilidade face às Múltiplas Tarefas do Técnico de Acolhimento.

É comum que os técnicos de acolhimento mencionem que a periodicidade das sessões do *PPCA* e as suas exigências temporais não são ajustadas à realidade do seu trabalho, dado que um técnico de acolhimento tem inúmeras tarefas e responsabilidades, apresentando uma agenda bastante preenchida. Assim, vários técnicos verbalizam que o programa não é suficientemente flexível neste sentido, exigindo demasiado tempo e recursos emocionais dos profissionais o que, em alguns momentos, pode ser um fator de dificuldade.

Por isso, a flexibilidade na periodicidade das sessões do *PPCA* é uma necessidade destacada pelos técnicos que, frequentemente, encontram dificuldades em conciliar as exigências do programa com as suas múltiplas responsabilidades: *“Eu sei que há o desejo do PPCA ser...mas nós temos múltiplas tarefas. É muito difícil para nós termos esta pressão”* (P16).

Subtema: Maior Envolvimento dos Profissionais de Adoção.

Os profissionais de adoção encaram a sua participação em algumas atividades do *PPCA* como, por exemplo, o preenchimento do Cartão de Cidadão, como oportunidades bastante benéficas no sentido de aproximar as crianças do seu trabalho: *“É importante elas (crianças) também entenderem e verem quem são as pessoas que andam à procura dos pais para terem a noção de que isto é real. Portanto, acho que conseguimos passar-lhes um bocadinho mais de confiança e de alguma tranquilidade”* (P17) e *“(...) isto tem permitido que a nossa presença enquanto equipa de adoção esteja validada. Os miúdos gostam muito de vir cá para nós assinarmos o cartão de cidadão. (P18). Além disso, mesmo os técnicos de acolhimento valorizam esta participação por parte dos profissionais de adoção: “Eu acho que foi muito importante a parte do cartão de cidadão, para ela (criança) saber que aquilo ia ser passado ao serviço de adoção. (P19).*

Neste contexto, é comum que os profissionais de adoção expressem interesse num maior envolvimento durante a preparação com o programa. Assim, alguns participantes sugerem que os profissionais de adoção deveriam beneficiar de uma formação mais rica sobre o *PPCA*, de forma a aumentar o seu conhecimento e a sua presença como coadjuvantes na aplicação do mesmo: *“Acho que apesar de nos permitir a nós técnicos de adoção estar mais presentes e receber o feedback, sinto que às vezes gostava de poder participar nisto, por exemplo, poder ser uma conjugação entre os técnicos da adoção e o técnico de referência da criança, não é? E assim acho que poderíamos conseguir perceber melhor a evolução da criança”* (P18) e *“(...) tenho a fantasia de que poderíamos fazê-lo em algumas partes, o poder estar presente em algumas sessões, por exemplo”* (P20).

3.2. A Experiência dos Profissionais: Análise Narrativa

Com vista a responder ao segundo objetivo específico - construir uma narrativa relativamente à experiência pessoal dos profissionais de acolhimento e da adoção na aplicação do PPCA- optamos por utilizar uma análise narrativa que permitisse focar no discurso de cada participante como um todo, captando a significação da sua experiência de aplicação do programa a uma determinada criança.

De modo a preservar o mais possível a narrativa sobre a aplicação, a mesma foi analisada considerando a transcrição da entrevista globalmente, procurando manter o sentido que cada um foi atribuindo à experiência, uma vez que os comentários iam estando dispersos ao longo do discurso e iam variando e sendo complementados no relato das experiências em diversas fases do processo. Seguindo a proposta desta análise, a partir de cada entrevista, foi redigido pela investigadora desta tese um texto que constitui uma espécie de súpula narrativa que pretende ressoar as principais vivências das/os profissionais de acolhimento e das/os profissionais de adoção ao longo da implementação do PPCA em cada caso.

Considerando que a experiência de cada um dos grupos dos profissionais, de acolhimento e da adoção, era substancialmente diferente quanto ao contacto com o programa, consideramos mais adequado analisar as suas narrativas separadamente. Neste sentido, pretendem-se conhecer as experiências específicas destes dois tipos de profissionais. As narrativas síntese de cada entrevista, produzidas pelo investigador deste estudo na análise desenvolvida, foram colocadas em anexo, para não alargar aqui o espaço dedicado à sua exposição, constando do Anexo A as narrativas dos profissionais do acolhimento e no Anexo B as narrativas dos profissionais da adoção.

3.2.1. Narrativa dos Profissionais de Acolhimento

Ao descreverem as suas experiências relativamente à preparação da criança com o PPCA e na sua transição para a adoção, os profissionais de acolhimento revelam uma profunda imersão emocional, narrando os eventos pela perspectiva da criança. Ressalta um forte sentido de responsabilidade pelo processo e o receio de perder o controlo sobre a proteção da criança o que, por vezes, leva ao desgaste emocional expresso em várias narrativas. Além disso, tendem a sentir dificuldade na despedida da criança, experienciando ambivalência entre a satisfação pelo processo e a tristeza decorrente do afastamento da relação com a mesma.

A boa relação com os adotantes e a equipa de adoção é sublinhada como uma das maiores fontes de suporte e validação, na qual a comunicação e a expressão emocional entre todos os intervenientes são aspetos considerados essenciais para a gestão das dificuldades ao longo da transição. Embora a maioria destaque as vantagens na relação com os profissionais de adoção, alguns técnicos revelam indignação porque não se sentiram ouvidos pelos colegas, o que gerou desconfiança e algum distanciamento na relação profissional.

Inicialmente, os profissionais de acolhimento tendem a sentir algum ceticismo em relação à exequibilidade do PPCA por lhes parecer demasiado exigente. Durante a aplicação do programa foi comum

sentirem dúvidas relativamente ao efeito das atividades. Contudo, no final, reconhecem o seu potencial ao observar os aspetos positivos da transição e a abertura demonstrada pela criança em relação aos adotantes. Todos descreveram o *PPCA* como uma ferramenta organizadora e estruturante para o seu trabalho, embora muitos tenham encarado a sua implementação como um desafio, principalmente, devido à dificuldade de presenciar e gerir reações emocionais intensas da criança e pela pressão que, paralelamente, sentem, para evitar a disrupção na transição.

Muitos profissionais de acolhimento sentem que, por conhecerem melhor a criança, deveriam ter mais presença e legitimidade durante a pré-adoção, revelando alguma mágoa e angústia quando tal não acontece. Por fim, é frequentemente partilhado o crescimento pessoal e profissional que o *PPCA* lhes proporcionou, sendo considerada uma experiência gratificante na qual se destaca a importância de que todos os envolvidos – profissionais, pais e equipa de adoção – estejam motivados e acreditem no processo.

3.2.2. Narrativa dos Profissionais de Adoção

Ao descreverem as suas experiências nas diferentes transições, os profissionais de adoção evidenciam uma narrativa assente numa descrição detalhada da transição, principalmente, no que respeita à interação entre a criança e os adotantes. Evidencia-se uma abordagem analítica, na qual é bastante enfatizada a importância da colaboração entre todos os envolvidos – técnicos, pais e a equipa de acolhimento – para o sucesso da transição. A sensação de pertença a uma equipa alargada, onde não existe rigidez de papéis, fortalece a confiança destes profissionais no processo e parece aumentar a segurança da criança que, na ótica destes, reflete um maior bem-estar durante toda a transição. Segundo a perspetiva dos profissionais de adoção, por vezes, existe um conflito de poder com os técnicos de acolhimento, pela sua necessidade excessiva de controlo, o que faz com que o processo não seja tão fluído.

O *PPCA* é reconhecido pelos profissionais de adoção como uma importante orientação para aumentar a segurança dos técnicos de acolhimento. A maioria destes profissionais manifestam o desejo de aprofundarem o conhecimento sobre o programa e de participar mais ativamente na preparação da adoção, com o objetivo de estabelecer uma relação mais próxima com a criança, facilitando a sua confiança no trabalho que estes desenvolvem. Contudo, sabem que esta participação seria apenas coadjuvante, pois consideram que são os técnicos de acolhimento que conhecem a criança e têm uma relação sólida com ela para aplicar o *PPCA*.

De forma geral, existe um forte sentido de responsabilidade na escolha da família para a criança, que se transpõe no destaque que atribuem às qualidades dos adotantes que selecionaram. Sentem que têm o papel de dar voz aos adotantes, validando o seu empenho. Além disso, muitos revelam uma intensa preocupação para gerir as expectativas de todos os envolvidos levando a um elevado nível de pressão, especialmente, em casos de disrupção onde a culpabilização e o impacto emocional são bastante intensos nestes profissionais.

Na sua generalidade, descrevem a experiência como gratificante e enriquecedora, tanto a nível pessoal como profissional, sendo que a maioria dos profissionais confia na capacidade dos adotantes para lidar com as adversidades. Quase todos sentiram surpresa com a facilidade de relacionamento que a criança demonstrou com os pais adotivos. Além disso, valorizam a sua participação no *PPCA* através, por exemplo, do preenchimento do Cartão de Cidadão, pois facilita a compreensão e a validação do seu trabalho pelos restantes intervenientes. Finalmente, a previsibilidade e o planeamento conjunto da transição conferem segurança a estes profissionais, enquanto revelam empatia pela preocupação excessiva que, muitas vezes, presenciam nos técnicos de acolhimento, devido à exigência emocional trazida pelo seu trabalho.

Figura 2. Sumarização das narrativas e narrativas protótipo

Narrativas Profissionais de Acolhimento	Narrativas Profissionais de Adoção
Tópicos emergentes: ▪ Profunda imersão emocional, descrevendo os eventos do ponto de vista da criança ▪ Forte sentido de responsabilidade pelo processo ▪ Crescimento pessoal e profissional com o <i>PPCA</i> ▪ Trabalho em equipa como fonte de suporte e validação ▪ Ambivalência e dificuldade face à despedida da criança ▪ Ceticismo inicial sobre a aplicabilidade do <i>PPCA</i> ▪ Balanço geral positivo da experiência ▪ Programa visto como um apoio, mas dificuldades na gestão pessoal das emoções	Tópicos emergentes: ▪ Discurso focado nos detalhes da transição ▪ Elogios frequentes aos adotantes ▪ Forte sentido de responsabilidade pelo processo ▪ Crescimento pessoal e profissional após aplicação do <i>PPCA</i> ▪ Trabalho em equipa como fonte de suporte ▪ Perceção de excessiva preocupação e necessidade de controlo por parte dos profissionais de acolhimento ▪ <i>PPCA</i> como uma segurança para os profissionais de acolhimento ▪ Surpresa face à abertura da criança na transição ▪ Interesse num maior envolvimento no <i>PPCA</i>.

Texto da Narrativa Protótipo construída:

Ana tinha em mãos o trabalho de preparar Pedro, um menino de 5 anos, para a adoção. Ao ler sobre o PPCA e folhear os seus materiais, ou seja, o Caderno da Criança e o Caderno do Profissional, esta sentiu alguma ansiedade pois achava impossível aplicar um programa aparentemente tão complexo a este menino, com tantos traumas.

Além disso, todas as semanas surgem tarefas e imprevistos para resolver na casa, onde é que iria ter tempo para aplicar bem as sessões? Quando começou a aplicar o PPCA junto de Pedro, Ana diz que foi sentindo o que ele sentia. Esta sentia-se responsável por controlar as explosões de raiva de Pedro, principalmente, quando se falava da família biológica. Foi uma experiência emocionante, mas desgastante.

A união com as profissionais de adoção, suas colegas, foi uma lufada de ar fresco para lidar com estes desafios. No final, Ana sente que não saberia como abordar certos temas com Pedro se não fosse o PPCA. Ao longo da transição, esta sentiu que Pedro precisava cada vez menos de si por estar mais próximo dos pais, o que era positivo, mas, ao mesmo tempo, difícil, afinal, já não ia ver o Pedro na casa.

Depois de aplicar o PPCA e acompanhá-lo neste processo, Ana sente que cresceu enquanto pessoa a profissional.

Texto da Narrativa Protótipo construída:

Teresa acompanhou a transição para a adoção de Pedro, um menino de 5 anos de idade.

Esta sentiu que a transição foi muito tranquila e confessa que se sentiu surpresa com Pedro, que foi muito caloroso com os pais adotivos desde os primeiros dias, algo que não era esperado porque era um menino desafiante. Contudo, os pais foram excecionais porque tinham uma capacidade extraordinária de comunicar e brincar com Pedro.

Além disso, Teresa sente que ele foi muito bem preparado pelo PPCA, elogiando o trabalho de Ana que, por vezes, ficava muito preocupada com a evolução de Pedro e, por isso, queria participar em todos os momentos da transição. Teresa recorda que foi muito importante trabalhar em equipa com Ana e com o casal porque davam forças uns aos outros e não deixavam de acreditar no sucesso da transição.

Foi um caminho que exigiu muita responsabilidade e teve vários momentos stressantes, mas Teresa considera que aprendeu bastante com a experiência tanto a nível profissional como a nível pessoal. Foi maravilhoso acompanhar a evolução da relação entre Pedro e os seus pais ao longo da transição.

Ao perceber melhor como funciona o PPCA, Teresa gostaria de participar no programa mais de perto no futuro. Sente que o PPCA a aproximou de Pedro, o que foi bastante positivo.

4. Discussão

A literatura disponível acerca da preparação da criança para a adoção ainda é bastante escassa (e.g. Henry, 2005; Hanna, 2007; O'Dell et al., 2015). O *PPCA* assume-se como uma ferramenta que pretende modificar esta situação, comprometendo-se com a preparação da criança para a adoção ao elencar temáticas essenciais e atividades diversas para a abordagem do conceito de adoção, a história de vida, o luto da família biológica e a tomada de conhecimento progressivo da família adotiva, num caminho para a permanência. Visto ser um programa de cariz pioneiro no âmbito da preparação para a adoção, o presente estudo teve como objetivos (i) proporcionar a reflexão relativamente a aspetos passíveis de melhoria e (ii) compreender experiência pessoal dos profissionais com a aplicação do programa. Através das conclusões deste estudo, esperamos que seja possível potenciar os benefícios do *PPCA*.

Os profissionais identificaram condições específicas nas quais a implementação do *PPCA* foi mais exigente e em que deveria fornecer mais suporte, incluindo situações nas quais a criança: (i) apresenta uma idade precoce, concretamente, durante o período pré-escolar, (ii) possui um défice cognitivo, (iii) tem interesses incompatíveis com as atividades propostas pelo programa, (iv) passou por uma disrupção na adoção ou (v) vivenciou uma experiência prolongada na casa de acolhimento. Além disso, os profissionais de acolhimento reconheceram a necessidade de supervisão e a exigência da aplicação do programa a nível emocional e do tempo necessário, o qual se revelou, por vezes, difícil de conciliar com a sobrecarga laboral do seu quotidiano. Por fim, os participantes também refletiram sobre a importância de envolver mais ativamente os profissionais de adoção na implementação do *PPCA*.

Relativamente à aplicação do *PPCA* com crianças mais novas e/ou com algum défice cognitivo, os participantes identificaram dificuldades de concentração e de compreensão linguística e, por isso, decidiram simplificar e tornar as atividades ainda mais lúdicas. De facto, Piaget e Inhelder (1969) concluíram que crianças com idades compreendidas entre os dois e os cinco anos apresentam competências linguísticas incompletas, raciocínio ilógico, inconsistência na expressão de ideias e um estilo de pensamento autocentrado, fazendo com que disponham de recursos atencionais mais limitados. Durante este período, é bastante comum que as crianças construam e assimilem a realidade, essencialmente, através do jogo simbólico (e.g. Lifter et al. 1993; Hedges, 2000; O'Reilly & Dolan 2016; Cade, 2023) que consiste na capacidade de representar objetos, pessoas e situações por meio da imaginação, através da brincadeira do *faz de conta* (Piaget & Inhelder, 1969). Embora o desenho seja uma forma de jogo simbólico (Piaget & Inhelder, 1969), existem vários materiais que expandem a capacidade de representar a realidade, tais como bonecos e outros brinquedos ou objetos (O'Reilly & Dolan, 2016). Adicionalmente, é comum que os profissionais sintam menos conforto para partilhar e discutir informações emocionalmente difíceis com crianças mais

novas, contudo, estas expressam interesse em conhecer os acontecimentos que fazem parte da sua vida (Staines & Selwyn, 2020).

O'Reilly e Dolan (2016) refletiram a importância de utilizar brincadeiras e atividades lúdicas ajustadas às características das crianças, com o objetivo terapêutico de processar eventos de vida difíceis. De acordo com os autores, os assistentes sociais notaram que “*brincar*” fez com que as crianças se mostrassem mais tranquilas e abertas para falar sobre questões difíceis da sua vida. Simultaneamente, a utilização de métodos lúdicos ajudou a que os profissionais se sentissem mais confiantes e confortáveis para abordar os temas, percebendo que melhoraram as suas competências de comunicação com as crianças. Além disso, conseguiam compreender mais profundamente a perspectiva da criança acerca dos temas discutidos (O'Reilly & Dolan, 2016). Considerações semelhantes foram refletidas na nossa amostra, visto que os participantes expressaram mais facilidade e conforto quando amplificaram o caráter lúdico dos materiais e atividades do *PPCA*, denotando-se a existência de um maior nível de conforto pela parte das crianças quando esta abordagem era utilizada. Colliver e Fleer (2016), evidenciaram que as crianças pequenas conseguem compreender aquilo que aprendem através da brincadeira, o que significa que as atividades lúdicas as aproximam da realidade. Esta evidência explica a surpresa que os profissionais sentiram quando perceberam que as crianças pequenas estavam bastante cientes dos temas abordados ao longo da preparação, no momento da transição.

As evidências descritas esclarecem a necessidade que os profissionais sentiram no sentido de diversificar e adaptar as atividades às características desenvolvimentais das crianças. Portanto, conclui-se que as crianças constroem mais facilmente significado dos acontecimentos quando os meios são adaptados aos seus interesses, necessidades e competências cognitivas (Cade, 2023). Assim, é fundamental que os profissionais recebam formação para implementar estas estratégias de forma eficaz, em crianças com um desenvolvimento típico ou atípico (Staines & Selwyn, 2020; Cade, 2023), o que sustenta a pertinência de o programa detalhar orientações nesse sentido.

Adicionalmente, crianças com limitações cognitivas tendem a revelar dificuldades na representação simbólica dos elementos (Lifter et al., 1993, Cade, 2023). Além disso, é comum que manifestem comportamentos disruptivos, dificuldades relacionais e um comprometimento acentuado da concentração, principalmente, quando passaram por experiências traumáticas (Smolleck & Duffy, 2017), sendo aspetos que os participantes do nosso estudo destacaram ao relatar experiências com estas crianças. Ryan (1999) percebeu que crianças com limitações cognitivas precisam de um maior suporte para se envolverem no jogo simbólico, sendo que um elevado apoio emocional e a utilização de objetos concretos, semelhantes aos da vida real, parecem ser ferramentas que facilitam a compreensão destas crianças. Assim, percebe-se que as diretrizes de adaptação solicitadas pelos profissionais decorrem da importância comprovada de adaptar mais eficazmente

as atividades do *PPCA* ao nível desenvolvimental e às características da criança. A existência de um leque mais variado de materiais e atividades é uma opção útil, na perspectiva dos profissionais.

Por outro lado, os profissionais consideraram que as possíveis vivências traumáticas da criança são um elemento crítico que deve ser considerado nas orientações do *PPCA*, especificamente, no que respeita a situações de disrupção e/ou vinculação prolongada com os elementos da casa. Efetivamente, Selwyn et al. (2014) verificaram que os profissionais na área da adoção percebem que uma disrupção provoca um forte impacto emocional nas crianças, sendo necessária uma atenção especial nestes casos. Consequentemente, sugerem que se realize: (i) uma avaliação aprofundada do estado emocional da criança após este evento, (ii) o trabalho da história de vida, integrando a disrupção na informação autobiográfica, (iii) o fortalecimento das estratégias de apoio emocional e (iv) um planeamento mais detalhado das várias etapas correspondentes à nova transição. Os participantes do nosso estudo reconheceram estes aspetos como relevantes após uma disrupção, destacando o impacto emocional que este evento provocou não só na criança, mas neles próprios. É comum que as crianças que sofrem uma disrupção a percecionem como uma consequência de não serem suficientemente desejadas, o que pode gerar culpabilização e uma diminuição na sua autoestima (Bombach et al., 2018). No entanto, as crianças tendem a manifestar uma perspetiva mais ajustada da disrupção quando lhe atribuem ativamente um significado (Bombach et al., 2018), o que reforça a importância da existência de diretrizes neste sentido no *PPCA*.

O trabalho do luto e a criação de significado das perdas implicadas pela permanência da adoção não se esgotam com a família biológica ou com uma eventual família adotiva anterior, nos casos de disrupção. Segundo Boswell e Cudmore (2017), as crianças desenvolvem relações de vinculação com alguns cuidadores da casa de acolhimento, assim, a elaboração do luto face a estas perdas é psicologicamente crucial para que as crianças processem os acontecimentos e estejam abertas ao estabelecimento de novas vinculações. Para tal, é imperativo que essas pessoas da casa proporcionem à criança um ambiente seguro para expressar sentimentos dolorosos, decorrentes da experiência de luto (Boswell & Cudmore, 2017). Tais evidências corroboram a sugestão dos nossos participantes, assente na inclusão de orientações concretas face aos diversos lutos que uma criança que será adotada pode experienciar.

Até aqui, a literatura encontrada sustenta a importância de adaptar mais detalhadamente as atividades do *PPCA* às características e vivências das crianças, tal como foi refletido pelos nossos resultados. Por outro lado, enfatizaram que o *PPCA* é uma fonte de segurança e suporte devido à estrutura e à organização que proporciona aos profissionais na experiência de preparar a criança para adoção.

Não obstante, os profissionais destacaram benefícios na supervisão, como uma fonte acrescida de apoio percebida por estes como necessária. Também noutros estudos, os assistentes sociais que atuam na área da promoção e proteção de crianças e jovens salientam a necessidade de receber mais formação e acompanhamento no seu trabalho, através da supervisão (eg. Aarons et al., 2009; Murray et al., 2010; Selwyn

et al., 2014, Salloum et al., 2015). Na literatura, a implementação de estruturas de suporte encontra-se associada a níveis mais elevados de satisfação no trabalho, práticas mais adequadas e menores níveis de *stress* entre profissionais na área da proteção infantil (Hamama, 2012; Selwyn et al., 2014).

Os profissionais, sublinham ainda que carecem de supervisão não só a nível técnico, mas, também, a nível emocional, reportando a necessidade de suporte para lidar com as descargas emocionais das crianças e com o processar o seu próprio luto quando estas saem da casa de acolhimento, resultado este convergente com a literatura (Murray et al., 2010). De facto, durante a transição para a adoção, os assistentes sociais deparam-se com uma panóplia de emoções, entre as quais estão a dor da perda da presença da criança no seu quotidiano profissional, a ansiedade quanto ao futuro da mesma com a família adotiva e a felicidade por esta beneficiar de uma solução de permanência (Boswell & Cudmore, 2017). As experiências emocionais descritas refletiram-se na narrativa dos profissionais de acolhimento, que revelam ambivalência quanto à adoção da criança e dificuldade em gerir as emoções das mesmas ao longo da preparação, sugerindo a importância da supervisão e apoio neste sentido.

Por conseguinte, é comum que estes profissionais sofram de fadiga por compaixão (Conrad, & Kellar-Guenther, 2006; Geoffrion et al., 2015), caracterizada pelo cansaço e ansiedade decorrente do assistir frequentemente ao sofrimento do outro (Conrad, & Kellar-Guenther, 2006). Além disso, é comum que os assistentes sociais se sintam sobrecarregados com o seu trabalho na área da proteção (Conrad, & Kellar-Guenther, 2006; Stalker et al., 2007), porquanto alimentam um forte sentimento de responsabilização pelo bem-estar das crianças, o que pode intensificar os seus níveis de ansiedade (Geoffrion et al., 2015). Os participantes do nosso estudo expressaram, frequentemente, o cansaço que sentiram durante o processo de preparação e transição, contudo, não descuraram a gratificação pessoal que vivenciaram. Embora o trabalho de proteção da criança envolva níveis elevados de *stress*, também pode proporcionar elevados níveis de satisfação (Stalker et al., 2007). A satisfação por compaixão caracteriza-se pela sensação de recompensa por ter ajudado o outro, sendo frequentemente encontrada em profissionais da área de proteção infantil, afirmando-se como um fator que contribui para a redução da ansiedade e/ou da exaustão que possam sentir (Conrad, & Kellar-Guenther, 2006; Stalker et al., 2007). Neste âmbito, um dos fatores mais determinantes para proporcionar tal sensação é o trabalho em equipa e o apoio mútuo entre profissionais (Conrad, & Kellar-Guenther, 2006).

Na realidade, tanto profissionais de acolhimento como profissionais de adoção destacaram o trabalho em equipa como um dos fatores mais importantes do processo com o *PPCA*. A colaboração entre profissionais favorece o bem-estar dos mesmos e a sua sensação de segurança o que, consequentemente, facilita a resposta às necessidades da criança (Rumping et al., 2018). Bronstein (2003) define a interdependência como a ocorrência de interações entre profissionais que são essenciais na prossecução de objetivos comuns e tal só é possível através de (i) flexibilidade, (ii) diálogo, (iii) reflexão conjunta sobre o

processo e (iv) o sentimento de responsabilidade partilhado entre profissionais. Todos estes aspetos foram destacados pelos participantes do nosso estudo quando narravam experiências positivas de articulação com os profissionais de adoção ou de acolhimento. Além destes pontos, Rumping et al. (2018) salientam a importância da confiança entre profissionais, sendo que esta pode ser potenciada através de reuniões formais ou informais, na qual o diálogo é essencial. Vários profissionais sentiram que o *PPCA* fortaleceu o sentimento de colaboração em equipa, tendo um impacto positivo no trabalho realizado.

Finalmente, a sugestão dada pelos participantes relativa a uma maior aproximação dos profissionais da adoção na preparação da criança com o *PPCA* pode aumentar a compreensão mútua entre profissionais de acolhimento e de adoção, que nem sempre é sentida. Phillips & Walsh (2019) destacam que os profissionais de adoção gostariam que os técnicos de acolhimento partilhassem mais informação sobre o processo da criança, solicitassem os seus pontos de vista, e gostariam de estar mais envolvidos na tomada de decisão. Além da comunicação, valorizaram o respeito mútuo e a capacidade de resolução de problemas como aspetos importantes no trabalho em equipa, algo que os nossos participantes também salientaram.

Assim, mediante a captação da experiência dos profissionais e das suas propostas de melhoria relativamente ao programa, propomos as seguintes medidas: (a) anexar ao *PPCA* um *kit* padronizado e diversificado de materiais lúdicos, adaptados a diferentes idades, características e perfis cognitivos das crianças; (b) integrar no programa atividades que impliquem um maior envolvimento dos profissionais da adoção na preparação da criança ao longo de todo o processo; (c) incluir na formação sobre o programa, para além dos aspetos técnicos relativos à sua aplicação, uma componente sobre aspetos do envolvimento pessoal, gestão das emoções e relações entre as equipas profissionais; (d) a ocorrência de sessões periódicas de supervisão entre os técnicos e profissionais da área de Psicologia, nas quais existiria espaço para reflexão, apoio técnico e emocional; (e) a existência de formações contínuas para os profissionais de acolhimento e de adoção relativamente a temas como o luto no âmbito da adoção, a disrupção e o desenvolvimento emocional das crianças e, finalmente, (f) criar uma plataforma *online* na qual os profissionais consigam registar dificuldades e sugestões de melhoria em tempo real. De um modo geral, espera-se que estas propostas promovam um ambiente de trabalho ainda mais colaborativo entre os profissionais envolvidos, o qual irá também reverter-se numa melhor preparação das crianças.

5. Conclusões finais

O presente estudo permitiu recolher e analisar o *feedback* da experiência dos profissionais na utilização do *PPCA*, que indicaram sugestões aplicáveis ao contexto real, visando otimizar a preparação das crianças para a adoção. Os resultados obtidos parecem sustentar aspetos que já têm vindo a ser identificados

como pertinentes na literatura, o que, por sua vez, valida a experiência e as necessidades dos nossos participantes. Com efeito, desenvolveu-se uma reflexão quanto às adaptações possíveis de aplicar ao programa, de modo a maximizar o bem-estar dos profissionais de acolhimento, de adoção, dos adotantes e, sobretudo, da criança, protagonista de um exigente processo, durante a sua preparação e transição para a nova família. Salientar também que, apesar de terem sido identificados pontos a melhorar, os profissionais transmitem uma perspectiva bastante positiva relativamente ao programa, o que podemos considerar como um fator encorajador da sua expansão no contexto de acolhimento residencial de crianças e jovens com projeto de adotabilidade.

Apesar do caráter precursor do presente estudo, este apresenta limitações que devem ser consideradas. Primeiramente, não foi possível abranger todos os comentários relativos ao programa porque foram demasiado vastos e diversos, tanto em termos quantitativos como ao nível dos conteúdos abordados, levando a que se focasse apenas nas sugestões de melhoria. Outra limitação prende-se com a falta de enquadramento dos comentários trazidos pelos profissionais com os aspetos contextuais das dinâmicas das casas. Além disso, não foi realizada uma articulação daquilo que os dois tipos de profissionais referiam quanto à mesma criança e à sua respetiva experiência de preparação e transição, o que poderia enriquecer os resultados suscitados.

No sentido de alargar e enriquecer as conclusões proporcionadas pelo nosso estudo, em investigações futuras propomos que seja realizado/a: (i) um estudo longitudinal que pretenda captar a experiência dos profissionais ao longo do tempo, sendo possível compreender os efeitos da experiência sucessiva com o *PPCA* (fatores de desgaste e de facilitação na sua implementação); (ii) a inclusão das vozes de crianças e de adotantes, para conhecer a sua experiência, obtendo uma perspectiva mais completa que facilite a melhor condução das alterações a implementar; (ii) e, posteriormente, a realização de estudos que permitam avaliar a experiência de todos os envolvidos numa versão do programa revisto, através das propostas evidenciadas neste estudo.

Finalmente, diríamos que as perspetivas dos profissionais refletem a relevância de encorajar cada vez mais a generalização da aplicação do *PPCA* a todas as crianças no nosso país. Tornou-se claro que o *PPCA* promove uma preparação para a adoção centrada na criança, ao dar-lhe voz durante o seu caminho para a adoção, garantindo-lhe o direito de se envolver em tomadas de decisão quanto à sua preparação para a transição para uma nova família. Este estudo sublinha o impacto transformador que a aplicação do *PPCA* poderá ter na melhoria das práticas adotivas, impulsionando mudanças estruturais que colocam a criança no centro do processo, como sujeito ativo e protegido. Por isso, investigar de que forma é possível aprimorar estas práticas é o veículo que permite expandir mais e mais a qualidade do processo de preparação para a adoção.

6. Referências Bibliográficas

- Aarons, G. A., Fettes, D. L., Flores, L. E., & Sommerfeld, D. H. (2009). Evidence-based practice implementation and staff emotional exhaustion in children's services. *Behaviour Research and Therapy*, 47(11), 954–960. <https://doi.org/10.1016/j.brat.2009.07.006>
- Aramburu Alegret, I., Pérez-Testor, C., Mercadal Rotger, J., Salamero Baró, M., Davins Pujols, M., Mirabent Junyent, V., Aznar Martínez, B., & Brodzinsky, D. (2018). Influence of Communicative Openness on the Psychological Adjustment of Internationally Adopted Adolescents. *Journal of Research on Adolescence*, 30(S1), 226–237. <https://doi.org/10.1111/jora.12464>
- Amorim, S., & Agulhas, R. (2017). *Álbum de Famílias* (Fábula, Ed.) [Review of *Álbum de Famílias*].
- Barbosa-Ducharne, M., Ferreira, J., Soares, J., & Barroso, R. (2015). Parental perspectives on adoption communication within Portuguese adoptive families: Children/adolescents. *Family Science*, 6(1), 58–67. <https://doi.org/10.1080/19424620.2015.1080994>
- Barbosa-Ducharne, M., & Marinho, S. (2018). Beyond the Child's Age at Placement: Risk and Protective Factors in Preadoption Breakdown in Portugal. *Research on Social Work Practice*, 29(2), 143–152. <https://doi.org/10.1177/1049731518783855>
- Barone, L., Lionetti, F., & Green, J. (2017). A matter of attachment? How adoptive parents foster post-institutionalized children's social and emotional adjustment. *Attachment & Human Development*, 19(4), 323–339. <https://doi.org/10.1080/14616734.2017.1306714>
- Bejenaru, A., Raiu, S., Iovu, M., Negoescu, A., & Corman, S. (2024). “We thought we were stronger than we were”: adopters' narratives about the adoption journey and disruption. *Frontiers in Psychology*, 15, 1381050. <https://doi.org/10.3389/fpsyg.2024.1381050>
- Berry, M., Barth, R. P., & Needell, B. (1996). Preparation, support, and satisfaction of adoptive families in agency and independent adoptions. *Child & Adolescent Social Work Journal*, 13(2), 157–183. <https://doi.org/10.1007/bf01876644>

- Bombach, C., Gabriel, T., & Stohler, R. (2018). Acknowledging the Complexity of Processes leading to Foster Care Breakdown. *International Journal of Child, Youth and Family Studies*, 9(2), 38. <https://doi.org/10.18357/ijcyfs92201818212>
- Boswell, S., & Cudmore, L. (2017). Understanding the “blind spot” when children move from foster care into adoption. *Journal of Child Psychotherapy*, 43(2), 243–257. <https://doi.org/10.1080/0075417x.2017.1323946>
- Bowlby, J. (1973). Attachment and loss: Vol. 2. *Separation: Anxiety and anger*. Penguin Books.
- Braun, V., & Clarke, V. (2006). Using Thematic Analysis in Psychology. *Qualitative Research in Psychology*, 3(2), 77–101.
- Brodzinsky, D. M., & Pinderhughes, E. E. (2002). Parenting and child development in adoptive families. In M. Bornstein (Ed.), *Handbook of parenting: Children and parenting* (Vol. 1, pp. 279–311). Lawrence Erlbaum Associates.
- Brodzinsky, D. (2006). Family Structural Openness and Communication Openness as Predictors in the Adjustment of Adopted Children. *Adoption Quarterly*, 9(4), 1–18. https://doi.org/10.1300/j145v09n04_01
- Brodzinsky, D. M. (2011). Children’s understanding of adoption: Developmental and clinical implications. *Professional Psychology: Research and Practice*, 42(2), 200–207. <https://doi.org/10.1037/a0022415>
- Brodzinsky, D. M. (2014). Adoptive identity and children’s understanding of adoption: Implications for pediatric practice. In E. P. Gordon, R. F. Kaltman, & H. O. Chatoor (Eds.), *Adoption medicine: Caring for children and families* (pp. 367–394). *American Academy of Pediatrics*.
- Brodzinsky, D., Gunnar, M., & Palacios, J. (2021). Adoption and trauma: Risks, recovery, and the lived experience of adoption. *Child Abuse & Neglect*, 130(2), 105309. <https://doi.org/10.1016/j.chiabu.2021.105309>

- Bronstein, L. R. (2003). A model for interdisciplinary collaboration. *Social Work*, 48(3), 297–306.
<https://doi.org/10.1093/sw/48.3.297>
- Cade, J. (2023). Child-centered pedagogy: Guided play-based learning for preschool children with special needs. *Cogent Education*, 10(2). <https://doi.org/10.1080/2331186x.2023.2276476>
- Child Welfare Information Gateway. (2013). *Preparing children and youth for adoption or other family permanency*. U.S. Department of Health and Human Services, Children’s Bureau.
https://ilscertification.com/resources/Permanency/preparing_youth.pdf
- Coakley, J. F., & Berrick, J. D. (2007). Research Review: In a rush to permanency: preventing adoption disruption. *Child & Family Social Work*, <https://doi.org/10.1111/j.1365-2206.2006.00468.x>
- Colliver, Y., & Fleer, M. (2016). “I already know what I learned”: young children’s perspectives on learning through play. *Early Child Development and Care*, 186(10), 1559–1570.
<https://doi.org/10.1080/03004430.2015.1111880>
- Conrad, D., & Kellar-Guenther, Y. (2006). Compassion fatigue, burnout, and compassion satisfaction among Colorado child protection workers. *Child Abuse & Neglect*, 30(10), 1071–1080.
<https://doi.org/10.1016/j.chiabu.2006.03.009>
- Conselho Nacional de Adoção. (2018). Relatório anual de atividades: 2018. Ministério Público.
<https://gfcj.ministeriopublico.pt/sites/default/files/documentos/pdf/relatorioanualdeatividadescna2018.pdf>
- Conselho Nacional para a Adoção. (2022). Relatório anual de atividades. <https://scml.pt/wp-content/uploads/2023/09/relatorio-CNA-2022.pdf>
- Cook-Cottone, C., & Beck, M. (2007). A Model for Life-Story Work: Facilitating the Construction of Personal Narrative for Foster Children. *Child and Adolescent Mental Health*, 12(4), 193–195.
<https://doi.org/10.1111/j.1475-3588.2007.00446.x>
- Cudmore, L. (2005). Becoming parents in the context of loss. *Sexual and Relationship Therapy*, 20(3),

299–308. <https://doi.org/10.1080/14681990500141204>

Dance, C., & Rushton, A. (2005). Joining a New Family: The Views and Experiences of Young People Placed with Permanent Families during Middle Childhood. *Adoption & Fostering*, 29(1), 18–28. <https://doi.org/10.1177/030857590502900104>

Diário da República. (1966). Decreto-Lei nº 47344, de 25 de novembro. <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/decreto-lei/47344-1966-477358>

Diário da República. (2015). Decreto-Lei nº 143 de 8 de setembro de 2015. <https://files.dre.pt/1s/2015/09/17500/0723207251.pdf>

Erikson, E. (1959). *Identity and the life cycle*. International Universities Press.

Fahlberg, V. (1991). *A child's journey through placement*. Perspectives Press.

Feeney, J. A., Passmore, N. L., & Peterson, C. C. (2007). Adoption, attachment, and relationship concerns: A study of adult adoptees. *Personal Relationships*, 14(1), 129–147. <https://doi.org/10.1111/j.1475-6811.2006.00145.x>

Festinger, T. (2014). *Adoption Disruption*. 437–454. <https://doi.org/10.7312/mall15180-024>

Fidalgo, I. (2019). *Evaluating the process and the impact of preparing children for adoption using the PPCA - Program for Preparing Children for Adoption* [Projeto de Doutoramento não publicado]. Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto.

Fidalgo, I., & Henriques, M. R. (2023). “Adoption is Kinda Hard and Kinda Cool”: Residential care children’s views on adoption and preparation for adoption. *Child & Family Social Work*. <https://doi.org/10.1111/cfs.13109>

Finet, C., Waters, T. E. A., Vermeer, H. J., Juffer, F., Van IJzendoorn, M. H., Bakermans-Kranenburg, M. J., & Bosmans, G. (2020). Attachment development in children adopted from China: the role of pre-adoption care and sensitive adoptive parenting. *Attachment & Human Development*, 23(5), 1–21. <https://doi.org/10.1080/14616734.2020.1760902>

- Geoffrion, S., Morselli, C., & Guay, S. (2015). Rethinking Compassion Fatigue Through the Lens of Professional Identity. *Trauma, Violence, & Abuse*, 17(3), 270–283. <https://doi.org/10.1177/1524838015584362>
- González, J. (2014). Código civil anotado: Volume V – Direito da família. Quid Juris – Sociedade Editora Lda.
- Grotevant, H. D. (1997). Coming to Terms with Adoption. *Adoption Quarterly*, 1(1), 3–27. https://doi.org/10.1300/j145v01n01_02
- Grotevant, H. D., Rueter, M., Von Korff, L., & Gonzalez, C. (2010). Post-adoption contact, adoption communicative openness, and satisfaction with contact as predictors of externalizing behavior in adolescence and emerging adulthood. *Journal of Child Psychology and Psychiatry*, 52(5), 529–536. <https://doi.org/10.1111/j.1469-7610.2010.02330.x>
- Grotevant, H. D., & McDermott, J. M. (2014). Adoption: Biological and Social Processes Linked to Adaptation. *Annual Review of Psychology*, 65(1), 235–265. <https://doi.org/10.1146/annurev-psych-010213-115020>
- Habermas, T., & Köber, C. (2015). Autobiographical reasoning is constitutive for narrative identity: The role of the life story for personal continuity. In K. C. McLean & M. Syed (Eds.), *The Oxford handbook of identity development* (pp. 149–165). Oxford University Press.
- Hamama, L. (2012). Burnout in Social Workers Treating Children as Related to Demographic Characteristics, Work Environment, and Social Support. *Social Work Research*, 36(2), 113–125. <https://doi.org/10.1093/swr/svs003>
- Hammond, S. P., Young, J., & Duddy, C. (2021). Life Story Work for Children and Young People with Care experience: a Scoping Review. *Developmental Child Welfare*, 2(4), 251610322098587. <https://doi.org/10.1177/2516103220985872>
- Hawkins, A., Beckett, C., Rutter, M., Castle, J., Groothues, C., Kreppner, J., Stevens, S., & Sonuga-Barke, E. (2007). Communicative Openness About Adoption and Interest in Contact in a Sample of Domestic and Intercountry Adolescent Adoptees. *Adoption Quarterly*, 10(3-4), 131–156.

<https://doi.org/10.1080/10926750802163220>

- Hedges, H. (2000). Teaching in Early Childhood: Time to Merge Constructivist Views so Learning through Play Equals Teaching through Play. *Australasian Journal of Early Childhood*, 25(4), 16–21. <https://doi.org/10.1177/183693910002500404>
- Henry, D. L. (2005). The 3–5–7 Model: preparing children for permanency. *Children and Youth Services Review*, 27(2), 197–212. <https://doi.org/10.1016/j.childyouth.2004.09.002>
- Henriques, M., Teixeira, D., & Silva, S. (2017). *Programa de preparação da criança para a adoção: Manual*. Coisas de Ler.
- Henriques, M. R., Fidalgo, I., Teixeira, D. N., Domingues, M., & Silva, S. (2020). Child Preparation for Adoption as an Ethical Requirement during Pre-Placement: The PPCA. *Adoption Quarterly*, 24(2), 128–151. <https://doi.org/10.1080/10926755.2020.1834043>
- Horstman, H. K., Colaner, C. W., & Rittenour, C. E. (2016). Contributing Factors of Adult Adoptees' Identity Work and Self-Esteem: Family Communication Patterns and Adoption-Specific Communication. *Journal of Family Communication*, 16(3), 263–276. <https://doi.org/10.1080/15267431.2016.1181069>
- Instituto da Segurança Social. (2019). Guia de procedimentos: Procedimentos para a preparação da criança para adoção. <https://www.seg-social.pt/documents/10152/13326/Guia+de+procedimentos+Procedimentos+para+a+Prepara%C3%A7%C3%A3o+da+crian%C3%A7a+para+Ado%C3%A7%C3%A3o.pdf/fa9bc8ea-e0ec-42e5-ad04-696804603283>
- Instituto da Segurança Social. (2024) Guia Prático: Adoção. https://www.seg-social.pt/documents/10152/14984/N32_adocao/eda1d840-7306-49b7-a699-cbfa9d8d604c
- Juffer, F., Hoksbergen, R. A. C., Riksen-Walraven, J. M., & Kohnstamm, G. A. (1997). Early Intervention in Adoptive Families: Supporting Maternal Sensitive Responsiveness,

- Infant?Mother Attachment, and Infant Competence. *Journal of Child Psychology and Psychiatry*, 38(8), 1039–1050. <https://doi.org/10.1111/j.1469-7610.1997.tb01620.x>
- Kendrick, A., Steckley, L., & Lerpiniere, J. (2008). Ethical issues, research and vulnerability: gaining the views of children and young people in residential care. *Children's Geographies*, 6(1), 79–93. <https://doi.org/10.1080/14733280701791967>
- Leathers, S. J., Spielfogel, J. E., Geiger, J., Barnett, J., & Vande Voort, B. L. (2019). Placement disruption in foster care: Children's behavior, foster parent support, and parenting experiences. *Child Abuse & Neglect*, 91, 147–159. <https://doi.org/10.1016/j.chiabu.2019.03.012>
- Lifter, K., Sulzer-Azaroff, B., Anderson, S. R., & Cowdery, G. E. (1993). Teaching Play Activities to Preschool Children with Disabilities. *Journal of Early Intervention*, 17(2), 139–159. <https://doi.org/10.1177/105381519301700206>
- Murray, L., Tarren-Sweeney, M., & France, K. (2010). Foster carer perceptions of support and training in the context of high burden of care. *Child & Family Social Work*, 16(2), 149–158. <https://doi.org/10.1111/j.1365-2206.2010.00722.x>
- Neil, E. (2012). Making sense of adoption: Integration and differentiation from the perspective of adopted children in middle childhood. *Children and Youth Services Review*, 34(2), 409–416. <https://doi.org/10.1016/j.childyouth.2011.11.011>
- O'Dell, K. E., McCall, R. B., & Groark, C. J. (2015). Supporting families throughout the international special needs adoption process. *Children and Youth Services Review*, 59, 161–170. <https://doi.org/10.1016/j.childyouth.2015.11.008>
- O'Reilly, L., & Dolan, P. (2016). The Voice of the Child in Social Work Assessments: Age-Appropriate Communication with Children. *British Journal of Social Work*, 46(5), 1191–1207. <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC4985736/>
- Pace, C. S., & Zavattini, G. C. (2010). “Adoption and attachment theory” the attachment models of adoptive mothers and the revision of attachment patterns of their late-adopted children. *Child: Care, Health and Development*, 37(1), 82–88. <https://doi.org/10.1111/j.1365-2214.2010.01135.x>

- Palacios, J., Rolock, N., Selwyn, J., & Barbosa-Ducharme, M. (2018). Adoption Breakdown: Concept, Research, and Implications. *Research on Social Work Practice*, 29(2), 130–142. <https://doi.org/10.1177/1049731518783852>
- Phillips, J. D., & Walsh, M. A. (2019). Teaming up in child welfare: The perspective of guardians ad litem on the components of interprofessional collaboration. *Children and Youth Services Review*, 96, 17–26. <https://doi.org/10.1016/j.childyouth.2018.11.016>
- Piaget, J., & Inhelder, B. (1969). *The psychology of the child*. Basic Books.
- Polkinghorne, D. E. (1995). Narrative configuration in qualitative analysis. *International Journal of Qualitative Studies in Education*, 8(1), 5–23. <https://doi.org/10.1080/0951839950080103>
- Rumping, S., Boendermaker, L., & de Ruyter, D. J. (2018). Stimulating interdisciplinary collaboration among youth social workers: A scoping review. *Health & Social Care in the Community*, 27(2), 293–305. <https://doi.org/10.1111/hsc.12589>
- Ryan, V. (1999). Developmental Delay, Symbolic Play and Non-Directive Play Therapy. *Clinical Child Psychology and Psychiatry*, 4(2), 167–185. <https://doi.org/10.1177/1359104599004002004>
- Salloum, A., Kondrat, D. C., Johnco, C., & Olson, K. R. (2015). The role of self-care on compassion satisfaction, burnout and secondary trauma among child welfare workers. *Children and Youth Services Review*, 49(49), 54–61. <https://doi.org/10.1016/j.childyouth.2014.12.023>
- Saunders, R., Jacobvitz, D., Zaccagnino, M., Beverung, L. M., & Hazen, N. (2011). Pathways to earned-security: The role of alternative support figures. *Attachment & Human Development*, 13(4), 403–420. <https://doi.org/10.1080/14616734.2011.584405>
- Selwyn, J., Wijedasa, D. N., & Meakings, S. J. (2014). *Beyond the adoption order: Challenges, interventions and disruptions*. Department for Education.
- Sinclair, I., Wilson, K., & Gibbs, I. (2005). *Foster placements: Why they succeed and why they fail*.

Jessica Kingsley.

- Smolleck, L. A., & Duffy, C. G. (2017). The Role of Negative Behavior on Children's Academic Performance in Early Childhood Education. *Interdisciplinary Education and Psychology*, 1(1).
- Soares, J., Barbosa-Ducharne, M., Palacios, J., & Pacheco, A. (2017). Adopted children's emotion regulation: The role of parental attitudes and communication about adoption. *Psicothema*, 29(1), 49–54. <https://doi.org/10.7334/psicothema2016.71>
- Soares, J., Ralha, S., Barbosa-Ducharne, M., & Palacios, J. (2018). Adoption-Related Gains, Losses and Difficulties: The Adopted Child's Perspective. *Child and Adolescent Social Work Journal*, 36(3), 259–268. <https://doi.org/10.1007/s10560-018-0582-0>
- Staines, J., & Selwyn, J. (2020). "I wish someone would explain why I am in care": The impact of children and young people's lack of understanding of why they are in out-of-home care on their well-being and felt security. *Child & Family Social Work*, 25(S1), 97–106. <https://doi.org/10.1111/cfs.12721>
- Stalker, C. A., Mandell, D., Frensch, K. M., Harvey, C., & Wright, M. (2007). Child welfare workers who are exhausted yet satisfied with their jobs: how do they do it? *Child & Family Social Work*, 12(2), 182–191. <https://doi.org/10.1111/j.1365-2206.2006.00472.x>
- Taylor, B. J., & McQuillan, K. (2014). Perspectives of Foster Parents and Social Workers on Foster Placement Disruption. *Child Care in Practice*, 20(2), 232–249. <https://doi.org/10.1080/13575279.2013.859567>
- UNICEF. (2019). Convenção sobre os direitos da criança e protocolos facultativos. Comité Português para a UNICEF.
- Von Korff, L., & Grotevant, H. D. (2011). Contact in adoption and adoptive identity formation: The mediating role of family conversation. *Journal of Family Psychology*, 25(3), 393–401. <https://doi.org/10.1037/a0023388>

- Wrobel, G. M., Kohler, J. K., Grotevant, H. D., & McRoy, R. G. (2003). The Family Adoption Communication (FAC) Model. *Adoption Quarterly*, 7(2), 53–84. https://doi.org/10.1300/j145v07n02_04
- Zaccagnino, M., Cussino, M., Preziosa, A., Veglia, F., & Carassa, A. (2014). Attachment Representation in Institutionalized Children: A Preliminary Study Using the Child Attachment Interview. *Clinical Psychology & Psychotherapy*, 22(2), 165–175. <https://doi.org/10.1002/cpp.1882>
- Zeegers, M. A. J., Colongesi, C., Noom, M. J., Polderman, N., & Stams, G.-J. J. M. (2019). Remediating Child Attachment Insecurity: Evaluating the Basic Trust Intervention in Adoptive Families. *Research on Social Work Practice*, 30(7), 736–749. <https://doi.org/10.1177/1049731519863106>

Anexos

Anexo A – Análises Narrativas dos Profissionais de Acolhimento

Profissionais de acolhimento

C4F7

S. apresenta a experiência de preparação e transição de C4F7, uma menina de 7 anos com um funcionamento cognitivo médio baixo, que foi acolhida devido a negligência e à suspeita de abuso sexual por parte da família de origem. S. foi a técnica de acolhimento que preparou e acompanhou a transição de C4F7 para a adoção. De forma geral, esta descreve a experiência como “difícil”.

Partilhando as suas reflexões sobre o processo, S. sentiu “receio” porque a criança revelava ambivalência e comportamentos que fugiam à sua essência, o que dificultou a criação de ligação com os pais adotivos. Por isso, S. sentiu-se “insegura”, já que não sabia qual era a melhor abordagem a utilizar para lidar com esta situação. Tais sensações persistiram ao longo da transição, mas, S. destaca o “ponto de viragem” que foi “tranquilizador” para si: após a 1ª pernoita, os pais deram um feedback bastante positivo da relação com C4F7 e isto fez com que S. percebesse que a C4F7 se tinha aberto aos pais. Além disso, S. destaca a sua “maior preocupação” no processo: não conseguir ler corretamente os sinais de abertura da C4F7 à nova família. Para superar estas dúvidas, S. comunicou com os pais e as profissionais da pré-adoção.

S. afirma que a preparação com o PPCA foi “interessante” porque se ajustou significativamente à idade e à capacidade de entendimento da criança. S. diz que a preparação correu “muito bem”. Contudo, a dada altura, S. percebeu que a C4F7 estava demasiado ligada a si, sentindo-se como um “elemento de ambivalência” para a criança. S. sabia que tinha de reprimir tal proximidade, mas sentia-se “angustada” porque não sabia como o fazer. S. sente que a articulação com a equipa de adoção foi uma “experiência positiva”, facilitada pelo conhecimento prévio das colegas. Segundo S., a “cooperação” e a “reflexão conjunta” foram pontos cruciais. Contudo, S. expressou preocupação relativamente à pré-adoção porque já não estaria tão presente para ajudar C4F7 e tinha de confiar o seu bem-estar a profissionais que não conhecia.

ChNb

R. e D. apresentam a experiência de preparação e transição de ChNb, um menino com 4 anos de idade e com um elevado funcionamento cognitivo, que foi retirado da

família biológica devido a situações de negligência. R. foi o técnico que aplicou o PPCA e D. foi a profissional que realizou a avaliação.

R. salienta que a experiência de aplicação do programa com o ChNb foi de uma “dificuldade imensa”, porque era um menino muito novo e, por isso, as suas memórias antes do acolhimento eram praticamente inexistentes. R. sentiu que o PPCA não era ajustado à realidade de ChNb e sentiu-se “frustrado” durante a aplicação. D. destaca que o programa não se ajusta o suficiente à rotina atribulada dos técnicos de acolhimento, porque traz exigências temporais demasiado rígidas.

Apesar das dificuldades, R. considera que o PPCA “foi importantíssimo” para ajudar o ChNb a organizar aspetos importantes da sua vida, algo “bastante positivo” e de “utilidade extrema”. Também refere que o programa lhe deu “segurança” para falar de “temas sensíveis” com a criança. Os técnicos focaram a narrativa da sua experiência no contacto com o PPCA e não deram grande ênfase à articulação com os profissionais de adoção ou à transição per si.

CdP7

M. e R. apresentam a experiência de preparação e transição de CdP7, uma menina de 3 anos, com um funcionamento cognitivo médio, que foi para acolhimento por questões de negligência e maus-tratos psicológicos. Além disso, passou por uma disrupção ainda durante o período de transição. M. foi a técnica que aplicou o PPCA e R. foi a profissional que realizou a avaliação.

M. descreve o processo como “um bocadinho desafiante”, principalmente, devido às dificuldades trazidas pela disrupção, algo que esta já antecipava. R. considera que o mais difícil nestes casos é fazer com que a criança “confie novamente”. As técnicas confessam que se apoiaram bastante durante a preparação e a transição, porque tinham muitos “medos”, mas não podiam demonstrá-los à criança. M. sentiu que a CdP7 transferiu a sua “raiva” para si, algo que foi muito “difícil”. R. diz que foi “horrível” assistir ao sentimento de culpa da CdP7, enquanto tinha de continuar firme na tarefa de lhe transmitir confiança. Foi doloroso para ambas perceber o sofrimento da criança face à disrupção. Por estas questões, M. percebeu que a supervisão foi “essencial” para não desistirem, para aliviar a sua culpa e para validar o seu trabalho.

Na presente transição, R. refere que “foi fundamental” que os pais aceitassem a “bagagem” da criança. Foi como se tivessem criado uma “aliança” com os pais, que passaram a confiar no seu trabalho e no quanto estas conheciam a CdP7. Ambas se sentiram mais “aliviadas” quando perceberam que a criança estava bem integrada na atual família. M. percebeu que o caso de CdP7 serviu para fortalecer a equipa da casa e “só tiraram coisas positivas” do processo.

M. e R. referem que a articulação com a equipa de adoção “nem sempre foi fácil”, pois estas sentiram que as profissionais queriam um processo “muito mecanizado”. R. revela preocupação com a pré-adoção porque os pais só vão poder contactar com novos profissionais que não conhecem a criança. Esta sentiu que “perdeu o controlo” da situação, embora quisesse continuar a ajudar o casal.

Cv51

L. descreve a experiência de preparação e transição de Cv51, uma menina de 9 anos de idade, com um funcionamento cognitivo médio baixo e que foi entregue ao serviço de proteção devido a negligência e maus-tratos psicológicos.

De forma geral, L. descreve a experiência de aplicação do PPCA como “dura”, porque sentiu bastante responsabilidade na tarefa de o aplicar. Além disso, L. recorda o “medo” que sentiu porque foi a sua 1ª vez a aplicar o programa. Ao longo do processo, a criança evidenciou desregulação em vários momentos e L. confessa que antes de várias sessões sentia “pânico” e bastante ansiedade porque sabia que tinha de “estar pronta” para qualquer reação da criança, acrescentando à responsabilidade de lhe prestar o apoio emocional adequado. Nestes momentos, L. nunca se sentia efetivamente preparada. Apesar disto, L. sente que o PPCA permitiu que a Cv51 conseguisse “deitar tudo cá para fora”, de forma a abrir espaço a “coisas novas”, o que é algo bastante positivo.

Na transição, L. sentiu-se tranquila porque percebeu que os pais respeitaram as “fases” da Cv51 e aceitaram o seu passado. A técnica revela algum receio do futuro porque sabe que os profissionais da pré-adoção não conhecem a Cv51 e, por isso, esta e os seus pais podem inibir-se de falar sobre problemas familiares.

Apesar de apontar várias dificuldades, L. confessa que aprendeu muitas coisas “a nível pessoal e profissional” com a experiência de aplicar o PPCA

CQhe

F. e J. partilham a experiência de preparação e transição de CQhe, uma menina de 9 anos, com um funcionamento cognitivo baixo e que foi institucionalizada por ter sido vítima de maus-tratos. Visto que CQhe apresentava um comprometimento cognitivo, F. sentiu que este caso foi “difícil” e teve “momentos bastante angustiantes” porque, muitas vezes, a criança parecia não compreender os conteúdos trazidos pelo PPCA. Além disso, as técnicas referem que as questões de vinculação e ambivalência da criança dificultavam ainda mais o processo.

As técnicas concordam que o mais difícil foi lidar com a “dúvida”, por não saberem se a criança evitava as tarefas por serem emocionalmente dolorosas ou se, efetivamente, não as conseguia compreender. Contudo, ambas referem não estavam à espera que a criança estivesse tão aberta à transição. As técnicas referem que a transição correu de forma tranquila e a criança aceitou com naturalidade a sua família, constituída por um casal homossexual. Apesar disto, F. sabia que CQhe era muito ligada à casa e preocupou-se sobre como é que esta iria lidar com “a perda da casa”.

J. sente que a aplicação do PPCA “fez todo o sentido e foi uma grande ajuda” na organização da preparação. Sentiu que o PPCA foi uma fonte de “suporte” e “segurança”, ajudando-a a compreender para onde tinha de ir. J. acrescenta que aplicar o PPCA foi bom para si, em termos pessoais e gostou bastante da experiência. Refere que o PPCA pode ter ajudado na sua despedida da CQhe, embora esta já estivesse ciente de que tal despedida seria inevitável.

Pensando no futuro, as técnicas concordam que os profissionais da pré-adoção adotam uma postura “muito taxativa” quanto ao assumir as responsabilidades do processo da criança e sentem que isso influencia a vontade dos pais manterem contacto.

Cbkf

V. refere a experiência de preparação e transição de Cbkf, um menino de 8 anos, com um bom funcionamento cognitivo e que foi entregue ao acolhimento por questões de negligência e exposição à doença psiquiátrica da sua mãe. Este menino é refugiado da guerra da Ucrânia e não sabe do paradeiro dos seus progenitores.

V. diz que “foi um processo delicioso” e “muita coisa foi gratificante de acompanhar”. Esta sentiu que “as peças foram encaixando” ao longo do processo. Destaca ainda que “tinha uma relação muito especial” com o Cbkf porque tinha um filho da mesma

idade que ele. Durante o processo, V. sentiu que o Cbkf não queria que esta relação terminasse e esta garantiu que o ia “guardar” dentro de si.

A técnica confessa que o mais “angustiante” foi lidar com o “vazio” e a falta de informação sobre a história de vida de Cbkf porque nem sempre esta conseguia dar-lhe todas as respostas. Quando V. começou a ler sobre o PPCA, sentiu que era algo “impossível” de aplicar. No entanto, ao iniciar a preparação, V. sentiu que o PPCA foi “uma base muito importante” porque não sabia como abordar determinados temas sem as suas orientações. Além disso, esta sentiu que o PPCA deu “voz” ao Cbkf, fornecendo-lhe a preparação que este “precisava e merecia”.

V. descreve que a transição correu bem e o “segredo” para que as coisas fluíssem foi a comunicação aberta com os pais, relativamente ao passado da criança. Esta sente “curiosidade” em perceber qual será o impacto do PPCA na família, a longo prazo.

CT0z

M. e D. apresentam a experiência de preparação e transição de CT0z, um menino com 3 anos de idade e com um funcionamento cognitivo médio baixo, que foi institucionalizado devido a negligência na família de origem.

M. diz que a experiência de aplicar o PPCA foi um “desafio”, porque foi a sua 1ª vez a utilizá-lo. D. diz que quando começou a estudar o programa, não achou que fosse “exequível” e, por isso, iniciou a colaboração na aplicação “muito contrariada”. Contudo, ao iniciar o processo, esta “mordeu a língua” porque percebeu que “o PPCA simplifica coisas que os adultos tendem a complicar”, o que lhe deu segurança.

M. recorda que, durante as sessões, ficou “preocupado” porque o CT0z “dava pouco” e não parecia muito envolvido. Contudo, na transição, percebeu que o menino mostrava abertura à nova família e falava sobre alguns assuntos tratados pelo PPCA, o que revelava que ele tinha “absorvido as coisas”. D. percebeu que os pais sentiram que o CT0z tinha sido preparado por uma “âncora” e, de forma geral, ambos consideram que a transição foi bastante pacífica. Ambos sentem que o PPCA os ajudou a “dizer coisas difíceis à criança” e transmitiu-lhes “segurança”.

M. sentiu que a etapa 10 foi “muito interessante” para assistir à evolução da criança e da dinâmica com os seus pais adotivos. Este diz que os técnicos “ficam cheios de vontade” em perceber como é que a criança está e querem muito revê-la.

CPSC & CEcd

L. partilha a experiência de preparação e transição de CPSC, um menino de 5 anos, e CEcd, uma menina de 4 anos, adotados em fratria. Ambos apresentam um funcionamento cognitivo médio e foram acolhidos devido a negligência.

L. recorda que a experiência inicial de preparação lhe causou “receio”, pois esperava que os irmãos não compreendessem os conteúdos transmitidos, devido à idade precoce e a algumas dificuldades cognitivas. Além disso, outro fator de dificuldade era a escassez de memórias que estas crianças tinham sobre a sua história de vida. No entanto, esta revela que “todas as técnicas ficaram surpreendidas com a abertura deles à família adotiva” e até tinham preparado os pais para um “cenário negro”.

A “equipa do casal” não esteve presente na transição, algo que L. sentiu como uma dificuldade para conseguir ler adequadamente os comportamentos dos pais. Contudo, esta faz um balanço positivo da articulação com a equipa de adoções porque não existiram imposições, o que aliviou a “responsabilidade” que L. sentia para gerir e corresponder às expectativas dos pais, dos colegas de adoção e das crianças.

Durante a aplicação do PPCA, L. teve alguma dificuldade em “empatizar” com a “agitação” dos irmãos, mas, no final, percebeu que ambos tinham absorvido aquilo que foi trabalhado no PPCA, mesmo que não parecesse durante as sessões. Esta refere que a supervisão foi “essencial” para superar estas dificuldades pessoais. L. vê o PPCA como “um guia” na sua atuação e deu-lhe “pistas para a transição”.

C6C0

C. partilha a experiência de preparação e transição de C6C0, uma menina com 4 anos de idade e um funcionamento cognitivo médio, acolhida devido a negligência.

C. sentiu que “não foi um processo fácil” para si nem para a criança. Sentiu o sofrimento de C6C0 durante as sessões e, por isso, esta recorria ao evitamento. C. confessa que foi “difícil” conter a revolta da criança, enquanto tinha a tarefa de colocar em palavras aquilo que a C6C0 estava a sentir. Embora tenha sentido “desconforto” em vários momentos, considera que o PPCA foi importante para a C6C0. C. sentiu que a supervisão a ajudou a “apreciar mais o processo do que o resultado”.

C. notou que as preparações dos encontros no programa fizeram com que a C6C0 revelasse segurança na transição. Também considera que a articulação com os

profissionais de adoção “correu bem”, embora tivessem existido opiniões diferentes. C. sente que estes profissionais deveriam conhecer melhor o PPCA.

C. sentiu que aplicar o PPCA foi uma experiência “organizadora” e auxiliou na aquisição de competências para falar sobre temas tão sensíveis. Esta refere ainda que a aplicação do programa a ajudou a lidar com emoções difíceis devido à sua estrutura.

CfhX

R. e I. falam da sua experiência de preparação e transição de CfhX, uma menina com 6 anos que apresenta um funcionamento cognitivo médio e sofreu uma interrupção durante o período de pré-adoção.

R. confessa que não se sentiu seguro na preparação de CfhX não só devido à interrupção, mas, também, porque a criança estava há pouco tempo naquela casa e R. sentiu que não tinha uma relação suficientemente próxima com CfhX para esta aceitar a aplicação do programa. Apesar destas questões, R. sente que fez “o melhor que podia” e que o PPCA o ajudou a conhecer melhor a CfhX, algo que achou muito “interessante”.

R. diz que foi “difícil” lidar com a “zanga” e o sofrimento da criança. Ficou bastante “confuso” na etapa do luto porque sentia que a criança precisava mais de fazer o luto da família adotiva e da casa anterior do que o luto da família biológica. Embora antecipasse várias dificuldades, confessa que a transição “correu muito bem” porque o casal era “muito seguro, sensível e especial” e, por isso, conseguiram lidar de forma “fácil” com a criança e a sua história de vida.

Ambos sentiram que o PPCA foi “organizador” e I. destaca que “os ganhos foram maiores” no final do processo. I. sentiu que o PPCA permite que a criança consiga carregar as suas vivências e a sua história, algo que é bastante positivo.

CFTU & C30R

D. e J. recordam a experiência de preparação e transição de CFTU, um menino de 7 anos e C30R, um menino de 6 anos, que foram adotados em fratria. Ambos apresentam um funcionamento cognitivo médio e foram institucionalizados por negligência e maus-tratos físicos e psicológicos.

As técnicas vão contando o processo através do relato de alguns obstáculos, mas, também, de momentos positivos. Confessam que o processo de aplicação do PPCA foi

“exigente” porque, durante a preparação, a casa passou pela redução do número de funcionários, o que sobrecarregou as técnicas. Estas consideraram especialmente “difícil...puxar atrás” os acontecimentos de vida traumáticos dos irmãos porque podiam perceber o sofrimento nas crianças ao relembrá-los. D. destaca que a transição “correu muito bem” porque existiu “química” e um “clique” entre o casal e os irmãos desde o início. Além disso, esta sentiu que o PPCA fez com que as crianças estivessem abertas para falar sobre a sua história aos pais.

Ambas sentiram dificuldades na relação com as profissionais de adoção. Nem sempre estiveram de acordo e consideram que estas “não conhecem” o PPCA o suficiente, adotaram uma postura “rígida” e ainda estão muito “presas ao modelo antigo”, o que não facilitou a comunicação.

D. acrescenta que a proibição da interferência dos técnicos da casa durante a pré-adoção é a “coisa mais fora do normal que existe” porque sente que são eles que conhecem a criança. As técnicas desabafam que esta situação está a acontecer no caso dos irmãos e expressam alguma frustração, pois consideram que existem detalhes que só elas conseguem ler nas crianças. Sentem que a etapa 10 é “muito importante” porque abre espaço aos pais e à criança para dialogarem com elas novamente sobre os seus receios e dúvidas. Ambas sentiram que conseguiram criar uma relação de confiança com os pais, mas não com os profissionais de adoção. As técnicas sentiram que o PPCA é uma “orientação” e “obriga” a trabalhar questões importantes com as crianças.

Cw2T

B. relata a experiência de preparação e transição de Cw2T, uma menina com 10 anos de idade, que possui um funcionamento cognitivo médio e foi institucionalizada devido à negligência e maus-tratos físicos.

B. recorda que o processo foi “duro”, mas “correu bastante bem” porque existiram vários fatores que contribuíram para isso. Apesar de ter sido difícil assistir à angústia da criança em determinados momentos, estava sempre se revelou bastante aberta a realizar as atividades do PPCA. B. sente que a transição correu bem porque a criança “foi bem preparada” e os pais sempre se mostraram bastante disponíveis para a Cw2T. Além disso, refere que foi muito importante existirem reuniões diárias com os pais, num ambiente informal, de forma a criarem relação.

A técnica sentiu que a equipa de adoção tinha um conhecimento sólido relativamente ao PPCA e viu isso como um fator benéfico para a transição. B. sentiu-se mais segura ao verificar que todos os adultos envolvidos estavam focados em acreditar no sucesso da transição. Embora, por vezes, B. partilhasse das dúvidas de CwT2, esta nunca permitiu que estas sobressaíssem e sentiu o apoio e a esperança dos pais e das profissionais de adoção fez com que esta se sentisse mais confiante. B. destaca a união e o diálogo aberto entre todos os intervenientes como fatores cruciais para o sucesso da transição, a par da preparação sólida que o PPCA proporcionou.

Cy0U

G. e T. falam da experiência de preparação e transição de Cy0U, um menino de 6 anos, com funcionamento cognitivo médio alto, que foi acolhido devido a negligência.

G. sentiu-se “assustada” por saber que a criança já tinha passado por uma disrupção anteriormente, mas sentiu-se mais “tranquila” quando percebeu que as memórias do Cy0U sobre esta família eram muito remotas, devido à idade precoce. Assim, calculou que a criança não ia manifestar tanto sofrimento relativamente à disrupção, como G. esperava inicialmente. Além disso, G. sentiu “uma responsabilidade muito grande” porque sabia que a criança ia absorver tudo aquilo que lhe seria dito.

Esta admite que foi “angustiante” perceber que o evitamento da criança se devia à sua “dor” para falar sobre os assuntos trazidos pelo PPCA. Quando receberam a notícia de que tinha sido encontrada uma família para Cy0U, ambas ficaram “contentes, mas muito receosas que fosse cedo demais”, uma vez que percebiam que a “revolta” e a “mágoa” ainda estavam muito presentes no menino. Contudo, dizem que a transição “foi rápida e fácil” porque os pais foram muito “cuidadosos” com Cy0U.

G. sente que se não tivesse existido uma preparação como a do PPCA, a criança poderia ter alguns problemas no futuro na relação com os pais adotivos. Na sua visão o programa facilitou a preparação e reduziu a raiva da criança durante a transição. G. sentiu que o PPCA foi “orientador” e refere que a supervisão a ajudou a perceber exatamente aquilo que deveria dizer a Cy0U. Além disso, esta sentiu que a aplicação do programa foi uma experiência “enriquecedora” a nível pessoal. Ambas comentam que o PPCA também ajudou a colocar “pressões” que estas já queriam colocar aos profissionais de adoção, no sentido de os envolver mais no processo.

Cg66 & CHa1

F. relata a experiência de preparação e transição de Cg66 e CHa1, duas meninas com 5 anos de idade que foram adotadas em fratria. Ambas apresentam um bom funcionamento cognitivo e foram acolhidas por negligência e maus-tratos psicológicos.

F. descreve que a experiência de preparação foi “uma grande aventura”, na qual aprendeu muita coisa. Ambas referem que iniciar a preparação com o PPCA foi um fator “tranquilizador”. F. percebe que o programa trouxe um impacto positivo para as irmãs porque estas acalmaram alguns problemas de comportamento e mostraram-se muito mais abertas para a transição do que aquilo que esta estava à espera. O aspeto mais exigente foi identificar e traduzir corretamente as necessidades das irmãs.

Embora tenham existido algumas dificuldades, de forma geral, a transição foi positiva e F. sentiu-se mais ligada aos adotantes através do diálogo promovido pelo PPCA. Apesar de ter partilhado o medo das meninas, esta teve a capacidade de lhes transmitir esperança no sucesso da transição. F. sentiu “esperança” através do PPCA, porque sentiu que estava a dar um “caminho” às irmãs.

CKqN

D. e N. partilham a experiência de preparação e transição de CKqN, um menino com 5 anos, com um funcionamento cognitivo médio acolhido devido a negligência.

D. recorda que começou esta experiência com alguma apreensão devido à ordem das etapas do programa, mas, depois, compreendeu o seu sentido. N. partilha que também iniciou o contacto com o PPCA “às escuras” e, depois, passou a compreender a lógica da sua organização, admitindo que foi “espetacular” para o CKqN.

N. sentiu que a transição foi “um sucesso” e que ficou “surpreendida” com a criança porque esta integrou as coisas com muita mais facilidade do que aquilo que N. pensava. Ambos sentiram que a articulação com os profissionais de adoção foi “difícil” porque tiveram de explicar muita coisa sobre o PPCA. Existiu incompatibilidade porque,

na visão de N. e D. estes profissionais não conseguiam compreender que o CKqN já tinha sido preparado e não era preciso esperar mais para iniciar a transição.

Embora elogie o processo, N. admite que é algo “muito exigente a nível pessoal” porque ficam imersos neste trabalho. Enquanto aplicava o PPCA, N. admite que “sentiu o que a criança estava a sentir” e sente que os técnicos “que estão de fora” podem ter dificuldade em compreender o CKqN. Por outro lado, N. perceciona o PPCA como uma orientação bastante positiva para o seu trabalho.

CbT3

R. aborda a experiência de preparação e transição de CbT3, um menino de 6 anos, com um funcionamento cognitivo médio, que foi acolhido devido a negligência, maus-tratos psicológicos e a presença de atos criminais pelos pais biológicos.

R. sentiu que toda a experiência, especialmente a transição, serviu para que esta conhecesse a criança “como nunca tinha conhecido” na casa. A preparação fez com que esta se sentisse “assoberbada” porque tinha de estar constantemente atenta aos sinais que o CbT3 ia transmitindo, um trabalho bastante exigente. Esta sente que o diálogo e articulação com as profissionais de adoção foi um fator que aliviou o seu trabalho, pois sente que todas trabalharam em prol das necessidades do CbT3. Além disso, R. sentiu que a transição foi bem-sucedida, mas, igualmente exigente, pois sabia que uma transição exige muita disponibilidade temporal e emocional.

R. sente que o PPCA ajudou a criança a resignificar o seu passado, algo que encara como bastante benéfico. Quando começou a estudar sobre o programa, esta sentiu que “descobriu a pólvora” e sentiu que, finalmente, existia um instrumento que organizava e sintetizava tudo aquilo que esta já tentava trabalhar antes. Através do PPCA, R. sentiu mais segurança devido à estrutura e previsibilidade do mesmo.

R. faz um “desabafo” sobre os procedimentos de pré-adoção, sentindo que é uma “crueldade muito grande” para as crianças depararem-se com profissionais que não conhecem e não têm relação durante esta fase. R. sente alguma preocupação por já não conseguir estar presente na pré-adoção porque sabe que é a pessoa que melhor conhece a criança e, consequentemente, melhor consegue ajudar os pais.

CRY0

S., M. e F. relatam a experiência de preparação e transição de CRY0, uma menina com 7 anos, com um funcionamento cognitivo médio baixo e foi institucionalizada devido a negligência e maus-tratos psicológicos. As técnicas concordam que o maior desafio da experiência foi a necessidade de aprovação de CRY0. Para ela, “estava sempre tudo bem” e, por isso, foi “extremamente difícil” para as técnicas perceber quais eram as reais expectativas e desejos da CRY0.

M. sentiu que este fator seria “facilitador” na transição, visto que a criança não colocaria grandes barreiras ao processo. Assim, as técnicas não antecipavam grandes obstáculos para a transição. No entanto, revela que era uma questão que lhe causava uma “grande preocupação” no futuro porque a criança poderá estar infeliz com alguma situação, mas, provavelmente, não vai ter coragem de se afirmar.

A transição foi gradual e pacífica. F. diz que também não anteciparam dificuldades porque sabiam que a CRY0 tinha sido bem preparada. O mais “preocupante” para M. e S. na transição foi perceber que os pais estavam resistentes em falar sobre a história de vida da criança. Como os pais não tinham esta abertura, M. sentiu que a CRY0 também não tocaria no assunto, porque os pais não iam aprovar.

A articulação com as profissionais de adoção “não foi difícil” porque já as “conheciam” e já fizeram “muitas transições” juntas. De forma geral, a CRY0 aderiu às atividades do PPCA, mas a aplicação foi “extremamente difícil” devido à sua necessidade de aprovação. Ainda hoje, M. não consegue decifrar o que é que ficou na criança através do trabalho com o PPCA. Apesar disto, estas sentem que foi “útil” ter sido um processo gradual e aquilo que o PPCA transmitiu à criança foi “importante”.

C8yy

D., C. e F. partilham a experiência de preparação e transição de C8yy, um menino com 3 anos de idade e com um funcionamento cognitivo médio baixo, que foi institucionalizado devido a negligência, maus-tratos, ausência de suporte familiar na gravidez e atos ilícitos e criminais por parte dos pais biológicos.

F. realizou a avaliação do PPCA e o D. e a C. trataram da preparação. C. sentiu que o processo foi “engraçado” e “gradual”, principalmente aquando da transição. No geral, os técnicos sentiram que o C8yy teve confiança para transmitir as suas necessidades

e D. e C. conseguiram “ler os seus sinais” facilmente. D. sente que isto relacionou-se com a “relação coerente” que tinham com a criança.

D. sentiu que o C8yy “evoluiu todos os dias” na relação com os pais e estava cada vez mais à vontade para lhes transmitir as suas necessidades, algo que transmitiu segurança ao técnico. C. sentiu que a transição foi “emocionalmente exausta”, pois passava muitas horas com C8yy, sentindo que ambos estavam a lidar com as suas emoções. Depois dos encontros, a criança demorava a acalmar e precisava de conforto e foi muito “exigente” prestar-lhe tudo isso. Os primeiros contactos, antes do 1º encontro, fizeram com que D. e C. se sentissem “mais seguros” porque, desde logo, criaram bastante “empatia” com os pais. Estes acreditam que a relação segura que criaram com os pais transmitiu confiança ao C8yy. Estes concluem que a transição correu com “naturalidade” devido à preparação da criança e à disponibilidade dos pais.

F. confessa que tiveram algumas “discordâncias” com a equipa de adoções porque, na sua perspectiva, a equipa da casa “pensa muito nos miúdos” e a equipa de adoções pensa muito “nos pais”. Esta sentiu que os colegas de adoção não tinham flexibilidade suficiente para ajustar os planos mediante as reações da criança.

Os técnicos sentiram que foi “confortável” aplicar o PPCA porque muitas das atividades propostas já iam sendo feitas, mas não de forma tão estruturada. Por vezes, foi “difícil arranjar tempo” para as sessões do PPCA, o que fez com que as coisas não fossem tão organizadas. C. sentiu que a “correria da casa” foi “algo que jogou contra” eles. Além disso, os técnicos sentem que a criança fica mais segura e confortável com a adoção se for bem preparada. F. reflete que os “miúdos” precisam fazer o “luto da casa” porque, para muitos, os técnicos são única “família” que conhecem.

CCqg & C6Oj

E. conta a experiência de preparação e transição de CCqg, um menino de 9 anos e C6Oj, uma menina de 6 anos que foram adotados em famílias distintas. CCqg tem um funcionamento cognitivo médio, enquanto C6Oj apresenta um funcionamento cognitivo elevado. Foram acolhidos por negligência e maus-tratos psicológicos. E. sente a necessidade de dar uma salvaguarda inicial sobre o PPCA: o programa trouxe-lhe “conhecimento e ferramentas de intervenção importantes”, mas continua a existir “muita coisa que ainda não faz sentido” para si, sem especificar quais são esses aspetos.

CCqg

E. encara a transição do CCqg de uma forma positiva e o principal fator que levou a este sucesso deveu-se ao facto de todos terem respeitado o tempo do CCqg, um menino que “estava muito enraizado na casa” e, por isso, a transição devia ir “devagar”. Foi pessoalmente exigente acompanhar a transição porque E. passava “fins de semana inteiros” presente para possibilitar a gradualidade do processo, quando, “na segunda-feira tinha de regressar ao trabalho” novamente.

A técnica considera que a equipa de adoção “foi fantástica” porque “propuseram-se a criar uma relação de proximidade com o miúdo” e respeitaram o seu tempo e o seu espaço. O suporte e a compreensão dos profissionais de adoção parece ter aliviado E. Esta sentiu-se “segura” por perceber que o CCqg se conseguiu ligar à equipa de adoções que estará mais presente no futuro.

Durante a aplicação do programa, E. sentiu que foi especialmente exigente sentir que tinha de gerir não só as expectativas da criança, mas, também, as suas próprias expectativas pessoais. Quando E. questionava: “como é que eu vou lidar com isto?” sentia que o PPCA não lhe dava a resposta. Contudo, E. sentiu os efeitos do PPCA no CCqg fora das sessões.

C6Oj

E. começa por refletir que, ao aplicar o PPCA a estas duas crianças percebeu que o programa é um “instrumento”, mas com cada criança o processo “é completamente diferente”. Foi importante para C6Oj ter acompanhado de perto a transição de uma amiga que foi adotada. Por isso, esta tinha uma perspectiva bastante positiva da adoção.

E. sentiu que a transição foi feita com “calma” apesar da “aflição” que sentiu por se terem definido de forma rígida apenas 15 dias para a transição. Esta rigidez de timings fez com que E. sentisse que não estava realmente a respeitar o “tempo” dos outros e o processo não foi tão “natural”. Os pais eram bastante “ansiosos” e, por isso, E. sentiu-se no papel de os tranquilizar durante as 2 semanas.

E. sentiu que a articulação com as profissionais de adoção foi positiva porque estas relacionaram-se facilmente com a criança e a C6Oj. No entanto, a pré-adoção foi acompanhada por outra equipa que não teve qualquer tipo de relação com os pais ou a criança até então. Este parece ser um fator angustiante para E., sentindo que é algo que

“não faz sentido”. E. parece apreensiva pela ausência das duas equipas na pré-adoção, pois será algo que vai ter impacto na criança e aumenta a ansiedade dos pais.

No geral, E. sentiu que foi mais fácil aplicar o PPCA com a C6Oj porque esta estava muito mais aberta às atividades do programa. Sentiu que a criança tinha um luto bem fechado da família biológica e queria muito ter uns “novos pais”.

C23a & Cre3

H. conta a experiência de preparação e transição de C23a, um menino com 7 anos e Cre3, uma menina de 5 anos de idade, adotados em fratria. Ambos apresentam um bom funcionamento cognitivo e foram acolhidos devido a negligência e maus-tratos.

A técnica começa por destacar a maior vantagem da experiência: a possibilidade de planear e antecipar tudo o que vinha a seguir. Este é um ponto bastante referido ao longo de toda a entrevista como positivo para si própria, para as crianças e para os pais. De forma geral, H. sente que a previsibilidade fornecida pelo PPCA e pela preparação dos encontros transmitiu mais segurança e tranquilidade a todos.

H. recorda o início da preparação como “angustiante” e “exigente” porque teve de criar referências daquilo que é uma família, algo que as crianças não tinham. Também sentia que tinha a “dificuldade pessoal” de aceitar que as crianças têm sempre algumas dúvidas no futuro e que esta não lhes pode dar todas as respostas. Face à elevada exigência emocional do processo, foi-se apoiando nas colegas. Embora se tenha sentido “assustada” quando percebeu que uma das crianças estava “muito colada” a si, também teve dificuldade em lidar com a “rejeição” de ambos no final da transição.

No início da transição, H. sentiu-se “muito surpreendida” com o C23a, porque estava muito mais “tranquilo” do que aquilo que ela pensava, embora tivesse revelado “agitação” nas sessões do PPCA. Refere a transição como “superemocionante e superdesgastante”. H. sentiu-se segura na relação com as profissionais de adoção porque estabeleceram um diálogo aberto e conseguiram planear os encontros em conjunto.

Apesar das dúvidas e da exigência do processo, H. sentiu que teve conteúdo para trabalhar com estes irmãos, graças ao PPCA, o que ajudou a reduzir a sua ansiedade.

Cm98

R. e V. partilham a experiência de preparação e transição de Cm98, um menino de 3 anos e com um funcionamento cognitivo médio baixo, que foi retirado da família de origem por negligência e maus-tratos físicos e psicológicos.

As técnicas contextualizam que a transição foi demasiado rápida porque o casal pertencia às ilhas e deslocou-se para o continente para estarem presentes na transição. Os adotantes têm um filho biológico que ficaria com o avô, no entanto, este teve de ser hospitalizado. Devido a todas estas questões, a transição foi curta. Apesar de tudo, R. sentiu que a transição correu “de forma positiva” e considera que os pais tiveram “sorte” porque a criança mostrou-se muito aberta desde o início. V. diz que no meio de tanta “confusão” os pais mantiveram uma “tranquilidade assustadora”.

Visto que o Cm98 tinha apenas 3 anos e problemas cognitivos, as técnicas tiveram dúvidas quanto à aplicabilidade do programa com esta criança. Tinham bastante receio que a preparação não tivesse efeito e que a criança não conseguisse compreender. Adaptaram o PPCA, fazendo o jogo da “casa de bonecas”, no qual falavam com o Cm98 sobre os assuntos do PPCA. Quando a transição começou, R. “ficou muito contente” por perceber que o Cm98 tinha absorvido aquilo que tinha sido trabalhado nas sessões e já reconhecia a família como sua. V. reforça que “foi uma alegria muito grande” e o 1º encontro pareceu mais um “reencontro”.

Além disso, R. diz que sentiu que “estiveram a par, em sintonia” com os profissionais de adoção. Principalmente porque tiveram “flexibilidade” para ouvir aquilo que elas diziam durante a transição.

A experiência de aplicação do PPCA parece ter sido difícil porque as técnicas tinham uma “dúvida” constante sobre o efeito do programa na criança, além da culpa que parecem ter sentido por terem feito tantas alterações na aplicação. Foram abordando algumas conversas que tiveram com a supervisora no sentido de validar as alterações que implementaram no programa. Por isso, a supervisão parece ter sido positiva. R. conclui que o mais importante foi terem feito “alguma coisa” com o Cm98, no sentido de o preparar e “as brincadeiras serviram de preparação”. V. e R. sentem-se bastante felizes e satisfeitos ao falar sobre o processo porque nunca pensaram que as coisas corressem tão bem, nem que a criança conseguisse fazer tantas ligações.

CR1y

F. e B. descrevem a experiência de preparação e transição de CR1y, um menino com 11 anos de idade com um “déficit cognitivo”, que foi acolhido por ter sido vítima de maus-tratos físicos. Depois de ter sido institucionalizado foi viver em contexto de apadrinhamento civil, no qual também sofreu maus-tratos físicos. O CR1y foi adotado por um casal homossexual de Malta, em contexto de adoção internacional.

F. faz um “balanço positivo” do processo porque, embora não tivesse sido “tudo perfeito”, todos conseguiram ultrapassar as dificuldades.

As técnicas sentiram algum receio porque os pais falavam maioritariamente em inglês e, devido ao déficit cognitivo do CR1y, este podia não estar tão disposto a aprender. Contudo, F. ficou bastante “surpreendida” por ver que a criança queria aprender a falar em inglês com os seus pais, o que revelou o seu envolvimento. F. esteve sozinha na transição porque a B. esteve de férias. Como a linguagem era um fator de preocupação e F. teve a responsabilidade de traduzir as conversas, esta sentiu maior responsabilidade porque tinha de estar ainda mais “atenta” a todos os detalhes. Toda a exigência aumentou o cansaço de F. e admitiu que parecia um “zombie” nessa fase.

F. sentiu que a articulação com a equipa de adoção “foi muito boa” e as profissionais de adoção mostraram sempre “um cuidado em acompanhar todas as etapas”. Fizeram o plano de transição em conjunto e, depois, conversavam com os pais.

Durante a aplicação do PPCA, B. ficou “agradavelmente surpreendida” com a disponibilidade do CR1y para as atividades. Sente que a relação de proximidade que tinham facilitou a sua abertura. F. sentiu que era importante acreditar no processo para transmitir confiança à criança, algo que acarreta uma grande responsabilidade.

Anexo B – Análises Narrativas dos Profissionais de Adoção

Profissionais de adoção

C4F7

B. e J. apresentam a experiência de transição de C4F7, uma menina de 7 anos com um funcionamento cognitivo médio baixo, que foi acolhida devido a negligência e à suspeita de abuso sexual por parte da família de origem. J. esteve presente apenas nos primeiros dias de transição, por isso, foi B. que acompanhou mais de perto o processo.

J. sentiu que a transição “não foi fácil”, principalmente, devido ao “feitoio” da C4F7, que fica demasiado fechada nas primeiras interações e isso aconteceu no início da transição. Apesar disto, B. sentiu sempre “otimismo” relativamente ao processo, embora alguns comportamentos de afastamento da C4F7 lhe tivessem provocado “sentimentos ambivalentes”. Ambas nunca colocaram o processo “em causa”.

Ambas sentiram que os pais foram muito “disponíveis” e “adequados”, o que ajudou a que a criança de soltasse ao longo da transição. Embora tenha sido um processo de abertura mais lento, ambas também notaram evolução na C4F7. Ambas sentiram que articulação com a técnica de acolhimento foi muito “positiva” porque esta colocava-as sempre “a par” das situações, era “disponível” e recebeu-as “bem” na casa.

B. sente que a criança foi “muito bem preparada pelo PPCA” e que as dificuldades de transição não se relacionaram com a qualidade da preparação, mas, sim, com aspetos de personalidade da C4F7. J. acompanhou a sua 1ª transição e ficou “fascinada” com a atividade do Cartão de Cidadão porque teve um contacto mais direto com a criança e, de alguma forma, fez parte do PPCA. B. descreve-se como uma “defensora acérrima do PPCA” pelos benefícios que observa nas crianças.

ChNb

S. e E. apresentam a experiência de transição de ChNb, um menino com 4 anos de idade e com um elevado funcionamento cognitivo, que foi retirado da família biológica devido a situações de negligência.

E. sente que o processo “superou as expectativas” porque a relação com a “equipa” – pais, técnicos da casa e criança – foi bastante “positiva”. Apesar da inibição inicial de ChNb, este mostrou-se bastante recetivo à família. E. sente que a abertura do menino se deveu à “boa preparação” proporcionada pelo PPCA. A transição ocorreu de forma gradual e, de forma geral, as profissionais não se conseguem recordar de elementos

realmente preocupantes. S. destaca que a família também “superou expectativas” porque manifestaram muita “confiança, tolerância e disponibilidade” ao longo da transição, sentindo que isso facilitou o seu trabalho.

Além disso, S. refere que tiveram uma boa articulação com a equipa da casa, dialogavam pacificamente e confiavam bastante no trabalho de preparação do técnico de acolhimento. Não revelam preocupação sobre a pré-adoção porque sentem que construíram uma relação de confiança com os pais, que as faz acreditar na sua resiliência e capacidade para superar as dificuldades que surgirem.

CdP7

B. e D. apresentam a experiência de transição de CdP7, uma menina de 3 anos, com um funcionamento cognitivo médio, que foi para o acolhimento por questões de negligência e maus-tratos psicológicos. Além disso, passou por uma disrupção ainda durante o período de transição. Devido a este fator, descrevem o processo como gerador de “dúvidas”, apreensão, mas, no final, fazem um balanço positivo do mesmo.

A narrativa das profissionais foca-se bastante na experiência anterior de disrupção, à qual assistiram. B. admite que estavam “bastante confiantes” na 1ª transição e o seu desfecho foi “completamente imprevisível” e um “balde de água fria”. A 2ª transição correu bem e D. sentiu que “todas” as profissionais ficaram “surpreendidas” com o sucesso da transição e a abertura desta família, por isso, as dúvidas foram-se dissipando. Apesar dos bons indicadores, ambas sentiram preocupação ao longo da transição porque, desta vez, não podiam “falhar”. Sentiram ainda mais preocupação nas técnicas da casa, face à possibilidade de voltar a correr mal.

D. sente que a articulação com as técnicas da casa “correu bem” porque estas estavam “disponíveis” a melhorar aspetos que não correram tão bem na 1ª transição. B. e D. sentiam que, por vezes, a casa dava demasiada autonomia e poder de escolha à criança, sem que ela tivesse segurança para tal. Foi necessário que as técnicas de acolhimento aumentassem a assertividade nas decisões da transição pois, na perspetiva de B. e D., isso aumentou sensação de proteção da CdP7.

No geral, as profissionais não têm muitas preocupações relativamente à pré-adoção pois, na etapa 10, perceberam bons indicadores e a criança parecia “tranquila”.

CQhe

M. e D. partilham a experiência de transição de CQhe, uma menina de 9 anos, com um funcionamento cognitivo baixo e que foi institucionalizada por ter sido vítima de maus-tratos. A CQhe foi adotada por um casal homossexual masculino.

Ambas as profissionais sentiram que todo o processo foi bastante exigente porque foram necessárias várias adaptações e a CQhe precisou de algum “tempo” para abrir-se completamente aos novos pais. Contudo, sempre sentiram que esta estava receptiva à nova família, mesmo tratando-se de um casal homossexual. De forma geral, M. e D. sentiram que os pais foram muito “adequados” a responder às questões da CQhe. Além disso, ambas sentiram “ansiedade” durante o processo pela responsabilidade de dar a melhor resposta possível à criança, num contexto de “equipa alargada” com a técnica da casa e os profissionais de saúde mental que conheciam a CQhe. Ao longo da transição, foram sentindo a CQhe cada vez mais tranquila o que, também, as tranquilizou. D. sentiu-se “gratificada” por perceber que, no final, a CQhe finalmente conseguiu integrar-se na sua família e sentir-se confortável com a adoção.

D. sentiu que foi “indispensável” terem uma boa relação com a técnica da casa, que se mostrou sempre muito disponível durante a transição. Foi muito importante para ambas sentir que podiam comunicar sobre todas as suas dúvidas e receios em reuniões diárias e interdisciplinares, ajustando o plano de transição àquilo que era necessário.

De forma geral, ambas sentiram que a CQhe estava “muito bem preparada” e que o PPCA “contribuiu imenso” para a transição, visto que transmite às crianças a noção de que a adoção é algo definitivo. Além disso, através do Cartão de Cidadão e do contacto próximo que tiveram desde cedo com a técnica da casa, sentiram que estiveram mais próximas da CQhe, o que permitiu que esta confiasse mais nelas e no seu trabalho.

Cbkf e CEpG

B. e R. referem a experiência de transição de Cbkf, um menino de 8 anos, com um bom funcionamento cognitivo e que foi entregue ao acolhimento por questões de negligência e exposição à doença psiquiátrica da sua mãe. Este menino é refugiado da guerra da Ucrânia e não sabe do paradeiro dos seus progenitores. Também comentam a experiência na transição de CEpG, uma menina de 4 anos, com um funcionamento

cognitivo baixo, que foi institucionalizada devido à incapacidade socioeconómica e mental da progenitora. Não são irmãos e não foram adotados juntos.

Relativamente à CEpG, as profissionais sentem que a transição correu melhor do que o esperado porque esta menina tinha dificuldades em iniciar relação com os adultos, mas, “surpreendentemente” conseguiu relacionar-se facilmente com a família. B. salienta a importância do PPCA para dar mais informação a CEpG sobre a sua história, aumentando a sua segurança no processo. Contudo, B. sente alguma dúvida sobre o impacto do programa a longo prazo, depois da transição.

No caso do Cbkf a transição também correu bem mas ambas confessam que tiveram mais atenção a algumas questões porque este menino era mais velho e sabia exatamente qual era a sua história de vida e quem era a sua família biológica. Neste caso, B. já sentiu que o PPCA contribuiu para “potencializar” o conhecimento da criança sobre a sua história porque esta era mais velha e já tinha mais informações.

Nas duas transições fizeram um dia de pausa, algo que foi difícil de gerir com as técnicas da casa. B. e R. expuseram esta estratégia e sentiram que foi difícil para as casas aceitar esta pausa porque notaram muita “ansiedade” nas técnicas de acolhimento. B. nota que as técnicas preferem não dar tempo às crianças para pensar na transição, porque têm receio que estas recuem ou boicotem a transição, mas, tal não acontece. Devido a esta questão, sentiram alguma resistência por parte das colegas da casa, mas existiu diálogo e cedências, por isso, B. considera que a articulação foi positiva.

De forma geral, sentiram que as duas crianças estavam bem preparadas para a transição. Consideram que não conseguiram estar muito presentes durante a preparação porque tinham “um volume de trabalho astronómico” e não tinham tempo suficiente. Contudo, R. considera que o PPCA deve ser aplicado por alguém com quem as crianças têm “relação” e, por isso, só deve ser feito por uma figura de referência. R. confia no trabalho das casas e considera que o seu foco, como profissional de adoção, é o trabalho com os pais e a sua preparação. Já B. sente que elas poderiam estar mais por dentro da preparação, talvez como “supervisoras”, mas não a aplicar o programa.

F. e S. apresentam a experiência de transição de CT0z, um menino com 3 anos de idade e com um funcionamento cognitivo médio baixo, que foi institucionalizado devido a negligência na família de origem.

De modo geral, F. considera que a transição “correu muito bem” devido à disponibilidade do CT0z e dos pais para a interação. A família estava bastante receptiva às suas “orientações” e, por outro lado, o CT0z estava “muito bem preparado”. Além disso, S. sentiu que o CT0z abriu espaço para se relacionar consigo e com F., algo que foi encarado de forma muito positiva. Esta sente que é “muito importante” e tem gosto por fazer parte da relação com a criança, com os pais e com casa para “conquistar espaço” junto desta “equipa” e foi isto que aconteceu nesta transição. No final da transição, F. sentiu que o CT0z se aproximou mais delas, quase como que a agradecer por tudo, o que deixou a profissional bastante gratificada e com uma sensação de dever cumprido, dizendo que foi uma sensação “excelente”.

Ambas consideram ter uma “relação privilegiada com a casa” porque já trabalharam com eles antes. Elogiam a disponibilidade afetiva dos técnicos e consideram que a boa articulação entre os adultos transpareceu de forma positiva para o CT0z, dando-lhe mais segurança. F. sente que o PPCA “teve um grande contributo” no sucesso da transição porque ajudou a que se falasse abertamente de assuntos difíceis, aumentando a organização e a segurança dos técnicos da casa. Ambas sentiram que a tarefa do Cartão de Cidadão as aproximou ainda mais do CT0z e cumpriram um propósito fundamental para as duas: o CT0z percebeu melhor qual era o trabalho delas e confiou mais. S. sente que é “importante” que a criança perceba que elas sabem a sua história de vida e também se preocupam com ela.

Embora saibam que a pré-adoção está a correr bem, sentem que, por vezes, os profissionais da pré-adoção têm pouca empatia pela criança porque não a conhecem realmente e é importante manter o contacto com quem esteve na transição e com quem conhece melhor o funcionamento da criança.

M. e F. partilha a experiência de transição de CP5C, um menino de 5 anos, e CEcd, uma menina de 4 anos, adotados em fratria. Ambos apresentam um funcionamento cognitivo médio e foram acolhidos devido a negligência.

Ambas sentiram que o processo “superou as expectativas”, visto que tinham feito “um prognóstico” negativo. Esperavam que o CP5C fosse bastante desafiante porque já tinha um histórico de comportamentos de desregulação e poderia querer “testar” os pais, contudo, F. sentiu que o CP5C “fez tudo para que corresse bem”. A CEcd tende a ser mais “desligada” e a reproduzir os comportamentos do irmão, por isso, também esperavam dificuldades nesta perspetiva. Contudo, a transição foi “gradual” e, aos poucos, as crianças foram-se abrindo à relação com os pais. F. considera que a transição foi “gratificante” a nível pessoal porque correu melhor do que o esperado.

Além disso, M. sente que “tudo foi muito articulado e ponderado” com a casa e as técnicas de acolhimento sempre se mostraram “muito disponíveis”, o que facilitou o processo. Salienta que o mais importante foi a “confiança” mútua que sentiram. F. também sentiu que o PPCA e a “preparação feita com a psicóloga” junto destes irmãos “fez toda a diferença” no processo de transição.

C6C0

H. e D. partilham a experiência de transição de C6C0, uma menina com 5 anos de idade e um funcionamento cognitivo médio, que foi institucionalizada devido a situações de negligência. A C6C0 já tinha passado por uma transição malsucedida que durou 5 dias. Além disso, o novo casal tinha um filho biológico com 15 anos.

H. descreve o processo como “cansativo” e “desgastante”, principalmente, pela “culpa” que sentiram por não terem selecionado a melhor família para a C6C0 anteriormente. Assim, nesta transição sentiram a “pressão” e uma responsabilidade acrescida para que tudo corresse bem. Apesar de tudo, ambas concordam que a transição “correu muito bem” porque a família foi “incondicionalmente disponível” a lidar com as dificuldades e a criança mostrou-se “surpreendentemente permeável” a esta família. Sentiram que foi um processo de “arrumação”, no qual tiveram de gerir muito “stress e tensão”, mas sem perder a confiança no sucesso desta transição. Neste sentido, sentiram que não podiam deixar que alguém desacreditasse do processo.

D. diz que também foi “muito duro” sentir que depositaram expectativas na criança relativamente à primeira família adotiva que, afinal, não foram correspondidas. Sente que a atividade do Cartão de Cidadão e outras atividades do PPCA promoveram uma maior proximidade e confiança por parte da C6C0. Além disso, H. destaca que “foi fácil” trabalhar com a equipa da casa porque já se conheciam e “estavam todos empenhados para que tudo corresse bem”. A única exigência desta articulação residiu na necessidade destas técnicas utilizarem um “jogo de cintura” para fazer com que a técnica de acolhimento não desanimasse e acreditasse juntamente com elas.

Os “desafios” que surgiram na pré-adoção não preocuparam as profissionais porque os pais respondem com bastante segurança. Sentem que estes pais não adotaram apenas para ter o “desejo de parentalidade satisfeito” e, por isso, são bastante “conscientes” daquilo que uma adoção implica.

CfhX

N. e A. falam da sua experiência de transição de CfhX, uma menina com 6 anos que apresenta um funcionamento cognitivo médio e sofreu uma disrupção durante o período de pré-adoção. A CfhX já tinha passado por uma disrupção durante o período de pré-adoção com uma adotante singular que as profissionais adjetivaram de “fria”.

Recordam que nessa altura sentiam o “coração apertado” e A. Chega a emocionar-se ao recordar que o processo anterior a “deitou abaixo completamente” porque assistiu à tristeza e à perda do “brilho” da CfhX. N. descreve a adoção anterior como um “falhanço total”. Devido ao impacto negativo que sentiram na CfhX, N. e A. Sentiram que “não podiam falhar” nesta transição e, por isso, fizeram questão de selecionar uma família que lhes transmitiam “muitas garantias”. Sentiram pressão e o peso da responsabilidade por sentiram que não podiam falhar com CfhX mas, ao mesmo tempo, revelam bastante confiança na família que selecionaram.

N. sentiu que a transição “correu muito bem” e a criação de relação entre os pais e a CfhX “foi fácil”. Além disso, notaram que a CfhX estava “muito bem preparada” porque sabia “para o que ia” e conseguia falar abertamente sobre toda o seu passado. Ambas escolheram esta família porque confiavam no seu potencial e porque estava geograficamente perto, o que lhes permitia ter mais “controlo” sobre a situação para aumentar a segurança de que tudo iria correr bem desta vez. A. Sente que acertaram.

CfTU & C30R

M. e R. recordam a experiência de transição de CfTU, um menino de 7 anos e C30R, um menino de 6 anos, que foram adotados em fratria. Ambos apresentam um funcionamento cognitivo médio e foram institucionalizados por negligência e maus-tratos físicos e psicológicos.

As profissionais sentiram que a experiência de transição foi “excelente”, principalmente, devido ao trabalho que desenvolveram com as colegas de adoção na seleção e na preparação da família. Por isso, consideram que pais tiveram uma postura bastante adequada e disponível face às situações. R. ficou surpreendida porque pensava que o CfTU estaria mais tímido na transição e, por outro lado, surpreendeu-se com a “capacidade de ouvir os pais” do C30R, apesar da sua agitação natural. M. achou muito “interessante” que as crianças conhecessem qual era o seu trabalho na transição.

Ambas destacam bastante que a articulação com a casa “não correu bem” porque as técnicas colocavam-lhes uma “pressão ridícula” para começar a transição o mais rápido possível. M. sentiu que as técnicas da casa estavam demasiado focadas nas crianças, sem pensarem que os pais tinham de ter algum tempo para ajustar a sua casa e as suas rotinas ao início da transição. Além disso, sentiram que estas profissionais não estavam a dar espaço à criança para se “preparar” e “absorver” a chegada dos pais. Sentiram igualmente que estas não tinham “sensibilidade” para falar com os pais, colocando pressão. R. associa a necessidade de controlo das técnicas com o excesso de tarefas que possuem no seu trabalho e com o “cansaço” que notam nas mesmas.

Embora tenham sentido que os irmãos estavam bastante “recetivos” à família adotiva, sentem que não possuem “indicadores suficientes” para avaliar o impacto do PPCA. Contudo, perceberam que o PPCA forneceu “estrutura” à história de vida deles.

Cw2T

J. e M. relata a experiência de transição de Cw2T, uma menina com 10 anos de idade, que possui um funcionamento cognitivo médio e foi institucionalizada devido a negligência e maus-tratos físicos.

M. refere que foi um processo repleto de “desafios”, mas, no final, correu bem. J. destaca que foi uma transição “exigente”, “cansativa” e “absorvente” porque durou 3 semanas e não teve nenhum dia de pausa. Nesse período, esta sentiu que se esqueceu da

sua vida pessoal e do restante trabalho porque estava completamente focada na transição. Ambas sentem que foi uma transição com momentos bastante exigentes e, por vezes, foi difícil gerir a ansiedade que sentiam, enquanto sentiam o dever de gerir a ansiedade dos pais e das técnicas de acolhimento. M. chega mesmo a afirmar que se sentiu uma “mediadora” e a “voz” dos pais durante o processo.

Ambas sentiram que o principal fator que as fez continuar a acreditar no processo e a superar as dificuldades foi a união e a boa articulação que estabeleceram com a técnica de casa, que conhecia bem a CwT2. M. sentiu que esta união permitiu “balizar” os seus “medos”. J. destaca que a “comunicação” aberta entre todos sobre as dúvidas, medos e dificuldades deu-lhe segurança e esperança de que conseguiriam ultrapassar as dificuldades em conjunto. O mais exigente para J. e M. foi sentir que não podiam deixar de acreditar que a transição teria sucesso, porque essa confiança também influenciava a sensação de confiança e segurança da CwT2.

J. sentiu que a CwT2 “estava muito bem preparada” com o PPCA e mostrava saber com exatidão todos os passos da transição. Esta sentiu que o programa também foi importante para si porque permitiu “formalizar” o momento de contacto com a CwT2. M. sentiu que o PPCA foi um instrumento de segurança para a técnica de casa porque organizou o diálogo sobre “assuntos fundamentais” da “história de vida” da CwT2. Além disso, esta sentiu que o PPCA facilitou a abertura da comunicação entre todos e fez com que esta sentisse que não fazia parte da equipa de adoção, mas, sim, de uma “equipa alargada” com a técnica da casa e os pais, algo muito positivo.

Cy0U

S. e D. falam da experiência de transição de Cy0U, um menino de 6 anos, com funcionamento cognitivo médio alto, que foi acolhido devido a negligência. Antes da atual transição, já tinha passado por uma disrupção.

Ambas consideram que foi um processo exigente porque sentiram uma “responsabilidade muito maior” devido à experiência anterior de disrupção, daí sentirem que “não podiam falhar” desta vez. Devido a isto, D. reforça que se sentiu mais “ansiosa” e “preocupada” nesta transição. Notaram que houve um “cuidado acrescido” na preparação tendo a situação específica de Cy0U e, no geral, ele mostrou-se tranquilo e aberto durante a transição, o que revela que a preparação foi bem-sucedida.

As profissionais concordam que a transição foi bem-sucedida principalmente porque os pais eram muito “atentos” às necessidades do Cy0U que, também, se mostrou bastante aberto, ao contrário daquilo que esperavam. Durante a transição dizem que se sentiram “inteiramente seguras”. Além disso, a articulação com a casa correu bem e S. sentia que o Cy0U confiava muito na técnica da casa, o que foi positivo para o processo.

Cg66 & CHa1

M. relata a experiência de transição de Cg66 e CHa1, gémeas com 5 anos de idade que foram adotadas em fratria. Ambas apresentam um bom funcionamento cognitivo e foram acolhidas por negligência e maus-tratos psicológicos.

Ao longo da sua narrativa, M. destaca bastante o contributo do PPCA para facilitar as transições e validar o seu trabalho enquanto profissional de adoção. Através do PPCA, esta sente que as crianças e os técnicos da casa ganham mais consciência de tudo aquilo que implica o seu trabalho, o que faz com que se sintam mais validadas.

A transição da Cg66 e da CHa1 ter sido uma experiência que abriu os horizontes de M. porque sentiu que está cada vez mais eficiente e próxima das crianças nas transições. Além disso, esta sentiu que as gémeas estavam bem preparadas porque se mostraram tranquilas e com bastante conhecimento relativamente à adoção e à transição, graças ao trabalho feito com o PPCA. A proximidade na relação estabelecida com as gémeas foi promovida pelo programa e facilitou a identificação das necessidades das meninas. Como vê tantas vantagens no PPCA, M. partilha o seu interesse por participar mais na preparação, para aproximar ainda mais a relação com a criança.

M. sentiu-se mais sossegada quando soube que as gémeas foram preparadas pelo PPCA, porque sabia que “temas essenciais” já tinham sido abordados e, por isso, estas estavam mais libertas para a transição. Considera que a ideia de definir um plano de transição é muito organizadora e já não se imagina a realizar uma transição sem esse plano. Sente que, ultimamente, tem tido uma “evolução fabulosa” no planeamento.

A boa articulação que estabeleceu com a equipa da casa parece ter sido um pilar muito importante para M. e esta sente que a boa relação existente entre todos os adultos passou para as meninas. A comunicação foi “clara” e “aberta” entre todos e M. sentiu-se parte de uma “equipa alargada”. No geral, parece ter sido uma experiência bastante enriquecedora a nível pessoal e profissional, proporcionando aprendizagens a M.

CKqN

M. e G. partilham a experiência de transição de CKqN, um menino com 5 anos, com um funcionamento cognitivo médio e que foi institucionalizado por motivos de negligência. G. sente que a experiência “global” de transição “correu muito bem” porque, tanto os pais como o CKqN, estavam bastante abertos e receptivos. M. relaciona a abertura da criança à boa preparação que teve na casa de acolhimento. Além disso, sentiu que a família “superou as expectativas” na sua disponibilidade.

M. sente algum cansaço nos técnicos de acolhimento durante as transições porque compreende que estes profissionais possuem uma “sobrecarga” de tarefas. Contudo, nesta transição, sentiu “muita disponibilidade” por parte da equipa da casa. O facto de as técnicas terem estado “bastante envolvidas” foi algo encarado como positivo por M. Além disso, sentiu que esta articulação aumentou a segurança da família. Segundo M. e G, a única limitação que encontraram no processo foi o facto de a preparação ter sido feita “em cima do joelho”, ou seja, demasiado rápido para que o CKqN tivesse tempo de absorver o início da transição. Também revelaram alguma preocupação porque o CKqN não levou o Livro de Vida para a casa da família, algo que deveria ser quase obrigatório pela sua importância, segundo as profissionais.

No geral, ambas consideram que o “PPCA é essencial” porque aumenta a estrutura e segurança dos técnicos de acolhimento para falarem abertamente sobre a história de vida das crianças, sendo que esta abertura também passa para os pais. Sentem que o programa contraria a tendência de utilizar a tranquilidade aparente da criança para evitarem abordar a sua história com ela. Além disso, G. admite que o PPCA facilita o seu trabalho porque ajuda a que a criança seja mais próxima delas e que compreenda mais facilmente qual é o seu trabalho.

Ambas relatam que está a existir uma “ligação muito estreita” entre elas, a equipa da casa e a equipa da pré-adoção, o que lhes traz mais segurança no sucesso desta nova fase. Sentem que todas “acrescentaram-se” em vez de se eliminarem e consideram que a presença das técnicas da casa neste momento é muito importante porque são elas que conhecem verdadeiramente o CKqN. Além disso, G. diz que o momento do regresso da criança à casa foi “interessantíssimo” para ter o registo em “observação livre” da segurança do CKqN e dos bons indicadores da pré-adoção.

CbT3

J. aborda a experiência de transição de CbT3, um menino de 6 anos, com um funcionamento cognitivo médio, que foi acolhido devido a negligência, maus-tratos psicológicos e a presença de atos criminais pelos pais biológicos.

J. sente que experiência de transição foi positiva porque conseguiram comunicar com a equipa da casa e os pais não tiveram receio de falar sobre os seus “medos” e “expectativas”, algo que encarou como positivo. Um dos aspetos que causou alguma estranheza na casa foi o facto de J. propor dias de pausa durante a transição, para que a criança tivesse mais tempo de absorver as novas experiências. J. sentiu que a estranheza das técnicas se relacionou com a ansiedade que essas pausas lhes provocavam. Este sente que foi bastante “flexível” para articular e dialogar com a casa.

J. foca bastante o seu discurso na importância do PPCA que viu como benéfico para o CbT3. Sente que quando as crianças sabem a sua história de vida e sabem o que vai acontecer sentem-se mais seguras e tranquilas ao longo do processo, porque sentem que têm mais controlo sobre a situação, algo que J. notou no caso de CbT3. Apesar disto, o profissional revela alguma relutância em abordar com mais profundidade o programa porque admite não saber assim tanto sobre o mesmo. J. destaca que quem está “no comando” da relação com a criança e do PPCA é o profissional de acolhimento.

CRY0

N. e T. relatam a experiência de transição de CRY0, uma menina com 7 anos, com um funcionamento cognitivo médio baixo e foi institucionalizada devido a negligência e maus-tratos psicológicos.

Ambas descrevem o processo de transição como “linear” e “sem problemas”. T. percebeu que tanto a CRY0 como os pais estavam bastante disponíveis e a preparação com o PPCA possibilitou que a CRY0 tivesse uma tranquilidade maior. Ambas sentiram que o casal e a criança conseguiram criar uma relação de “cumplicidade” na transição. O único fator que gerou alguma preocupação nas profissionais foi o facto de os pais revelarem apreensão e desconforto para falar sobre a história da CRY0.

Elogiam frequentemente a disponibilidade da técnica de acolhimento para dialogar sobre a transição, mesmo não lhe sendo possível estar sempre presente a nível presencial. N. considera que a articulação foi bastante positiva e que a técnica da casa fez

um “ótimo trabalho” de preparação com o PPCA. Sentiram acolhimento na casa e confiança nesta profissional ao longo de todo o processo.

C8yy

L. e A. partilham a experiência de transição de C8yy, um menino com 3 anos de idade e com um funcionamento cognitivo médio baixo, que foi institucionalizado devido a negligência, maus-tratos, ausência de suporte familiar na gravidez e atos ilícitos e criminais por parte dos pais biológicos.

L. sentiu que foi um processo de transição cheio de “aspectos positivos” porque existiu abertura do C8yy e uma grande “capacidade de entrega” por parte dos pais. A. diz que ficou “deliciada” com vários momentos de interação entre o C8yy e a família, mas, também sentiu algum cansaço devido à exigente tarefa de estar atenta a todos os pormenores da relação, para que nada falhasse.

A. sentiu que a articulação com a casa foi menos fluida porque sentiram que a equipa queria “assumir as rédeas da transição” e não existiu uma comunicação transparente em determinadas situações. Para as profissionais, foi “difícil” lidar com a resistência da casa porque, no fundo, gostava que as técnicas compreendessem que deveriam estar todos unidos para o mesmo propósito. A. percebe que a necessidade de controlo por parte da casa deriva do sentimento de responsabilidade relativamente ao cuidado e à proteção das crianças. L. sentiu que o C8yy estava “muito bem preparado” devido ao trabalho na casa, pois adotou uma postura segura e aberta durante a transição.

C6Oj

B. e C. contam a experiência de transição de C6Oj, uma menina de 6 anos com um funcionamento cognitivo elevado. Foi acolhida devido a negligência e maus-tratos psicológicos por parte da família biológica.

C. sente que, a cada transição, aprende muito com as pessoas com quem trabalha e cresce como “profissional” e como “pessoa” e, com esta transição não foi diferente. B. sentiu que esta transição em específico “correu bem” devido à disponibilidade dos pais e ao vasto entendimento da C6Oj, o que B. relaciona com a sua boa preparação.

C. sentiu que a transição ocorreu num clima de “descontração” porque os pais tinham uma postura bastante tranquila, o que aumentou a sua segurança. Embora tenha sido uma transição gradual e bem-sucedida, B. confessa que chegava ao fim do dia

“exausta” porque sentia que tinha o difícil papel de gerir as expectativas de todos os intervenientes. Inicialmente, ambas confessam que foi difícil sentir que a C6Oj estava mais fechada com elas, mas, ficaram “surpreendidas” com a capacidade desta se abrir à relação com elas e com os pais, algo que foi bastante positivo. Ambas confessam que gostavam de estar mais presentes na preparação com o PPCA, coadjuvando o trabalho das técnicas da casa para que as crianças conseguissem confiar mais facilmente no seu trabalho. Sentiram que a profissional da casa estava mais segura porque o PPCA ajudou a organizar temas importantes.

C. sente que tiveram uma “união alargada” com as técnicas da casa, com os pais e a criança. Ambas sentiram que todos trabalharam em equipa e foi esse fator que deu fluidez à transição. Embora não tenham grandes detalhes, sabem que a pré-adoção está a correr bem e ambas estão seguras com o “perfil dos pais” para ultrapassar dificuldades.

C23a & Cre3

N. e D. conta a experiência de transição de C23a, um menino com 7 anos e Cre3, uma menina de 5 anos de idade, adotados em fratria. Ambos apresentam um bom funcionamento cognitivo e foram acolhidos devido a negligência e maus-tratos.

Ambas esperavam que o processo “levantasse mais dificuldades” porque os relatórios indicavam que o C23a e a Cre3 eram bastante agitados e manifestavam comportamentos frequentes de desafio. Contudo, ficaram surpreendidas porque encontraram crianças muito “concentradas na transição”. D. associa a tranquilidade que as crianças mostraram na transição à preparação do PPCA, porque conseguiram organizar a sua história de vida e sabiam exatamente o que ia acontecer ao longo dos dias. N. também reflete que, embora tenha um contributo muito “indireto” no PPCA, sente-se mais segura por saber que já foi feito “um caminho” com as crianças, o que facilita as transições. No geral, as técnicas sentem que quando as crianças vão preparadas com o PPCA estão muito mais calmas e organizadas do que as outras.

A transição foi bastante orgânica e, no 1º encontro, as profissionais ficaram com a sensação de que a família já se conhecia desde sempre, elogiando a preparação e os contactos progressivos para este efeito. N. sentiu-se mais segura por saber o que iria ser feito no dia seguinte. Sentiram que, graças ao PPCA, a articulação com a casa “correu muito bem” porque parecia que estavam todos a falar “na mesma linguagem”.

Cm98

G. e A. partilham a experiência de transição de Cm98, um menino de 3 anos e com um funcionamento cognitivo médio baixo, que foi retirado da família de origem por negligência e maus-tratos físicos e psicológicos. O avô do Cm98 iria cuidar do filho biológico do casal, mas precisou de ficar hospitalizado de última hora. Isto alterou a logística e impossibilitou a presença do irmão de Cm98, com 15 anos, na transição.

As profissionais sentem que a transição “correu bem” e teve os “momentos adequados”, destacando que a relação entre o Cm98 e os pais foi construída de forma bastante fácil. Um dos fatores que, ainda na pré-adoção, provoca alguma “preocupação” é a introversão e o distanciamento que o irmão demonstra relativamente ao Cm98. Contudo, A. Diz que estão a dialogar ativamente com a equipa de pré-adoção para perceber “o que é que vai na cabeça dele”, monitorizando esta interação.

G. sente que a transição “foi muito fácil” para o Cm98 porque ele já tinha sido preparado para receber a família, graças ao PPCA. Além disso, ver o álbum da família foi bastante positivo para criar familiaridade com o casal, antes do 1º encontro. No geral, G. sente que o PPCA é uma “mais-valia” para as crianças e reconhece que estas vão mais “esclarecidas” sobre o seu passado. Além disso, esta sente que o PPCA a ajuda a perceber quais são as reais expectativas da criança, na 1ª pessoa, o que facilita a seleção da família. Percebeu que a “agressividade” descrita no relatório sobre o Cm98 antes da preparação não foi evidenciada na transição e ele estava muito recetivo. As técnicas ficaram aliviadas com a disponibilidade inesperada da criança na transição. A abertura dos pais para falar sobre o passado do Cm98 também foi tranquilizador.

G. sente que as técnicas de acolhimento “estiveram sempre presentes”. Tomaram todas as decisões em conjunto, através do diálogo constante. Sentiram-se seguras por conseguir estabelecer esta relação com as profissionais que melhor conhecem o Cm98 e o PPCA. Apesar da relação com a equipa de pré-adoção estar a ser positiva, parecem revelar algum cansaço por terem de comunicar com tantas equipas diferentes, descrevendo que é algo “complicado e confuso” para elas, para os pais e para a criança.

CR1y

L. e E. descrevem a experiência de transição de CR1y, um menino com 12 anos de idade com um “défice cognitivo”, que foi acolhido por ter sido vítima de maus-tratos

físicos. Depois de ter sido institucionalizado foi viver em contexto de apadrinhamento civil, no qual também sofreu maus-tratos físicos. O CR1y foi adotado por um casal homossexual de Malta, em contexto de adoção internacional. O CR1y já tinha interagido com a família antes porque adotaram outra criança com uma deficiência com quem o CR1y tinha uma boa relação e, depois, passaram a ser “irmãos”.

Apesar das “dificuldades de comunicação” devido à barreira linguística, L. sente que o processo de transição “correu bem” e “superou expectativas”. Destacam a motivação altruísta dos pais para a adoção como uma das principais razões para que a transição corresse tão bem. Sentiram que o casal tinha um interesse genuíno no CR1y. De forma geral, E. considera que tiveram uma boa articulação com a casa porque já conheciam as técnicas previamente e sabiam que podiam esperar delas uma “colaboração enorme”. Sentiram que esta união aumentou a segurança do CR1y, pois este percebeu que todos os adultos estavam a trabalhar para o mesmo propósito.

Além disso, E. percebeu que o CR1y estava bem preparado porque conseguia verbalizar diretamente aos pais quais eram os seus medos e as suas dúvidas e parecia ter integrado a sua história de vida. Visto que o CR1y tinha 12 anos, ambas confessam que já não tinham muitas expectativas de que ele fosse adotado e, por isso, quando souberam que tinha surgido uma família compatível ficaram entusiasmadas. Expressam gratificação por assistir às fotografias e aos vídeos que o casal envia durante a pré-adoção porque sabem que o CR1y está a adaptar-se bem e mantém um contacto muito próximo com a equipa de Malta, mesmo que à distância.

Anexo C – Parecer favorável por parte da Comissão de Ética



COMISSÃO DE ÉTICA

PARECER (Ref.º 2020/05-2)

A Comissão de Ética (CE) da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto, tendo examinado os documentos relativos ao projeto **“Evaluating the process and the impact of preparing children for adoption using the PPCA -Program for Preparing Children for Adoption”**, apresentado pela **Dra. Isabel Fidalgo**, com orientação da **Prof.ª Doutora Margarida Rangel Henriques**, emite um **parecer favorável** à realização da pesquisa.

A Comissão de Ética manifesta, contudo, as seguintes recomendações:

- Quanto ao consentimento informado do representante legal, não está definido o conteúdo do acesso a que os/as profissionais da instituição estariam autorizados/as, nem das crianças. Conviria esclarecer esta omissão, sendo certo que, salvo erro ou melhor juízo, não parece facilmente considerada ética a disponibilidade a terceiros da informação que a investigação/intervenção produz ou recolhe. A inclusão das crianças poderá um lapso.
- No que respeita o assentimento informado das crianças, dificilmente levantará dúvidas a recomendação da eliminação do conteúdo inicial - “Nesta altura já tivemos a autorização das pessoas responsáveis por ti” -, que, além de ser prescindível, pode ser pernicioso para a criança e limitadora da sua liberdade de escolha; além de a colocar numa situação de pressão psicológica cuja intensidade se desconhece, mas cujos efeitos abusivos são facilmente antecipáveis, prejudica a base de confiança em que a relação entre a criança e os/as investigadores/as deve fundar-se.

Parecer favorável

A CE é favorável à realização do projeto tal como apresentado.

FPCEUP, 21 de setembro de 2020

A Presidente,

Prof.ª Doutora Carlinda Leite

Anexo D – Consentimento Informado

CONSENTIMENTO PARA PARTICIPAÇÃO EM PROJETO DE INVESTIGAÇÃO

Título do Projeto: Avaliação do Programa de Preparação da Criança para a Adoção

Profissionais das casas de acolhimento [identificar a instituição] e da equipa de adoção da [identificar a instituição]

Por favor, leia com atenção a seguinte informação. Antes de concordar em participar no Projeto, coloque, por favor, à pessoa que solicita o seu consentimento quaisquer questões que tenha sobre o mesmo, bem como sobre o seu consentimento livre e o esclarecimento de quaisquer termos ou expressões constantes do presente documento.

O objetivo do Projeto, explicado abaixo em maior detalhe, é o de avaliar o processo e o impacto da preparação das crianças para adoção utilizando o Programa de Preparação da Criança para a Adoção (Henriques, Domingues, Teixeira, & Silva, 2017), a seguir designado por PPCA. Este Programa caracteriza-se por um conjunto sistematizado de atividades para ser aplicado por profissionais de acolhimento e profissionais de adoção, para apoiar a transição de crianças com a medida de adotabilidade para a suas novas famílias por adoção.

Se achar que algo não faz sentido ou que não está claro, não hesite em solicitar mais informações. Caso, após o esclarecimento de todas as suas dúvidas, concorde em participar, queira por favor assinar este documento.

1. Quem são os responsáveis pelo Projeto?

O Projeto é da responsabilidade conjunta da Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto (FPCEUP), da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (SCML) e do Laboratório Colaborativo ProChild CoLAB against Poverty and Social Exclusion (ProChild CoLAB), uma associação privada e sem fins lucrativos com sede na Universidade do Minho, Edifício 1, Campus de Azurém, 4800-057 Guimarães, que tem como objetivo o combate à pobreza e à exclusão social na infância e que pretende promover uma mudança social efetiva, colocando as crianças no centro da investigação científica. Para tal sustenta-se na colaboração articulada entre as entidades acima referidas.

Ao abrigo do disposto no Regulamento Geral sobre Proteção de Dados, a responsabilidade pelo tratamento dos dados pessoais é assumida, conjuntamente, pela FPCEUP, pela SCML e pelo ProChild CoLAB, nos termos do ponto 10.

Poderão contactar-nos através de:

ProChild CoLAB

Contacto Encarregado de Proteção de Dados: privacy@prochildcolab.pt

2. Qual é o objetivo do Projeto?

O Projeto tem como objetivo estudar a eficácia e o impacto do Programa de Preparação da Criança para a Adoção – PPCA© com crianças (entre os 3 e os 15 anos) em situação de adotabilidade (i.e., a quem o tribunal aplicou a medida prevista no artigo 35.º g) da Lei de Proteção de Criança e Jovens em Perigo) a residir em acolhimento residencial. Mais concretamente, este projeto pretende avaliar a eficácia do PPCA 1) no bem-estar das crianças com projeto de adoção e 2) na adaptação e abertura da comunicação sobre a adoção, em famílias por adoção. Pretende ainda a analisar o processo de aplicação do Programa junto dos vários intervenientes (crianças, profissionais do acolhimento e de adoção e pais por adoção) (3).

O PPCA é um modelo de intervenção para apoiar a transição de crianças para as novas famílias adotivas. Sistematiza um conjunto de tarefas e atividades manualizadas focado em 4 aspetos centrais (ou focos de atuação específicos do PPCA): 1) conhecimento acerca do projeto de adoção; 2) integração dos vários acontecimentos da história de vida da criança; 3) luto pela perda dos contactos com os familiares biológicos e 4) participação da criança no seu processo de transição para uma nova família por adoção. Estes fatores são indicados na literatura como cruciais para o bem-estar das crianças, e representam tarefas-chave na sua adaptação nas novas famílias. Trata-se de um programa pioneiro a nível nacional que visa dar resposta à necessidade de apoio por parte dos profissionais de acolhimento e adoção envolvidos na preparação das crianças para o projeto de adoção.

O desenvolvimento do Projeto envolve a cooperação com a Unidade de Adoção, Apadrinhamento Civil e Acolhimento Familiar (UAACAF) da Direção de Infância, Juventude e Famílias (DIJUF) da SCML e com instituições de acolhimento residencial.

A sua participação no Projeto é essencial. Assim, numa primeira fase do Projeto, espera-se que os Profissionais de Acolhimento [identificar instituição a que pertencem] colaborem de forma articulada com os investigadores transmitindo informações relevantes sobre o processo de aplicação do PPCA e dados de avaliação do funcionamento e bem-estar da criança que é preparada.

Numa segunda fase, se a criança for adotada, será importante contar com a colaboração da equipa de adoção da [identificar instituição a que pertencem], na medida em que estes profissionais poderão disponibilizar informação sobre o período de transição e a adaptação da criança e da família com o projeto de adoção em curso, aos investigadores do Projeto.

3. Quem financia o Projeto?
O Protejo é promovido pelo ProChild CoLAB que conta com financiamento do Norte 2020, Portugal 2020, Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT) e Fundo Social Europeu (FSE).
4. Em que consiste o Projeto e quais são as suas fases?
Através da validação do PPCA, o Projeto pretende obter suporte científico para um programa que tem como fim último promover o sucesso da integração familiar adotiva de crianças e a melhoria das práticas dos profissionais - do acolhimento e adoção - envolvidos no acompanhamento de crianças com o projeto de vida de adoção. O Projeto decorre ao longo de 5 anos. O envolvimento de cada participante no Projeto dependerá da evolução da situação de adoção de cada criança participante. A primeira fase deste Projeto envolverá a colaboração dos profissionais da casa de acolhimento [identificar instituição a que pertencem] ao nível de: • aplicação das diferentes etapas do PPCA, a cada uma das crianças participantes através de medidas de avaliação do processo; • recolha de dados de indicadores do bem-estar sócio emocional das crianças participantes para avaliação dos efeitos da aplicação do PPCA; • Preenchimento de questionários e participação em grupos de discussão para avaliação do processo, da adesão e satisfação dos profissionais com a aplicação do programa. A segunda fase, e caso venha a verificar-se a integração da criança na família adotante, envolverá a participação dos profissionais de adoção [identificar instituição a que pertencem] no que se refere a: • Recolha de dados de indicadores do processo de aplicação do PPCA a cada criança participante, através de medidas de avaliação do processo e; • Recolha de dados relativos aos efeitos do Programa na adaptação e abertura da comunicação sobre a adoção, em famílias por adoção. • Em particular para os profissionais de equipas de adoção envolverá ainda o preenchimento de questionários e participação em grupos de discussão para avaliação do processo, eficácia e satisfação com a aplicação do programa. Caso a criança não seja adotada, o Projeto continuará a decorrer, e terá lugar na Casa de Acolhimento, com a colaboração dos profissionais da Casa de Acolhimento.
5. O que é que terei de fazer caso decida participar?
Caso consinta em participar, terá que proceder à recolha e partilha de informação que integra o protocolo de investigação previamente acordado e que se destina a compreender o processo de aplicação do PPCA e o seu impacto no bem-estar e adaptação da criança, qualquer que seja a concretização do projeto de vida, ou contexto em que está integrada antes da adoção.

A sua participação, enquanto profissional de acolhimento ou enquanto profissional de equipa de adoção, envolverá também a articulação regular e a colaboração com a equipa de investigação, através de métodos de comunicação à distância (como e-mails, chamadas telefónicas e/ou videochamadas) e de encontros presenciais.

Se decidir participar, ser-lhe-á solicitado que, **enquanto profissional de Acolhimento e da equipa de Adoção que aplica o PPCA:**

- a) Preencha questionários para recolha dos seus dados sociodemográficos, tais como nome, identificação do local de trabalho, contactos, formação e experiência profissional, etc.;
- b) Recolha de dados sobre a aplicação das sessões do PPCA à criança, através de:
 - preenchimento de questionários de acompanhamento das sessões ao longo do Programa;
 - registo fotográfico do material produzido pelas crianças;
 - registos de áudio e/ou vídeo das sessões realizadas;
 - preenchimento de grelhas de observação no período de transição;
 - participação em entrevistas de grupo, e;
 - participação em momentos de observação da aplicação das sessões realizadas.
- c) Preencha questionários focados na satisfação e adesão dos profissionais ao programa e da sua experiência profissional com o mesmo;
- d) Participe em *grupos de discussão* sobre a satisfação e adesão dos profissionais ao programa e da sua experiência profissional com o mesmo

Enquanto profissional de Acolhimento, ser-lhe-á pedido que:

- e) Recolha **dados sobre a história, o percurso da criança** na casa de acolhimento e na escola e informação clínica, através da realização de entrevistas e do preenchimento de questionários,
- f) Recolha dados sobre o **funcionamento e bem-estar da criança** em vários momentos de avaliação ao longo do processo de preparação e transição para a adoção, através do preenchimento de questionários e da realização de entrevistas:
 - Antes da preparação (M1);
 - Avaliação intermédia – fim dos 3 primeiros focos do PPCA (M2)
- g) Colabore com a equipa de investigação na operacionalização de momentos de recolha direta de dados, (através de aplicação de questionários e realização de entrevistas à da criança, nos seguintes momentos de avaliação:
 - Antes da preparação (M1)
 - No fim da aplicação de cada um dos 3 primeiros focos do PPCA
 - Durante a transição para a nova família – Foco 4 do PPCA
 - Na avaliação final do PPCA (na visita da criança à casa de acolhimento) (M3)
- h) No caso de crianças ainda não integradas em família por adoção, colabore com a equipa de investigação na operacionalização de momentos de recolha direta de dados, através de aplicação de questionários e

realização de entrevistas à criança sobre o seu **funcionamento e bem-estar**, nos seguintes momentos de avaliação:

- 6 meses após o fim da aplicação de cada um dos 3 primeiros focos do PPCA (M2+6m)
- 12 meses após o fim da aplicação de cada um dos 3 primeiros focos do PPCA (M2+12m)
- 18 meses após o fim da aplicação de cada um dos 3 primeiros focos do PPCA (M2+18m)

Enquanto profissional de Adoção, ser-lhe-á pedido que:

- Recolha **dados sobre o percurso de transição da criança** para a nova família por adoção, através de entrevistas e questionários ao longo do período de transição e pré-adoção;
- Colabore com a equipa de investigação na operacionalização de momentos de recolha direta de dados, através de aplicação de questionários e realização de entrevistas à criança sobre o seu **funcionamento e bem-estar**, nos seguintes momentos de avaliação:
 - 6 meses após a avaliação final do PPCA (M4)
 - 18 meses após a avaliação final do PPCA (M5)
- Colabore com a equipa de investigação na operacionalização de momentos de recolha direta de dados sobre o funcionamento e satisfação familiar, através de preenchimento de questionários e realização de entrevistas junto dos pais por adoção, nos seguintes momentos de avaliação:
 - Na avaliação final do PPCA (na visita da criança à casa de acolhimento) (M3)
 - 6 meses após a avaliação final do PPCA (M4)
 - 18 meses após a avaliação final do PPCA (M5)

6. Sou obrigado/a a participar no Projeto?

A participação no Projeto é inteiramente voluntária, não sendo uma obrigação legal ou contratual, nem um requisito para a celebração ou execução dos contratos celebrados com a [identificar instituição da casa de acolhimento/equipa de adoção] sendo os participantes livres de partilhar a informação sobre si próprio/a que desejarem sem que isso os prejudique de alguma forma.

Se decidir participar no Projeto, terá de preencher a declaração de consentimento (no final do presente documento). Poderá retirar o seu consentimento para a participação neste Projeto em qualquer altura, sem que daí advenham quaisquer consequências ou qualquer impacto para si.

7. Posso ser prejudicado/a por não participar no Projeto?

A não participação no Projeto não terá qualquer impacto na sua relação com a Casa de Acolhimento [identificar instituição da equipa de adoção], com as crianças, com as famílias de adoção ou com a [identificar instituição da equipa de adoção].

Os profissionais cujo consentimento não seja obtido, independentemente de estarem ou não envolvidos em processos de preparação de crianças para a adoção, não integrarão o Projeto, assim como as crianças por eles preparadas para a adoção.

8. Que riscos estão associados à minha participação no Projeto? Existe algum benefício para mim?
Este Projeto não apresenta, nem são antecipados, riscos conhecidos para os/as participantes. O acompanhamento e supervisão do trabalho técnico, previstos na realização deste Projeto, constituirá uma oportunidade de desenvolvimento/aperfeiçoamento de competências ao nível profissional. Mais se informa que não terá qualquer benefício direto em participar no Projeto, nem será remunerado/a pela participação no mesmo. A informação prestada será extremamente útil para que o modelo de preparação da criança para a adoção seja melhorado. Consequentemente, poderá refletir-se em benefícios no bem-estar das crianças com projeto de vida de adoção e, potencialmente, na redução do tempo de concretização e na taxa de insucesso de crianças integradas em famílias adotivas. Chamamos ainda a atenção para o facto de todos os materiais a utilizar nos procedimentos requeridos pelo Projeto serem fornecidos gratuitamente.
9. O Projeto termina se a criança não for adotada?
O Projeto não termina se a criança não for adotada. Os resultados sobre a evolução do funcionamento e bem-estar da criança com a medida de adotabilidade informarão igualmente acerca do impacto do PPCA nestas situações, ou seja, informarão acerca do potencial benefício do Programa nas situações em que a medida de adoção não é efetivamente aplicada.
10. Quem são os responsáveis pelo tratamento de dados no âmbito do Projeto?
A responsabilidade pelo tratamento dos dados pessoais é assumida, conjuntamente, pela FPCEUP, pela SCML e pelo ProChild CoLAB e será regida pelo disposto no Regulamento Geral de Proteção de Dados¹.
11. Para que finalidade são tratados os dados pessoais recolhidos?
Para alcançar as finalidades do projeto de investigação científica identificadas no Ponto 2, serão recolhidos os dados pessoais dos profissionais de modo a caracterizar o seu percurso profissional e experiência de preparação. Pretende-se analisar a satisfação e adesão com o Programa, e desta forma, avaliar a eficácia e o impacto do PPCA. Além do mais, quando se dá início ao processo de transição para a adoção de uma criança, também serão tratados dados pessoais da equipa da adoção que a acompanha. A equipa de investigadores do ProChild CoLAB, da FPCEUP e da SCML irá analisar estes dados, com o objetivo específicos de validar O PPCA, com vista a fornecer aos profissionais instrumentos de intervenção empiricamente validados e, assim, melhorar as condições da preparação da criança com projeto de vida de adotabilidade.
12. Qual a base de licitude do tratamento dos dados?
Os dados serão tratados mediante consentimento, tendo em vista a prossecução das finalidades acima referidas.

¹ Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016, relativo à proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais e à livre circulação desses dados e que revoga a Diretiva 95/46/CE (Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados ou RGPD).

13. Que dados vão ser recolhidos e tratados no âmbito da minha participação neste Projeto? E como vão ser recolhidos?
No âmbito da participação dos profissionais de Acolhimento e Adoção que aplicam o PPCA serão recolhidos: a) dados de identificação, dados de contacto e dados relativos ao percurso profissional, tais como nome, identificação do local de trabalho, contactos, formação e experiência profissional, etc.]; b) dados sobre a satisfação e adesão dos profissionais ao programa e a sua experiência profissional com o mesmo, através do preenchimento de questionários e participação em grupos de discussão.
14. Que medidas serão tomadas para assegurar a proteção dos dados pessoais e como garantem que os resultados do Projeto serão mantidos confidenciais?
Todos os dados recolhidos no contexto do Projeto serão tratados sob critérios rigorosos de confidencialidade, de acordo com a lei aplicável. Os dados não serão tornados públicos e será sempre assegurada a proteção da identidade dos participantes, que ficará protegida e não será divulgada. Na medida em que consinta na sua participação neste Projeto, todos os dados recolhidos pela equipa de investigação serão pseudonimizados, ou seja, serão associados ao código de participação na investigação gerado para cada criança participante, sendo retirado qualquer elemento de identificação das pessoas em questão. Apenas um elemento de investigação da FPCEUP e um elemento do ProChild CoLAB deterão a chave e o acesso à identificação da pessoa correspondente e a documentos que contenham essa informação, os quais serão armazenados unicamente na SCML (digital ou fisicamente). Todos os elementos envolvidos no projeto estão ao abrigo de acordos de confidencialidade com a SCML e o ProChild CoLAB. Os elementos da equipa de investigação responsáveis pela recolha de dados terão acesso aos seus dados de identificação (tais como o nome), o que ocorrerá apenas provisoriamente para efeitos de comunicação no âmbito da recolha de dados (por meio telefónico SCML ou ProChild CoLAB) e sem registo informático desses dados. O armazenamento dos dados recolhidos no servidor ProChild CoLAB será baseado no código de participação na investigação atribuído. O edifício onde se encontra instalado o servidor ProChild CoLAB garante toda a segurança física da informação uma vez que está dotado de controlo de acessos de emissão nominal, sendo que o Data Center tem um controlo de acessos separado do controlo de acessos do edifício por login/password. Na divulgação em comunicações científicas e na publicação de trabalhos de carácter científico, a identidade dos participantes ficará protegida e não será nunca divulgada.
15. Em que circunstâncias é que os dados pessoais podem ser comunicados a terceiros?
Os dados pessoais recolhidos no âmbito deste Projeto apenas serão comunicados a terceiros quando:

- a transmissão seja efetuada no âmbito do cumprimento de uma obrigação legal, de uma deliberação da Comissão Nacional de Proteção de Dados ou de outra entidade de controlo relevante, ou de uma ordem judicial, administrativa, policial ou outra competente;
- a comunicação seja levada a cabo para proteger interesses vitais dos participantes no Projeto ou qualquer outra finalidade legítima prevista na lei.

Adicionalmente, no âmbito do presente Projeto, a Casa de Acolhimento atua em nome e por conta do ProChild CoLAB, da FPCEUP e da SCML na execução do presente Projeto, transmitindo ou recolhendo dados pessoais dos participantes no Projeto, em nome daquelas entidades.

Esta comunicação é regulada através de um acordo de subcontratação, sendo que a Casa de Acolhimento apenas atua segundo as instruções escritas daquelas entidades.

16. Durante quanto tempo serão conservados os dados pessoais?

Os dados pessoais serão conservados até 5 anos após o fim da fase de recolha de dados, salvo se para um tratamento específico for estabelecido um prazo diverso por lei ou regulamento, sem prejuízo de tal prazo se estender pelo tempo de duração de eventual processo judicial e até ao limite de 6 meses após o trânsito em julgado da respetiva sentença. Findo o prazo de conservação referido, os responsáveis pelo tratamento poderão manter os dados previamente anonimizados.

17. Quais os direitos que me assistem em matéria de proteção de dados?

Poderá solicitar, a todo o tempo, o acesso aos seus dados pessoais, bem como a sua retificação, eliminação ou a limitação do seu tratamento, a portabilidade dos dados, ou opor-se ao seu tratamento, uma vez verificadas as condições previstas na lei, mediante pedido escrito dirigido ao ProChild CoLAB para o endereço privacy@prochildcolab.pt.

Poderá igualmente, através dos referidos meios, retirar o seu consentimento para o tratamento dos seus dados para as finalidades indicadas sem que isso afete a licitude do tratamento dos dados efetuado com base no consentimento previamente dado. Nos termos da lei, tem o direito de retirar o seu consentimento a qualquer momento, o que não invalida, no entanto, o tratamento efetuado até essa data com base no consentimento previamente dado, pelo que os questionários que tenha preenchido até esse momento, e os demais dados pessoais tratados, poderão ser utilizados no Projeto;

Sem prejuízo de qualquer outra via de recurso administrativo ou judicial, tem direito a apresentar uma reclamação à Comissão Nacional de Proteção de Dados ou a outra autoridade de controlo competente nos termos da lei, caso entenda que o tratamento dos dados efetuado no projeto pela FPCEUP, pela SCML ou pelo ProChild CoLAB, para as respetivas finalidades, viola o regime legal em vigor a cada momento.

18. Posso a qualquer momento desistir de participar no Projeto?

Caso consinta na participação, tem o direito de desistir a qualquer momento e em qualquer fase do mesmo, sem que seja necessário apresentar qualquer justificação e sem que incorra em qualquer prejuízo.

19. Quem deverei contactar caso necessite de mais informações quanto ao Projeto?

Se tiver alguma dúvida sobre este Projeto, necessitar de mais algum esclarecimento ou precisar de informação sobre o tratamento dos seus dados, por favor coloque à equipa de investigação (contactos abaixo) todas as suas questões até estar completamente esclarecido/a. Será importante guardar uma cópia deste documento para uso futuro, caso necessário.

CONTACTOS:

Investigadoras principais: Isabel Fidalgo (Email: mifidalgo@gmail.com) e Stephanie Alves (Email: stephanie.alve@prochildcolab.pt).

ProChild CoLAB

Email: geral@prochildcolab.pt

Morada: Campus de Azurém, 4804-533 Guimarães – Portugal

Caso pretenda consentir na sua participação no Projeto e no tratamento dos seus dados pessoais, pedimos que preencha com os seus dados, coloque uma cruz nos campos abaixo e assine conforme o seu documento de identificação.

Muito obrigada pela sua colaboração!

P'la Equipa do projeto

[Incluir]

	Consinto na eventual gravação da minha imagem para os fins e nos termos descritos no presente documento.
--	--

Entendi, foi-me explicado e recebi uma cópia deste consentimento informado.